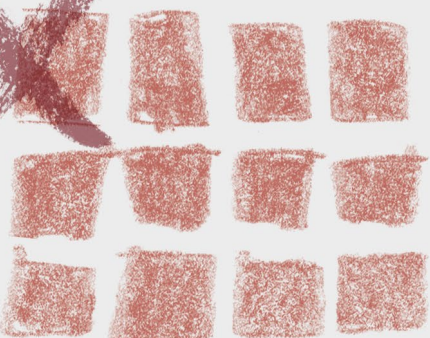
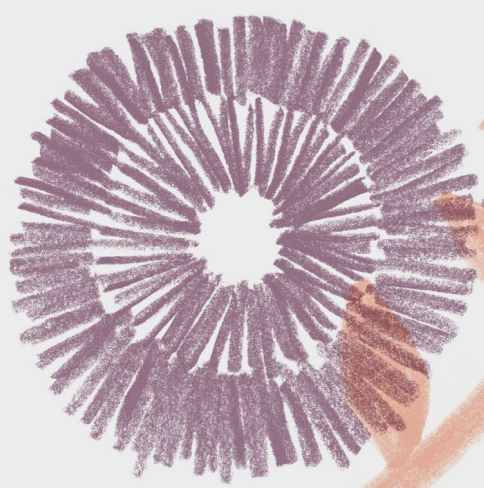
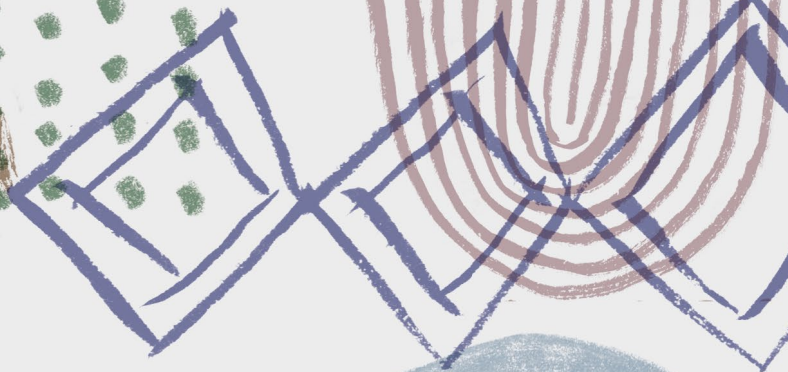
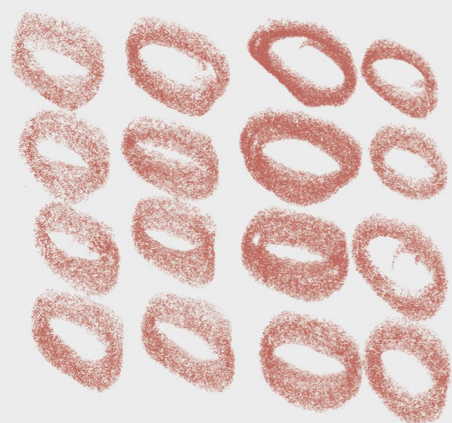
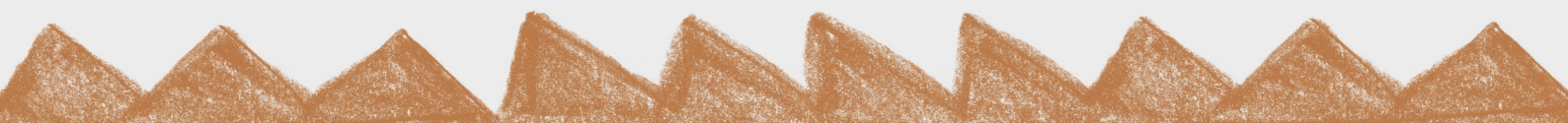


# **Caminhos para pensar o Brasil com Lenira Carvalho**



**Material pedagógico**



# Caminhos para pensar o Brasil com Lenira Carvalho

<b>Apresentação</b>	<b>03</b>
<b>Roteiros Pedagógicos</b>	
01. Experiência e conhecimento	07
02. O tempo dos filmes e o tempo da vida	15
03. Produção audiovisual e representação	23
04. Escravidão e Racismo	31
05. Classes Sociais	41
06. Trabalho	49
07. Direitos Trabalhistas ontem e hoje	59
08. Movimentos Sociais	75
09. Religião e justiça social	83
10. Ditadura empresarial-militar (1964-1985)	93
11. As Trabalhadoras Domésticas e a Constituinte	101
12. Feminismo e a luta das trabalhadoras domésticas	109
<b>Referências</b>	<b>124</b>

# Caminhos para pensar o Brasil com Lenira Carvalho

Coordenação

**Sophia Branco**

Pesquisa e autoria dos textos:

**Camila Teixeira Lima**

**Carmen Silva**

**Guilherme Figueredo Benzaquen**

**Luís Henrique Leal**

**Sophia Branco**

Projeto gráfico e diagramação

**Isabella Alves**

Revisão

**Cristina Lima**

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as das organizações que realizaram e apoiaram este projeto.

O uso comercial do material não é permitido sem a autorização por escrito das organizações realizadoras e da Friedrich-Ebert-Stiftung.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caminhos para pensar o Brasil com Lenira Carvalho  
[livro eletrônico] / pesquisa e autoria dos  
textos Camila Teixeira Lima...[et al.] ;  
coordenação Sophia Branco. -- São Paulo :  
Fundação Friedrich Ebert : SOS Corpo -  
Instituto Feminista para a Democracia, 2023.  
PDF

Outros autores: Carmen Silva, Guilherme  
Figueiredo Benzaquen, Luis Henrique Leal,  
Sophia Branco.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87504-91-9

1. Brasil - Aspectos sociais 2. Carvalho,  
Lenira, 1932-2021 3. Direitos sociais 4. Oficinas  
pedagógicas I. Lima, Camila Teixeira. II. Silva,  
Carmen. III. Benzaquen, Guilherme Figueiredo.  
IV. Leal, Luis Henrique. V. Branco, Sophia.

23-183014

CDD-300.7

## Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais : Estudo e ensino 300.7

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Realização



**PARABELO  
FILMES**



Apoio

**FRIEDRICH  
EBERT  
STIFTUNG**  
BRASIL



# Apresentação

## Pensar o Brasil

**L**enira Carvalho foi uma importante liderança das trabalhadoras domésticas no Brasil e, ao longo da sua trajetória de luta, elaborou muitas reflexões sobre a sociedade brasileira. Quem teve a oportunidade de conhecê-la normalmente guarda um sentimento de aprendizado vivo desse convívio. Nessa publicação, propomos roteiros pedagógicos que podem ser utilizados na discussão de doze temas em sala de aula ou espaços de formação política, a partir de duas obras que apresentam a sua história e o seu pensamento: o livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões* e o filme *Digo às companheiras que aqui estão*.

O trabalho doméstico remunerado atravessa toda a sociedade brasileira. É o trabalho que mais emprega mulheres no país, encontraremos trabalhadoras domésticas em casas de diferentes estratos sociais, no campo e nas cidades, em diferentes bairros. Mas apesar de ser uma categoria tão extensa e fundamental para que o país siga funcionando nos moldes como funciona, ainda sabemos muito pouco sobre o cotidiano e o significado desse trabalho a partir do ponto de vista das próprias trabalhadoras. Conhecemos pouco os desafios colocados para a construção da identidade política desse grupo social, a trajetória de luta da categoria e desconhecemos personagens centrais na história da conquista de seus direitos.

Pensar sobre o Brasil tendo o trabalho doméstico como ponto de partida aprofunda o que entendemos sobre o país, e Lenira Carvalho desenvolve esse exercício com grande riqueza analítica. Na medida em que fala sobre desigualdades estruturais, ela destrincha como a dominação e a exploração se dão no cotidiano e atravessam os sentimentos de quem as vivencia, entrelaçando discussões sobre a forma como a sociedade está organizada à construção de si das trabalhadoras. Ela desenvolve uma caracterização que se conecta às experiências de vida das mulheres que trabalham como domésticas e às experiências que perpassam o dia a dia de quem contrata seu trabalho, abrindo um clarão sobre cenas e opressões cotidianas obscurecidas pela naturalização.

As reflexões reunidas no livro e no filme que dão suporte aos roteiros pedagógicos desse material apresentam um modo de olhar para o Brasil extremamente crítico, inquietante e original. Não falam apenas sobre o cotidiano do trabalho doméstico e seus elos com a escravidão, mas também sobre a organização política da categoria em momentos-chave da nossa história recente, como os anos que antecederam o golpe militar de 1964, a ditadura empresarial-militar vivida pelo país entre 1964 e 1985, a organização popular na constituinte e as relações construídas pelas trabalhadoras domésticas com alas progressistas da Igreja Católica e com movimentos feministas no país ao longo do processo de luta e conquista pelos seus direitos. Esses são alguns dos temas explorados nos roteiros pedagógicos que compõem esse material. Propomos, ainda, discussões conceituais sobre classes sociais, trabalho e movimentos sociais e nos debruçamos sobre a forma como Lenira elaborava conhecimento. A partir do filme *Digo às companheiras que aqui estão*, propomos também exercícios de reflexão sobre o papel do audiovisual no nosso jeito de conhecer e pensar sobre o mundo.

Em um momento como o que estamos vivendo, de intensas disputas sobre o que é, o que foi e o que pode ser o Brasil, acreditamos que promover espaços de discussão coletiva a partir das lentes críticas de alguém que buscava entender o país para construir uma sociedade mais justa e igualitária é um bom exercício de reflexão e transformação. Um dos desejos que moveram esse projeto é o de que o pensamento e a história de Lenira Carvalho sejam conhecidos por mais pessoas e possam circular em diferentes espaços, como uma forma de fazer com que as suas inquietações despertem novas indagações no encontro com outros públicos.



Encontro Nacional Mulher e População - Nossos Direitos para Cairo 94. Brasília, 1993.

## Lenira Carvalho

**L**enira Carvalho nasceu em Porto Calvo, interior de Alagoas, em 1932. Se mudou para Recife aos catorze anos de idade, para “trabalhar em casa de família”, expressão usada até hoje para se referir ao trabalho doméstico remunerado, ainda que à época este trabalho muitas vezes fosse sem remuneração. Filha de uma mulher negra, empregada doméstica e mãe solteira, Lenira cresceu na casa grande de um engenho e se mudou para o Recife para trabalhar na casa de seu padrinho, filho do dono do engenho onde vivia com a mãe. Nessa casa, passou dezesseis anos trabalhando como babá e depois como copeira, período de sua vida marcado pela solidão, angústia e revolta com as situações de opressão vivenciadas no ambiente de trabalho.

Inicia a sua atuação política na Juventude Operária Católica (JOC), onde encontrou referências de luta que a ajudaram a dar nome e significado às questões que a afligiam. Se engajou na luta por direitos trabalhistas da categoria ainda na década de 1960, quando o trabalho doméstico não tinha qualquer tipo de regulação, apesar da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) datar de 1943. Nos anos 1970, fundou com outras trabalhadoras a Associação das Trabalhadoras Domésticas do Recife, que se tornaria o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Recife, após o reconhecimento das domésticas como categoria profissional na Constituição de 1988.

Durante os anos da ditadura empresarial-militar e no processo de redemocratização do país, atuou na JOC, junto a outras lideranças populares ligadas à Teologia da Libertação, que se fortaleceu no período em que Dom Helder Câmara foi arcebispo do Recife e Olinda. Representou as trabalhadoras domésticas no espaço de participação popular na Constituinte, discursando em plenário e entregando a carta com as reivindicações da categoria. Na década de 1980, articulou-se com grupos de mulheres e feministas no Recife, sendo uma das fundadoras do Fórum de Mulheres de Pernambuco, movimento feminista antipatriarcal, antirracista e anticapitalista que segue tendo uma forte atuação no estado. Lenira Carvalho faleceu no dia 3 de agosto de 2021, deixando um legado muito importante para as lutas das trabalhadoras domésticas e em defesa da democracia no país.

## Roteiros Pedagógicos

**P**ara Lenira Carvalho, pensar sobre a sua vida era uma forma de pensar sobre o mundo. Seu processo de construção do conhecimento carrega referências das suas vivências com a educação popular, sobretudo na Juventude Operária Católica e no diálogo com os movimentos feministas. Na elaboração desse material, desenvolvemos roteiros pedagógicos que também dialogam com essas referências, propondo metodologias que buscam incentivar um olhar crítico das participantes para as suas próprias vidas, construir espaços de troca, escuta ativa, elaboração coletiva e conexão com o conhecimento que as participantes trazem das suas trajetórias.

Colocamos esse material no mundo em um momento de especial desafio para a sala de aula e a leitura, sobretudo diante das mudanças que as relações que estabelecemos com as novas tecnologias têm operado nos nossos cotidianos. Buscamos elaborar um material que pudesse ser utilizado tanto em espaços de formação política como em sala de aula porque acreditamos na potência do

legado da educação popular na América Latina, e pensamos que uma educação comprometida com a transformação das pessoas e do mundo pode ser um caminho para construirmos espaços de educação instigantes, que nos ajudem a enfrentar os desafios colocados no presente. O material também incentiva um olhar sobre os filmes e o audiovisual não como ilustração de um discurso, mas como uma fonte de conhecimento para além do conteúdo apresentado, que atravessa também a experiência construída em torno da obra como possibilidade de encontrar novas formas de olhar e de pensar sobre o mundo.

Ao longo do texto, utilizamos a flexão de gênero no feminino na maior parte das vezes, como forma de estabelecer o protagonismo das mulheres também na maneira como imaginamos a história e temas diversos que atravessam a nossa sociedade. Em algumas situações, optamos pelo uso do masculino por acreditarmos que era significativo demarcar essa identidade. Por exemplo, quando falamos nos patrões e patroas das trabalhadoras domésticas, consideramos que era importante visibilizar a presença dos homens como patrões nessa relação, já que as discussões cotidianas sobre trabalho doméstico mais comumente giram em torno das relações entre patroas e empregadas.

O material está dividido em doze roteiros pedagógicos. Cada um começa com uma apresentação, seus objetivos e uma indicação de outros roteiros relacionados. Em seguida, apresentamos um resumo do percurso pedagógico com uma estimativa do tempo necessário para a realização das atividades, os materiais a serem utilizados e indicações para a preparação da educadora que irá conduzir o encontro, seja uma aula ou uma oficina. O material propõe caminhos pedagógicos, mas não é propriamente um material de estudo sobre as temáticas apresentadas. O conhecimento prévio ou estudo complementar das educadoras é importante para garantir o aprofundamento das discussões.

No passo a passo do roteiro, detalhamos a metodologia de cada momento do encontro, com diferentes propostas de utilização do filme e do livro para as discussões temáticas. Por último, em todos os roteiros, trazemos um texto complementar que coloca em diálogo o pensamento de Lenira e o de outras autoras, um pequeno glossário e sugestões de filmes, leituras e podcasts para aprofundar as discussões propostas. Alguns roteiros contam, ainda, com anexos que reúnem subsídios necessários para o desenvolvimento das atividades. Os textos complementares expressam de forma sintética o nosso entendimento sobre a contribuição de Lenira em relação àquela temática. Além de uma referência para as educadoras que desejarem trabalhar com o material, alguns roteiros utilizam os textos como subsídios nas próprias atividades propostas, e eles também podem ser distribuídos para leitura posterior entre as participantes da aula ou oficina, como uma forma de consolidação do conhecimento discutido no encontro.

*Caminhos para pensar o Brasil com Lenira Carvalho* conta com uma página web de apoio: [www.leniracarvalho.com.br](http://www.leniracarvalho.com.br), que também pode ser acessada através do QR code disponível neste material. Nela, vocês encontram esta publicação com todos os roteiros pedagógicos e anexos na íntegra, o livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, o filme *Digo às companheiras que aqui estão* e links para os outros subsídios indicados para aprofundar as discussões.

Apesar de apresentarmos roteiros detalhados, o material não foi pensado para ser utilizado de forma estrita. Na sua produção, reunimos metodologias que utilizamos no dia a dia das nossas atividades como educadoras, buscando colocar o pensamento de Lenira Carvalho em contato com o de outras autoras e apresentar dados que nos convidam a atualizar e aprofundar questões levantadas por Lenira ao longo da sua trajetória. No processo de elaboração do material, fomos experimentando e misturando diferentes referências em busca de caminhos criativos para incentivarmos espaços de troca. Sugerimos que as educadoras que encontrarem esse material façam esse mesmo exercício de experimentação, adaptando os caminhos propostos de acordo com as suas necessidades e condições, mesclando propostas que estão em diferentes roteiros e inventando novas metodologias a partir do que apresentamos.

#### Legenda **Para Aprofundar**



Texto



Audiovisual



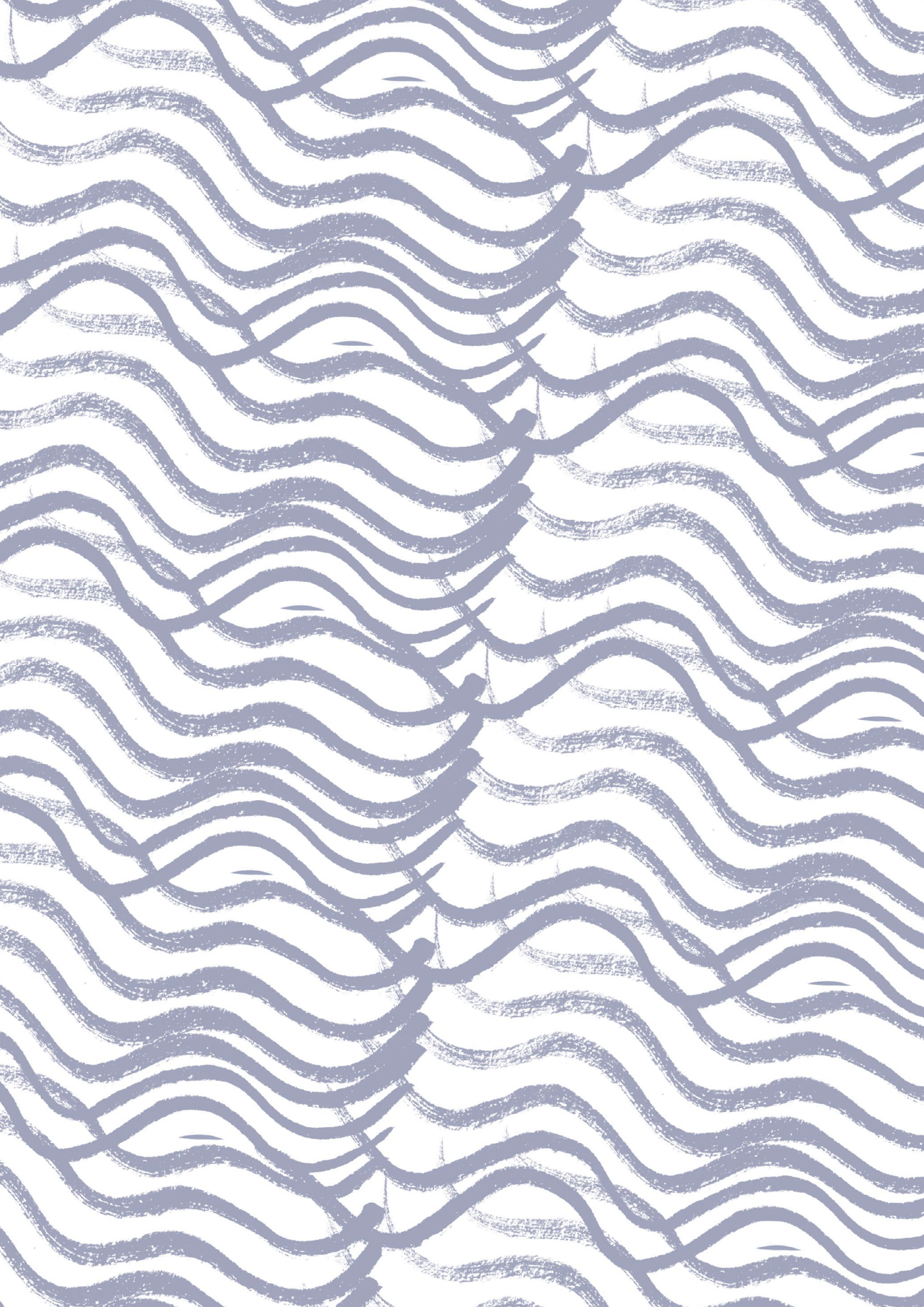
Podcast



Fotografia



[www.leniracarvalho.com.br](http://www.leniracarvalho.com.br)



# Roteiro Pedagógico

## 01

### Experiência e conhecimento

**L**enira Carvalho tinha uma maneira especial de refletir sobre suas vivências e as de suas companheiras. Partia da observação e da escuta, transformando experiências compartilhadas em produção de conhecimento e elaboração de estratégias para a transformação do mundo. Este Roteiro Pedagógico pretende apresentar reflexões sobre a forma como Lenira construía seu pensamento, a partir de um processo indissociável entre o aprendizado a partir da sua experiência e da experiência compartilhada por outras trabalhadoras domésticas. Sua maneira de refletir sobre o mundo é marcada pelos espaços de formação política que atravessaram a sua trajetória, como a Juventude Operária Católica (JOC) e encontros feministas. É uma forma de produção de conhecimento que possui afinidades com as tradições dos grupos de autoconsciência ou autorreflexão feministas e a educação popular no Brasil e na América Latina.

Nessa proposta de aula ou oficina, sugerimos atividades que impulsionem reflexões sobre como o que vivemos, quando refletido, pode ser potente para o processo de produção do conhecimento e para ação política. Colocamos o legado de Lenira Carvalho em diálogo com discussões feministas sobre produção do conhecimento, com as contribuições de Paulo Freire para a educação popular e com as reflexões de bell hooks sobre como a produção do conhecimento pode ser um espaço de cura e libertação coletiva.

#### Objetivos

- *Refletir sobre como a experiência pode ser potente para o processo de produção do conhecimento e para a ação política.*
- *Compreender a relação entre experiência (aprender com a vida), conhecimento (elaboração) e organização política (ação), em Lenira Carvalho.*
- *Apresentar as afinidades entre o pensamento de Lenira Carvalho, discussões feministas sobre a produção do conhecimento e as concepções de educação popular de Paulo Freire e bell hooks.*

#### Roteiros pedagógicos que se relacionam:

03

09

12





## Experiência e conhecimento

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 2h40

- 60' MOMENTO 1.  
**Sensibilização**
- 90' MOMENTO 2.  
***Digo às companheiras que aqui estão***
- 10' MOMENTO 3.  
**Encerramento**

### Materiais necessários

01. Dispositivos para exibição do filme *Digo às Companheiras que aqui estão*.
02. Cópias do Anexo, disponível neste Roteiro (xerocadas ou copiadas previamente com letras grandes em cartolinas/papéis).
03. Dispositivo para tocar música.
04. Cópias do texto “Lenira Carvalho e sua forma de pensar sobre o mundo” (opcional).

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Ver o filme *Digo às companheiras que aqui estão*.
- Ler a Apresentação do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, de Lenira Carvalho.
- Ler a introdução e os capítulos 1 - “Pedagogia engajada”, e 4 - “Paulo Freire”, do livro *Ensinando a Transgredir: educação como prática da liberdade*, de bell hooks.
- Ler o texto “Lenira Carvalho e sua forma de pensar sobre o mundo”.

### Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



**A produção do conhecimento na práxis criativa do feminismo a partir de uma perspectiva materialista, situada e emancipatória.** Artigo de Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira publicado em *Cadernos de Crítica Feminista*, ano VIII, n 07, dez de 2014.

**Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**, de bell hooks. Deste livro sugerimos a leituras da Introdução e dos capítulos “Pedagogia engajada” e “Paulo Freire”.

**Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, de Paulo Freire.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro1](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro1)

# Passo a passo

## Momento 1. Sensibilização

A educadora coloca uma música tranquila e convida todas as participantes a ficarem sentadas, sem cruzar as pernas, com as mãos no colo. Pede para que façam três respirações profundas, inspirando pelo nariz e soltando pela boca. O objetivo é que relaxem e fiquem mais calmas e concentradas. Em seguida, entrega uma folha de papel A4 para cada participante e pede que mexam com ela criando formas. Enquanto manuseiam o papel, a educadora convida as participantes a pensar sobre uma experiência significativa que tenham vivido e que as fez aprender algo para a vida. O papel tem aqui alterada a sua utilidade mais convencional de espaço no qual fazemos registros, e se torna um suporte lúdico na organização das nossas próprias ideias, um objeto de interação que ajuda na concentração da atividade. Se houver tempo suficiente na aula ou oficina, ao final do exercício a educadora propõe uma breve rodada em que as participantes que desejarem podem compartilhar vivências e aprendizados recordados no exercício. No encerramento desse momento a educadora pode abordar os seguintes pontos:

- Todas as pessoas podem aprender algo com as suas vivências particulares e coletivas.
- Nos movimentos sociais, buscamos aprender com as coisas que vivemos, que experimentamos.
- Neste encontro vamos conhecer o pensamento de Lenira Carvalho, uma trabalhadora doméstica que participou ativamente do movimento de luta por direitos da sua categoria, que tinha uma maneira interessante de refletir sobre suas vivências e as de outras companheiras, a partir da observação e da escuta. Dessa forma, essas vivências se transformavam em experiências coletivas, e eram usadas na elaboração de estratégias para suas lutas, produzindo conhecimentos importantes para todas as pessoas que querem mudar o mundo.

## Momento 2. *Digo às companheiras que aqui estão*

O objetivo desse momento é situar o pensamento de Lenira como um exemplo de elaboração de conhecimentos a partir da experiência individual e coletiva e conversar com o grupo sobre como isso ocorre em processos de organização e luta dos movimentos sociais. Depois de assistir coletivamente ao documentário *Digo às companheiras que aqui estão* (34min), a educadora apresenta trechos selecionados do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões* (Anexo). Os trechos podem ser copiados com letras grandes em cartolinas/papéis e previamente fixados nas paredes do ambiente ou distribuídos para todo o grupo. Se estiverem fixados nas paredes, a educadora pede que o grupo circule e leia as frases. Se optar por compartilhar os trechos em cópias, a educadora solicita que algumas participantes leiam os trechos para todo o grupo. Após este momento, a discussão sobre o filme deve ser guiada a partir de reflexões em relação à forma como Lenira Carvalho elaborava conhecimento sobre o mundo, convidando o grupo a conversar sobre o seu jeito de aprender com a vida da categoria das domésticas (experiência), como ela transformava isso em conhecimento (elaboração) e em organização e luta política (ação). Caso não tenha havido espaço para fala no momento da sensibilização, a educadora pode pedir que as participantes articulem suas reflexões iniciais com a discussão desse momento.

## Momento 3. Encerramento

Ao término do debate, a educadora conclui a oficina ou aula com um comentário-síntese. Nesse momento, consideramos importante situar que o jeito de Lenira refletir sobre as experiências e produzir conhecimento se relaciona com (1) a experiência que ela teve com o método ver-julgar-agir, utilizado pela Juventude Operária Católica (JOC) – (ver roteiro pedagógico 9); (2) com a Educação Popular de Paulo Freire, que também é objeto de reflexão de bell hooks; e (3) com sua participação no movimento feminista, em especial, em atividades de autorreflexão, como as que ocorriam no Projeto Constelação (ação do SOS Corpo) e no Fórum de Mulheres de Pernambuco, movimento no qual atuou. O texto “Lenira Carvalho e sua forma de pensar sobre o mundo”, disponível neste roteiro, pode auxiliar na elaboração destes pontos. Ele também pode ser distribuído entre as participantes ao final da atividade.

# Lenira Carvalho e sua forma de pensar sobre o mundo

Lenira Carvalho foi uma militante da causa das trabalhadoras domésticas. Junto com suas companheiras, esteve à frente de vários processos de luta e conquista de direitos para a categoria. Ao longo dessa trajetória, elaborou muitas reflexões sobre a sociedade brasileira e o lugar do trabalho doméstico nessa sociedade. Pensando sobre suas vivências, observando e conversando sobre a situação vivida também por outras trabalhadoras domésticas, produziu conhecimento sobre temas como o valor social do trabalho doméstico, a relação de afeto entre trabalhadoras e patrões/patroas, as relações existentes entre o período da escravidão e o mundo do trabalho de hoje, entre tantos outros. No seu próprio processo de elaboração sobre o mundo, desenvolveu estratégias, ações políticas e modos de organização da categoria. A consagração de Lenira não era apenas à luta das trabalhadoras domésticas, ela tinha um grande compromisso com a construção de uma perspectiva de transformação do mundo que parte da classe trabalhadora e das mulheres, incorporando a situação vivida e refletida por sua categoria.

Como podemos observar no documentário *Digo às companheiras que aqui estão* (2022) e no livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, o jeito de Lenira Carvalho construir seu pensamento é um processo indissociável entre o aprendido a partir de sua experiência e da experiência compartilhada por outras domésticas. Ela iniciou sua atuação política na Juventude Operária Católica (JOC), foi coordenadora do Fórum de Mulheres de Pernambuco em outro momento de sua trajetória e presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco. A sua maneira de produzir conhecimento é atravessada pelas vivências que teve nestes diferentes espaços. Dessa forma, possui afinidades com as experiências feministas de autorreflexão ou autoconsciência, com o método ver-julgar-agir utilizado pela JOC, e com o amplo legado da educação popular no Brasil e na América Latina. Podemos identificar relações entre a sua forma de pensar sobre o mundo e as contribuições de Paulo Freire e bell hooks, com essas autoras ela compartilha a compreensão de que práticas educativas com uma perspectiva reflexiva e crítica têm uma grande importância para a transformação social.

Os grupos de autorreflexão feminista são espaços de escuta e elaboração teórico-política onde as mulheres refletem sobre a estrutura social a partir de um olhar sobre as suas próprias vidas. Para o feminismo, a conscientização das mulheres não é uma etapa, é parte da sua estratégia e da forma de viver que se quer construir. O encontro com as nossas próprias experiências é fonte de fortalecimento subjetivo e de compreensão das estruturas de exploração e dominação que nos atravessam. O olhar sobre as histórias de vida compartilhadas nesses espaços, dessa forma, não é direcionado à análise da situação particular de cada uma, mas à elaboração de conhecimento sobre a situação das mulheres de forma mais ampla. Os princípios políticos e metodológicos que inspiram esses espaços podem ser encontrados também em outras práticas de reflexão crítica e são incorporados pela pedagogia feminista para além dos grupos de autorreflexão. O que aproxima o pensamento de Lenira Carvalho dessa tradição é o seu processo sistemático de partilha e reflexão sobre as próprias vivências como forma de compreender e desmistificar estruturas de dominação socialmente naturalizadas. Olhar para si e para as experiências das companheiras, nesse sentido, é um processo investigativo, que alimenta um processo de teorização sobre o mundo.

Como diz Paulo Freire, no livro *Pedagogia da autonomia*, “quem observa o faz de um certo ponto de vista”. O ponto de vista que interessava a Paulo Freire era o dos grupos excluídos, ele se preocupava em observar o mundo de forma atenta às injustiças a que esses grupos são submetidos. Nesse sentido, não tinha o interesse de “assumir um ar de observador imparcial, objetivo, seguro, dos fatos e dos acontecimentos”. Interessava a ele assumir uma responsabilidade ética de combate a qualquer manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É também com esse propósito que Lenira Carvalho pensava sobre o mundo, como uma trabalhadora, situada, sobretudo, na experiência do trabalho doméstico e do movimento de luta por direitos dessa categoria. Ela refletia sobre suas próprias vivências em diálogo com o que observava, escutava e refletia também sobre as vivências de outras companheiras da categoria. Nesse processo, elaborava aprendizados

e estratégias importantes na luta por direitos e um conhecimento valioso para todas as pessoas que querem mudar o mundo.

O modo como Lenira Carvalho realizava seu processo de teorização, a partir da experiência refletida, tinha como preocupação a ação no mundo para transformá-lo. O pensamento-ação de Lenira Carvalho se encaixa no que bell hooks considerava um processo de produção do conhecimento como lugar de cura, no qual a teorização é um lugar onde se pode imaginar outros mundos possíveis. Para essa autora, assim como para Paulo Freire, aproximar as nossas ideias das nossas ações, ou seja, prática e teoria, é fundamental para que a nossa produção do conhecimento seja uma *práxis* emancipadora. Para que possamos imaginar outros mundos, é preciso ter em mente, como também nos lembra Paulo Freire, que a história não é o tempo dos determinismos, mas das possibilidades. Isso já é, em si, um ato de contestação. As condições sócio-históricas da população negra, da classe trabalhadora e das mulheres e os processos de exploração e dominação a que estão submetidas são parte das condições nas quais

vivemos. Mas se somos seres *condicionados*, não somos seres *determinados*. Isso significa que a dominação e a exploração não são naturais e, se não o são, é possível refletir sobre elas, constatar, comparar, avaliar, decidir, romper, intervir e transformar coletivamente as suas estruturas.

A cena final de *Digo às companheiras que aqui estão* (2022) é representativa do jeito de Lenira Carvalho construir seu pensamento. Entendendo que o sindicato das trabalhadoras domésticas está enfraquecido, quando deveria, ao contrário, ser percebido como resultado de uma luta histórica e fundamental na conquista de direitos e que, portanto, não pode parar de ser construído e atualizado pelas domésticas, Lenira percebe que não cabe a ela e nem a ninguém fazer com que as trabalhadoras acreditem na importância do sindicato. Esse entendimento precisa partir da experiência refletida, da conscientização, da compreensão de que as domésticas são sujeitos da transformação social. Nada disso é dado, precisa, como Lenira Carvalho nos lembra, ser construído pelas próprias trabalhadoras, com um método adequado às suas realidades.

## Glossário

### Práxis

Diz respeito à capacidade humana de agir refletidamente a partir de pressupostos teóricos, ou seja, é uma articulação entre teoria e prática, que, na perspectiva marxista, serve como ação coletiva para a transformação da realidade social. O uso que fazemos de *práxis*, aqui, em sentido marxista, é de uma prática direcionada à transformação da realidade. Quando falamos em *práxis* emancipadora, não nos referimos a *práxis* apenas no sentido de ação humana refletida, mas, como propôs o sociólogo Thomas Bottomore, uma “*práxis* positiva”, que indicaria uma ação humana como revolução social, ao invés de uma “*práxis*” negativa, que seria a prática (conformação) de uma ação alienada.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro1](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro1)

# Anexo

## Trechos para a atividade proposta no Momento 2:

Trechos do livro de Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.  
Recife: Edições SOS Corpo, 2022.



“Em todo o meu trabalho, em toda a minha luta, eu sempre tive que voltar a mim mesma para poder entender as minhas companheiras. Eu, Lenira, como fui, e Lenira como estou sendo hoje, depois de ter passado por um grande processo de aprender com outras pessoas, com as minhas companheiras.”

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, Epígrafe.

“Uma coisa que acredito é aquela palavra que diz: “você vê mas você não enxerga”. Isso é muito concreto. Porque eu passei 16 anos como doméstica e não via. Não via toda uma vida que estava junto de mim. Eu só fazia me revoltar. E depois, quando eu descobri, eu comecei a enxergar. E eu não vivi toda a vida lá? Quer dizer, de fato eu via, mas não enxergava.”

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 187.

“(…) Todo mundo fala: ‘a comida, a comida, a comida’. Meu Deus, mas que comida? (...) Mas por tudo se passa a comida na cara da gente... As pessoas querem dizer que a doméstica tem que ganhar pouco porque tem comida, porque come. E não vê que a gente trabalha tanto (...) Certo que a comida faz parte. Mas eu acho que eu tenho que ver também quantas horas eu trabalho dentro de uma casa para ter essa comida. Então, pelo que eu trabalho, aquela comida já está paga.”

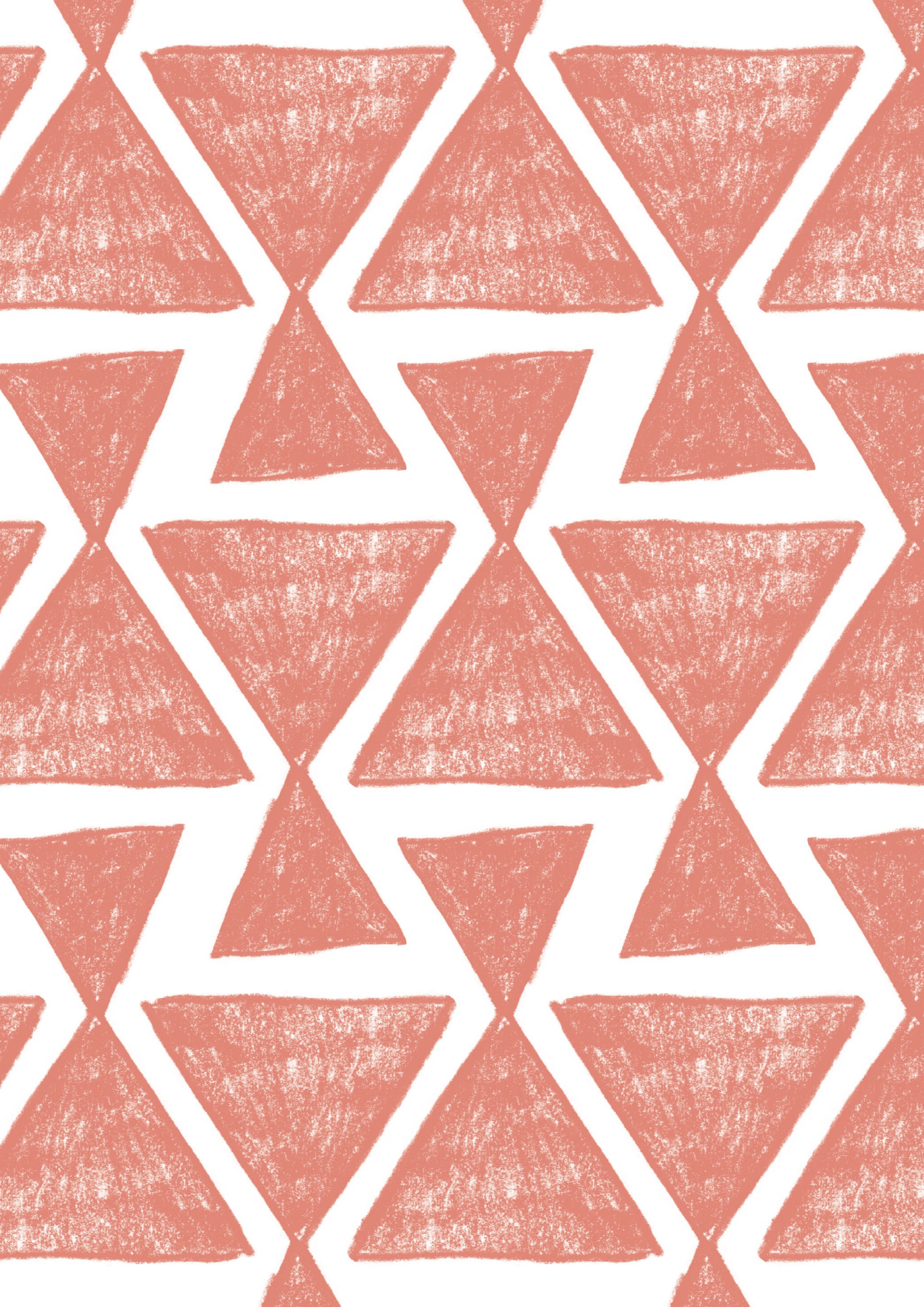
Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 41.

“A gente fez uma pesquisa e viu que as coisas que a doméstica mais quer é horário e salário. As outras coisas vêm depois (...) Porque o que a gente sente é que a gente não é dona da nossa vida. As meninas dizem isso abertamente: ‘A gente não é dona da vida da gente, porque a gente não pode dizer ‘eu chego a tal hora’. Nem para falar com o namorado, nem para aula, nem para uma reunião, nem para nada, porque tudo está dependendo dos donos da casa’. Um dia almoça num horário, outro dia almoça no outro.”

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 75.

“De vez em quando, nos domingos, começamos a reunir as domésticas somente para nos distrairmos. Comemorávamos aniversários, convidávamos alguns rapazes (para também podermos dançar) e fazíamos algumas brincadeiras. Chamávamos esses momentos de ‘Tarde Alegre’ (...) Depois, a gente começou a fazer piqueniques. Era muito difícil, porque a gente não tinha folga no domingo (...) A partir daí e, aos poucos, fomos organizando outros passeios e isso foi ajudando muito as meninas a se esforçarem para conquistar um domingo de folga. Algumas conseguiram um domingo livre por mês e outras, a cada quinze dias.”

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 118.



## O tempo dos filmes e o tempo da vida

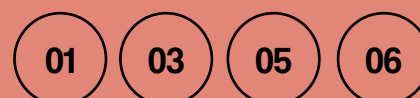
**N**esta aula ou oficina, partimos da experiência de assistir ao filme *Digo às companheiras que aqui estão* (2022) para refletir sobre como sentimos a passagem do tempo e as relações existentes entre essa percepção e o modo como a sociedade está organizada. Os exercícios e textos propostos se debruçam sobre a forma como a aceleração do tempo social tem sido vivida nas últimas décadas e como isso se relaciona com a lógica de funcionamento do capitalismo. Propomos, mais especificamente, discussões sobre mudanças mais recentes que se deram com a chegada das novas tecnologias digitais e das redes sociais e os seus impactos na produção e consumo de conteúdos audiovisuais. Essa proposta pedagógica busca despertar reflexões críticas sobre a ausência de tempo para si, para a reflexão e para a apreciação das experiências vividas.

O filme *Digo às companheiras que aqui estão* tem um ritmo mais lento do que a maioria das produções audiovisuais às quais estamos expostos no dia a dia, principalmente as que acessamos através das redes sociais. A partir do debate sobre a temporalidade do filme, levantamos a discussão sobre aceleração do tempo social de duas formas: (1) a partir da reflexão sobre o impacto das novas tecnologias digitais, sobretudo as redes sociais, na nossa forma de assistir vídeos e nos comunicarmos; e (2) a partir de considerações sobre a própria produção de conteúdos audiovisuais. Os dois caminhos buscam estimular análises sobre o impacto que essas questões têm na nossa sensibilidade e na nossa saúde física e mental. As atividades propostas podem ser utilizadas para discutirmos o tema com grupos de diferentes idades e perfis ou, mais especificamente, como introdução à discussão sobre estética e montagem com estudantes de comunicação, artes e audiovisual.

### Objetivos

- Refletir sobre a aceleração do tempo social e seu impacto nas nossas vidas.
- Discutir a relação entre estética e aceleração do tempo na produção audiovisual.

### Roteiros pedagógicos que se relacionam:







## O tempo dos filmes e o tempo da vida

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 2h30

- 30' MOMENTO 1.  
**Sensibilização**
- 90' MOMENTO 2.  
***Digo às companheiras que aqui estão***
- 20' MOMENTO 3.  
**Experiência sensorial**
- 10' MOMENTO 4.  
**Encerramento**

### Materiais necessários

01. Dispositivos para exibição do filme *Digo às Companheiras que aqui estão*.
02. Áudios do exercício de sensibilização (disponível no site do projeto).
03. Caixas de som.
04. Cópias dos textos “O que faz a roda do tempo girar tão rápido?”, “As redes sociais e seu impacto na nossa forma de ver, sentir e pensar sobre o mundo” e “O tempo dos filmes e o tempo da vida” (opcional).

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Ver o filme *Digo às companheiras que aqui estão*.
- Ler os textos “O que faz a roda do tempo girar tão rápido?”, “As redes sociais e seu impacto na nossa forma de ver, sentir e pensar sobre o mundo” e “O tempo dos filmes e o tempo da vida”, disponíveis neste roteiro, e “O medo do silêncio e o vício da informação desenfreada”, de Julián Fuks.
- Para educadoras que forem trabalhar com estudantes de comunicação, artes e audiovisual, sugerimos também a leitura de *Eduardo Coutinho: Palavra e memória*.

### Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



O medo do silêncio e o vício da informação desenfreada, de Julián Fuks.

Eduardo Coutinho: Palavra e memória. Coletânea de textos organizada por Jordana Berg, María Campaña Ramia, João Moreira Sales e Patricia Ruiz.



Depoimento de Pepe Mujica sobre o tempo, reproduzido pela DCM TV.

Estes materiais podem contribuir para um maior aprofundamento dos debates:



O tempo livre, de Theodor W. Adorno. Texto publicado no livro *Palavras e Sinais: modelos críticos 2*.

Aceleração: A transformação das estruturas temporais na modernidade, de Hartmut Rosa.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro2](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro2)

# Passo a passo

## Momento 1. Sensibilização

Compartilhar com o grupo o áudio do trailer do filme *Digo às companheiras que aqui estão* na velocidade 1,5 e, em seguida, compartilhar o áudio na velocidade 1,0. Os dois áudios estão disponíveis na página de apoio deste material, que pode ser acessada através do QR code e do link disponíveis no resumo deste roteiro. Para uma melhor experiência da atividade, sugerimos que as participantes fechem os olhos para ouvir os áudios. Após a escuta coletiva, perguntar ao grupo qual é o áudio que está na velocidade correta. A partir das respostas, conversar com o grupo sobre o hábito cada vez mais comum de acelerar os áudios e vídeos que consumimos e os impactos que isso tem no nosso dia a dia.

## Momento 2. *Digo às companheiras que aqui estão*

Após a exibição do filme *Digo às companheiras que aqui estão* (34min), debater questões gerais livremente, de acordo com os interesses levantados pelo grupo. Em seguida, discutir a relação entre o filme e as nossas experiências com o tempo, guiada pelas questões impulsionadoras apresentadas a seguir.

A educadora não precisa levantar todas as questões. Elas são apenas sugestões e podem ser selecionadas de acordo com o perfil do grupo. As perguntas escolhidas não devem ser feitas todas ao mesmo tempo. A ideia é que a educadora introduza uma nova questão na medida em que perceber que a pergunta anterior ou não gerou debate ou que a discussão levantada por ela já foi esgotada. Os textos disponíveis neste roteiro e as indicações da seção **Para aprofundar** abordam questões que também podem ser inseridas nessa discussão e podem ser consultados pela educadora para elaboração de outras provocações.

- Qual é a opinião de vocês sobre o ritmo do filme?
- Como foi a experiência de vocês em relação à passagem do tempo enquanto assistiam ao filme?
- O formato do filme é diferente ou parecido com a maioria dos filmes e vídeos que a gente tem contato no cotidiano? De que forma essas diferenças em relação ao ritmo mudam a nossa experiência de assistir a um filme?
- Vocês acham que o tipo de conteúdo que a gente assiste tem efeitos para além do momento em que estamos assistindo ao filme? Quais?

Encerrar o debate apresentando considerações sobre aceleração do tempo e a dificuldade cada vez mais comum que as pessoas têm de se concentrar em atividades mais lentas e reflexivas. Discutir os impactos que isso tem na nossa saúde mental e na nossa experiência cotidiana.

## Momento 3. Experiência sensorial

Informar ao grupo que será realizada uma experiência sensorial e que, se alguém não se sentir bem, pode abrir os olhos e pedir ajuda da educadora. Sem maiores explicações, solicitar que as participantes fechem os olhos e fiquem em silêncio. Cronometrar um minuto e, ao final, pedir que as participantes abram os olhos. Após a experiência, perguntar ao grupo quanto tempo elas acham que se passou enquanto estavam de olhos fechados. A partir das respostas trazidas, levantar uma breve discussão sobre a nossa dificuldade de lidar com o silêncio e ficar sem estímulos externos.

## Momento 4. Encerramento

Ao final da aula ou oficina, propor que o grupo leia os textos complementares para aprofundar as discussões realizadas na atividade. Incentivar, também, a leitura do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, de Lenira Carvalho, como exercício de concentração. Afinal, se assistir a um vídeo longo tem sido difícil, como tem sido a experiência de ler um livro?

As discussões iniciadas com estas atividades podem ser utilizadas para o aprofundamento de outras reflexões sobre a nossa relação com o tempo, que também podem ser discutidas ao longo das atividades.

# O que faz a roda do tempo girar tão rápido?

O tempo da vida parece estar cada vez mais acelerado. Temos cada vez mais tarefas no trabalho e fora dele. Nos comunicamos de forma cada vez mais rápida com as pessoas e esperamos também que elas respondam rapidamente. Fazemos cada vez mais coisas de forma simultânea. Ou pelo menos parece que é isso que o mundo espera de nós. Um segundo tem a mesma duração que um segundo tinha há um século. Uma hora continua tendo a mesma duração que tinha há cinquenta anos. E um dia continua tendo 24 horas, da mesma forma que tinha antes de existir a internet. Mas algo mudou na nossa relação com o tempo. Algo mudou na nossa experiência do passar do tempo. Isso acontece porque a forma como vivenciamos o tempo está relacionada a várias dimensões da organização da sociedade. Ou seja, o tempo não é apenas uma série de medições, é também uma experiência subjetiva e social.

A incorporação de novas tecnologias no nosso cotidiano muda a forma como fazemos e vivenciamos várias coisas e é comum que se associe a experiência de aceleração do tempo às mudanças tecnológicas. Mas se essas mudanças nos permitem fazer mais coisas em menos tempo, as pessoas não deveriam ter cada vez mais tempo livre, já que hoje existem avanços técnicos que nos permitem, por exemplo, atravessar longas distâncias, desenvolver vários tipos de tarefas ou produzir os mais diversos bens em menos do tempo do que há cem anos? Ao contrário, para as trabalhadoras em geral, o tempo continua escasso e às vezes até mais do que para as gerações anteriores. Uma boa forma de pensar sobre isso é se perguntar para que finalidade os avanços tecnológicos estão voltados.

Karl Marx dedicou grande parte da sua vida a investigar o funcionamento do sistema social e econômico no qual vivemos, o capitalismo, e foi certeiro ao identificar que o estímulo da produção capitalista é a ampliação permanente do acúmulo de riquezas. Se o dono de um comércio, de uma fazenda ou de uma fábrica receber como retorno o mesmo do que foi investido, não há estímulo para a produção capitalista. O sociólogo Hartmut Rosa, em seu livro *Aceleração - as transformações das estruturas*

*temporais da modernidade*, argumenta que o dinamismo e o crescimento são elementos que estruturam as sociedades modernas e que as sociedades capitalistas têm uma compulsão ao crescimento material. Ou seja, a sociedade capitalista está estruturada pela necessidade de crescimento permanente. É preciso quebrar os recordes de vendas a cada ano e superar os lucros do ano anterior. Para que isso seja possível, os ciclos de produção, distribuição, troca e consumo precisam ser constantemente acelerados para que os lucros extraídos desses ciclos possam também crescer de forma mais rápida. A aceleração permanente dos ciclos econômicos é uma das condições necessárias para que essa permanente ampliação da acumulação seja possível.

De forma hipotética, se antes era preciso duas horas para que uma trabalhadora produzisse um sapato e, agora, como consequência de vários avanços técnicos, seja possível produzir 50 sapatos nessa mesma quantidade de tempo, a dona da fábrica é quem lucra mais. A trabalhadora não recebe de acordo com a quantidade de sapatos que produziu, mas sim com a quantidade de tempo que passou trabalhando. A trabalhadora produz mais, mas não recebe mais. A lógica de aceleração do tempo, então, não responde às necessidades da humanidade, mas às necessidades de uma pequena parcela de pessoas que lucram mais na medida em que os ciclos econômicos giram de forma mais rápida.

As inovações na produção, distribuição e troca caminham lado a lado com o aumento das demandas de consumo. A sociedade é estimulada a consumir cada vez mais e a produzir bens materiais e culturais cada vez mais rapidamente. O que estava na moda há um ano, agora já parece velho e estamos sempre em movimento para absorver novos padrões. Vivemos uma grande intensidade de inovações, e a humanidade produz diariamente uma enorme quantidade de riquezas. Mas essas riquezas estão concentradas nas mãos de um grupo pequeno de pessoas. Essa aceleração dos ciclos econômicos atravessa toda a organização da nossa sociedade e a forma como vivemos no nosso dia a dia.

# As redes sociais e seu impacto na nossa forma de ver, sentir e pensar sobre o mundo

No mundo em que vivemos, o tempo do trabalho condiciona o nosso tempo de vida. Não apenas porque o tempo do trabalho remunerado ocupa um lugar de centralidade nas nossas rotinas, mas também porque a sua lógica passou a condicionar também a forma como vivemos o nosso tempo fora do trabalho. O tempo fora do trabalho funciona como uma espécie de reposição para o próximo dia de trabalho e, seguindo a mesma lógica, ele passa a ser regido também pela ideia de produtividade. É preciso fazer coisas, o máximo de coisas possível. O ócio, o descanso e a apreciação despreocupada da vida são entendidos como perda de tempo. Até mesmo os momentos de intervalo entre obrigações do cotidiano são ocupados por demandas relacionadas à necessidade que a estrutura econômica da sociedade em que vivemos tem de gerar cada vez mais lucros e boa parte do nosso lazer passa a ser atrelado ao consumo de algo.

Por exemplo, acordar, pegar o celular e ser capturado por uma avalanche de mensagens, informações, fotos, vídeos e memes virou uma rotina para muitas pessoas, especialmente para jovens. A nossa relação com aplicativos como Whatsapp, Instagram ou TikTok parece ser simplesmente uma forma de se distrair no nosso tempo vazio ou se informar sobre temas que nos interessam. Essas plataformas dão uma falsa ideia de escolha. Parece que temos toda a liberdade do mundo para escolher como, quando e o que queremos acessar. Mas os aplicativos têm o seu funcionamento estruturado para direcionar os nossos interesses e fazer com que a gente permaneça conectado o máximo de tempo possível. Quando a gente

discute esses temas, é preciso pensar, também, que essas plataformas têm donos e que a captura do nosso tempo livre serve aos interesses de grandes empresas.

Enquanto o aplicativo estiver aberto, estará produzindo estímulos com o objetivo de manter o nosso engajamento, fazendo com que a gente queira continuar interagindo, vendo mais uma foto, mais um vídeo e mais um e outro e outro. Com isso, os aplicativos geram expectativas insaciáveis que têm afetado de forma crescente a nossa saúde física e mental. Estamos expostos a uma quantidade imensa de imagens, informações e estímulos. Conectadas às redes, temos a permanente sensação de que algo novo virá e ansiamos por isso, mas nada parece ser realmente novo, nada nos satisfaz e seguimos imersas na mesma lógica do consumo de imagens e informações superficiais. O excesso de estímulos gera a necessidade de consumirmos mais coisas, de forma mais rápida e acabamos vivendo uma espécie de eterno presente, um tempo esvaziado em que nada parece ser capaz de nos tirar de um estado de indiferença. Já não temos concentração, nem paciência para vídeos mais longos, conversas mais aprofundadas e muito menos para a leitura.

Com tanta coisa acontecendo ao mesmo tempo, estamos cada vez mais voltadas para os estímulos que vêm de fora e temos menos tempo para o que está dentro de nós. Tudo isso tem moldado a nossa forma de viver, de experienciar o mundo, de conversar com as pessoas e pensar sobre o que lemos, o que vemos, o que sentimos, o que imaginamos e com o que sonhamos.



# O tempo dos filmes e o tempo da vida

Quando estamos diante de um filme, é importante pensar que ele é resultado de uma série de escolhas feitas por quem o produziu. Colocar a câmera aqui ou ali, enquadrar deixando este ou aquele elemento dentro ou fora, cortar a fala de uma pessoa antes ou depois... Tudo isso molda a forma como as outras pessoas vão ver e também o que elas vão pensar ou sentir quando assistirem ao filme. Ou seja, o cinema não nos apresenta a realidade como ela é, o que ele faz é criar uma representação da realidade. Tudo o que vemos é uma construção, então, quando queremos analisar um filme, é importante pensar em como aquilo que foi mostrado expressa a ideia que quem fez o filme quer transmitir. Isso serve para pensarmos o cinema, mas também para pensar todo meio de comunicação audiovisual, como vídeos de internet, séries, reportagens e outras linguagens.

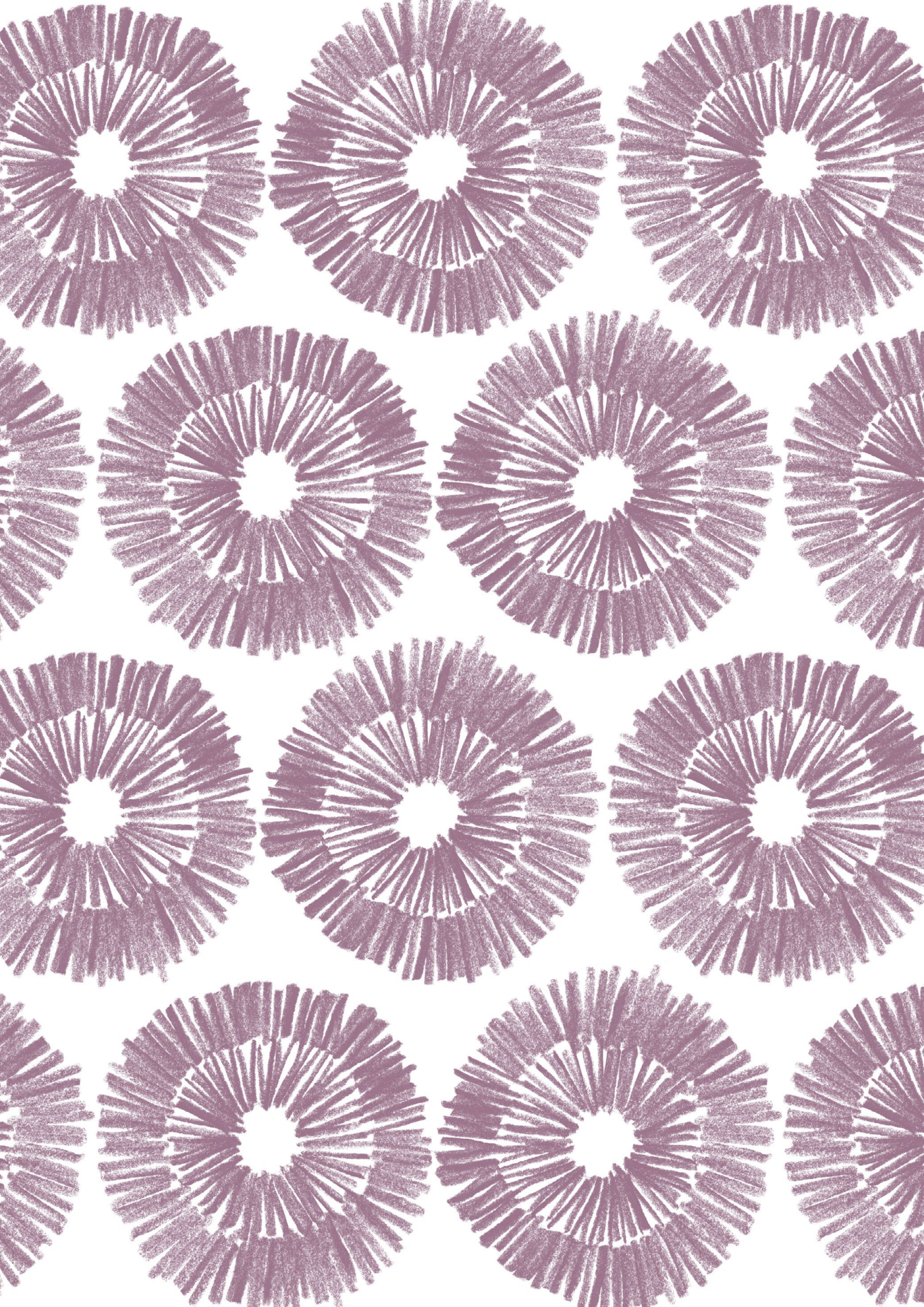
*Digo às companheiras que aqui estão* (2022) traz uma visão do cinema como um encontro, como um momento de diálogo e abertura para ouvir a entrevistada. No cinema brasileiro, o documentarista Eduardo Coutinho é uma referência dessa forma de fazer filmes. Na sua obra, o encontro com as pessoas e com o que elas têm a falar é sempre o elemento central do próprio filme. E se colocamos a experiência das pessoas e a sua fala como elemento central de um filme, é preciso que haja tempo para ouvi-las. Pensar um filme como um encontro exige que se criem formas de aproximação com as personagens. A ideia é que as pessoas que vão assistir ao filme entrem em contato não apenas com o que a personagem está falando, mas com seu jeito de construir as frases, seus gestos, seu senso de humor e com a própria experiência do encontro, que é permeada pela partilha de um tempo em que estamos juntas.

Essa é uma forma de realização audiovisual muito diferente da maior parte da produção de filmes, vídeos e séries com que temos contato hoje. Da mesma forma que a aceleração do tempo atravessa o nosso cotidiano, ela atravessa também o que consumimos culturalmente. Nós somos expostas a conteúdos cada vez mais curtos e acelerados. Nesse tipo de conteúdo, em geral a montagem (etapa que consiste em selecionar trechos determinados do que foi filmado e colocá-los em uma certa ordem) utiliza muitos cortes, retirando os momentos de silêncio

e repetição que as pessoas fazem quando vão desenvolver uma ideia, ou deixando no filme apenas aqueles pequenos trechos em que a personagem fala exatamente o que interessa a quem está realizando o filme. A ideia que está por trás desse tipo de montagem é não “perder tempo”, “ir direto ao ponto”.

Da mesma forma que o tempo dos filmes e vídeos a que assistimos é reflexo do ritmo da sociedade em que vivemos, essas obras também criam o próprio ritmo da nossa sociedade. Os filmes formam uma visão de mundo e uma maneira de olhar. A pressa da montagem se alinha à aceleração do tempo e à uniformização do olhar que vivemos hoje. As coisas não estão somente cada vez mais rápidas, elas estão também cada vez mais parecidas. Como se houvesse um tempo em que todas as pessoas e os filmes deveriam se encaixar, independente do que elas pretendam abordar. A temporalidade dos encontros mais longos, onde se desenvolvem ideias que não sejam diretas ou lineares, seria, nessa perspectiva, um empecilho para o filme. Por isso, não poderiam fazer parte do filme. Isso molda as nossas formas de pensar e de sentir. Quanto mais rápido uma ideia é apresentada, menos tempo as espectadoras têm para refletir. Nesse consumo acelerado de informações, às espectadoras cabe um lugar passivo.

Ao preservar, através de poucos cortes, o ritmo de fala de Lenira Carvalho, uma senhora de 88 anos, o documentário *Digo às companheiras que aqui estão* (2022) vai na contramão dessa aceleração do tempo. A montagem destaca não só o que está sendo dito, mas também os gestos, a busca de uma palavra enquanto Lenira elabora um pensamento, as hesitações do discurso ou o silêncio. Mais do que entender esses momentos como imperfeições, a montagem os incorpora como forma de trazer as pessoas que estão assistindo para perto de como Lenira costumava se comunicar. O documentário valoriza justamente o diálogo, essa dimensão de encontro, e, como numa conversa, busca abrir espaço para que as espectadorasensem junto com Lenira entre uma ideia e outra. Há, nessas escolhas, uma posição política que tem a ver com instaurar um tempo reflexivo e encontrar formas de representar que ampliem o nosso olhar sobre a realidade.



## Produção audiovisual e representação

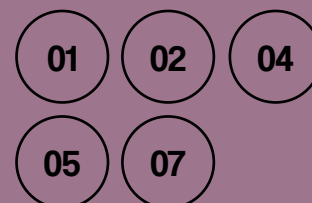
**N**este roteiro pedagógico, propomos uma discussão sobre a forma como as trabalhadoras domésticas são normalmente representadas nas produções audiovisuais. Na maior parte das vezes em que aparecem na televisão, em novelas, séries ou filmes, elas são representadas através de estereótipos ou, como veremos, a representação das questões em torno do trabalho doméstico passa por um alinhamento com o ponto de vista dos interesses dos patrões e das patroas.

As atividades aqui propostas buscam levantar discussões sobre como as escolhas tomadas pelas realizadoras audiovisuais implicam em uma decisão de natureza ética. Propomos que, no campo da representação audiovisual, as decisões éticas assumem um caráter narrativo e estético e se expressam nas formas de observar, de filmar e de realizar a montagem. Nesse sentido, a ficha tem o propósito de desenvolver discussões críticas em torno das representações hegemônicas das trabalhadoras domésticas e construir uma discussão sobre diferentes possibilidades de representar a categoria, buscando estabelecer outros referenciais éticos e estéticos, que afirmem o respeito e o reconhecimento da dignidade das trabalhadoras domésticas, tantas vezes negados.

### Objetivos

- *Analisar a forma como as trabalhadoras domésticas são representadas nas produções audiovisuais.*
- *Discutir questões de natureza ética e estética na representação das trabalhadoras domésticas em produções audiovisuais.*
- *Pensar como as questões de natureza ética em torno da representação no documentário e no audiovisual assumem dimensões estéticas e se expressam em escolhas narrativas na produção das obras.*

### Roteiros pedagógicos que se relacionam:







## Produção audiovisual e representação

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 2h30

- 30' MOMENTO 1.  
**Sensibilização**
- 90' MOMENTO 2.  
***Digo às companheiras que aqui estão***
- 30' MOMENTO 3.  
**Exercício de análise**

### Materiais necessários

01. Dispositivos para exibição do filme *Digo às Companheiras que aqui estão*.
02. Cópias impressas do texto “Questões éticas e estéticas na representação documental” (opcional).
03. Quadro ou cartolinas e utensílios para escrita.

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Ver o filme *Digo às companheiras que aqui estão*.
- Assistir à reportagem “Babá de Tatiana tem medo de ser demitida por causa da nova PEC das Domésticas”, veiculada na Rede Globo, no programa Mais Você, em 2013. O link da reportagem está disponível no site do projeto.
- Ler o texto “Questões éticas e estéticas na representação documental”.

### Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



*Laudelina, Suas Lutas e Conquistas* (2015). Filme produzido e realizado pelo Museu da Imagem e do Som de Campinas e Museu da Cidade de Campinas.

*Doméstica* (2012), de Gabriel Mascaro.

*O quarto de empregada* (1995), de Luci Alcântara.

*A negação do Brasil* (2000), Joel Zito Araújo.



*Relações de classe em documentários brasileiros contemporâneos*, artigo de Mariana Souto publicado na Revista Significação, São Paulo, v. 47, n. 53, 2020.

*Doméstica*, coletânea de textos sobre e a partir do filme *Doméstica*, organizada por Victor Guimarães.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro3](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro3)

# Passo a passo

## Momento 1. Sensibilização

A educadora distribui um papel em branco para as participantes e pede que reflitam individualmente sobre a forma como cada uma lembra de ter visto trabalhadoras domésticas representadas na televisão, no cinema ou na internet. No papel, as participantes devem registrar pensamentos e palavras-chave que ajudem a explicar essas memórias e, também, nomes de filmes, telenovelas ou séries específicas que têm personagens trabalhadoras domésticas e que as marcaram. Explicar às participantes que a ideia não é escrever um texto, apenas utilizar o papel como suporte para registrar esses pensamentos. Após cinco minutos de reflexão individual, pedir que as participantes compartilhem suas memórias com o grupo. Na medida em que o grupo compartilha reflexões, a educadora anota as referências e as palavras-chave em duas colunas, que podem estar organizadas em cartolinas ou num quadro. As boas impressões e referências devem ser registradas em uma coluna e as ruins, em outra. É bom deixar um espaço entre as colunas, para que possam ser registradas memórias e referências ambíguas ou que não se encaixem necessariamente como boas ou ruins.

É possível que muitas participantes se lembrem de filmes específicos que tratam do tema e têm maior circulação, ou personagens de telenovelas que ficaram mais famosas, e outras tragam memórias mais difusas ou relatem a falta de memória sobre trabalhadoras domésticas no cinema e na televisão. A partir dessas referências, conversar com as participantes sobre como a construção em torno da identidade de um grupo social (seja esse grupo as trabalhadoras domésticas, as mulheres, a população negra, etc.) está sempre em disputa. Seguem reflexões que podem contribuir no debate.

- Segundo dados do IBGE (Pnad-c, 2022), aproximadamente 5,8 milhões de pessoas estão empregadas como trabalhadoras domésticas no Brasil. É a categoria que mais emprega mulheres em nosso país, principalmente mulheres negras, de baixa renda e com baixa escolaridade. A quantidade de personagens trabalhadoras domésticas de que temos memória corresponde a esse número? Ou seja, apesar do trabalho doméstico remunerado estar muito presente na sociedade brasileira, pouco se fala sobre essas trabalhadoras, pouco se discute sobre o seu dia a dia, suas condições de trabalho, possíveis conflitos que vivenciam, etc. Há um apagamento dessa população na literatura, nos filmes e na forma como contamos e conhecemos a história do nosso país.
- Nos últimos anos, como reflexo da longa trajetória de luta das trabalhadoras domésticas, dos movimentos de mulheres e da luta antirracista no Brasil, as trabalhadoras domésticas têm passado a ser representadas de outras formas no cinema e na televisão. Algumas destas produções críticas têm contribuído para a reflexão sobre o lugar do trabalho doméstico na sociedade em que vivemos. Mas apesar das mudanças, ainda convivemos com representações que reforçam estereótipos sobre esta categoria e um modelo escravocrata de sociedade. Em muitas obras audiovisuais, as trabalhadoras domésticas ainda aparecem apenas como serviçais sem identidade e sem subjetividade.

## Momento 2. *Digo às companheiras que aqui estão*

Sessão e debate do filme *Digo às companheiras que aqui estão* (34min).

## Momento 3. Exercício de análise

Depois da discussão livre sobre o documentário *Digo às companheiras que aqui estão*, apresentar ao grupo a reportagem “Babá de Tatiana tem medo de ser demitida por causa da nova PEC das Domésticas”, veiculada na Rede Globo, no programa *Mais Você*, em 2013. A educadora pode, também, levar outra reportagem ou conteúdo que considerar interessante para o debate. Após a exibição, conduzir um momento de discussão a partir das seguintes questões:

- Quem é a protagonista da história que está sendo contada por essa reportagem?
- A quem a reportagem se destina e com quais questões ela se preocupa?
- A ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas é vista como algo positivo ou negativo?
- Que título poderia ser formulado para dar ênfase à trabalhadora doméstica e não à patroa?
- Quais diferenças é possível perceber em relação à representação das trabalhadoras domésticas no documentário *Digo às companheiras que aqui estão* e nesta reportagem?

Ao final da aula ou oficina, o texto “Questões éticas e estéticas na representação documental”, disponível neste roteiro, pode ser distribuído entre as participantes para leitura posterior.

# Questões éticas e estéticas na representação documental

O que é a realidade? Como sabemos que o que vemos corresponde à realidade? De maneira introdutória, talvez fosse o caso de dizer que, se achamos que aquilo que vemos se adéqua à realidade, dizemos que é verdadeiro. Se, por qualquer razão, as coisas parecem não coincidir com o que entendemos por real, pensamos estar diante de algo falso. No cinema, habituamo-nos a fazer uma separação bastante antiga entre o que seria mentira e o que seria verdade, ou seja: entre ficção e documentário. Ficção seria tudo aquilo que é resultado de uma invenção, da imaginação, da fantasia, de coisas que não existem no mundo, mas encontram um lugar nele ao serem criadas. O documentário, por sua vez, é o filme que lida com as coisas do mundo, com a realidade, com aquilo que continua a existir quando saímos da sala de cinema, desligamos a televisão ou fechamos a janela de vídeo do *YouTube*, da *Netflix*, das outras plataformas.

No documentário, quando estamos diante da imagem de uma pessoa, estamos diante de alguém que existe no mundo e a circulação da imagem pode afetar a sua vida de diferentes formas, por isso há uma grande responsabilidade em representar uma pessoa. É interessante pensar que quem assiste a um filme muitas vezes conhecerá aquela pessoa que vê pela forma como ela é representada. Pensemos, então, em uma coisa óbvia, mas que muitas vezes esquecemos. Se essas imagens e sons existem num filme é porque alguém as realizou. Elas chegam até nós justamente porque alguém as filmou, teve o trabalho de fazer a montagem e elas são o resultado visível de um encontro e de uma tomada de decisões sobre o que e como mostrar. As imagens são um registro do que foi, de algo que existiu no mundo, mas elas são também um testemunho, um ponto de vista. O documentário é uma representação, um ponto de vista da realidade, um testemunho sobre o mundo através de imagens e sons. E esse processo de representar alguém envolve questões de natureza ética, estética e política. Há um grande poder envolvido em filmar as outras pessoas e em montar as imagens, porque isso implica em definir a forma como elas serão vistas.

As pessoas que normalmente vemos falando sobre a história do país, sobre as dinâmicas sociais, fazendo análises e reflexões sobre os acontecimentos não são trabalhadoras domésticas. A imagem hegemônica da pessoa que explica processos e dinâmicas sociais talvez seja a de um professor, de um economista, de um cientista político, enfim, de um especialista, comumente um homem, explicando as coisas com edifícios empresariais ou uma estante de livros ao fundo. Às trabalhadoras domésticas é reservado o papel de serem pessoas sobre quem se fala. E, muitas vezes, quando se representa alguma questão relacionada a essa categoria, os registros audiovisuais assumem o ponto de vista dos patrões e das patroas.

No período de elaboração do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) das Domésticas, entre 2012 e 2013, por exemplo, uma questão central como a conquista de novos direitos para as trabalhadoras domésticas foi na maior parte das vezes representada pela mídia como um custo para os patrões e as patroas ou como um risco para o emprego das trabalhadoras domésticas. Há nesse tipo de escolha uma identificação e um compromisso com uma das partes da relação de trabalho e, de maneira mais ampla, a ideia de que conquistar direitos é uma coisa que acabará por prejudicar as trabalhadoras. Mas há outros elementos que se colocam em questão e talvez seja o caso de pensar que as trabalhadoras domésticas não têm a sua humanidade reconhecida e não são representadas como pessoas como os seus patrões e patroas.

Vejamos uma reportagem de 2013 no programa *Mais Você*, da Rede Globo, sobre a PEC das Domésticas. O título da matéria é “Babá de Tatiana tem medo de ser demitida por causa da nova PEC das Domésticas”. Para além da campanha, que faz parecer que a ampliação dos direitos trabalhistas da categoria é algo negativo e preocupante, o título nega a Sílvia Márcia, que trabalha como babá na casa de uma família, o direito de ser tratada pelo nome. Na reportagem, o que lhe foi atribuído como identidade é ser “babá de Tatiana”, o que é da ordem do disparate porque nem sequer é de Tatiana que ela cuida. Um título como esse, extrema-

mente preocupado com a patroa e nada preocupado com a trabalhadora, nem sequer enxerga a trabalhadora doméstica como uma pessoa. Na verdade, ela é tratada como se fosse propriedade de outra pessoa. Há uma grande violência nesse gesto, que remete a um passado de escravidão e violência colonial ao qual o trabalho doméstico está relacionado. Mas uma reportagem como essa não é exatamente uma exceção, é mais uma instância de violência contra as trabalhadoras domésticas que, historicamente, tiveram os seus direitos, o seu valor e a sua dignidade negados.

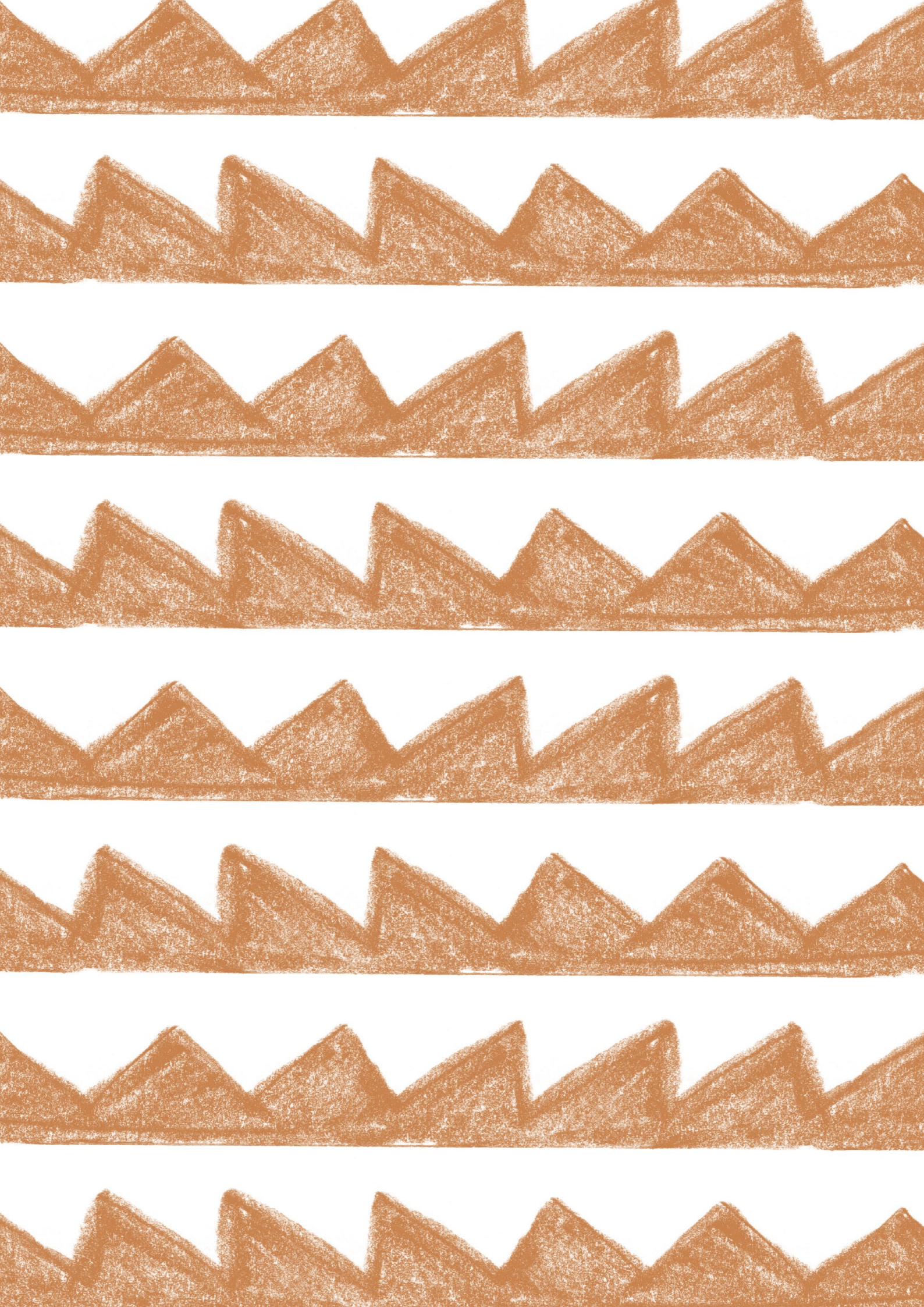
Isso nos coloca frente a uma questão complexa, que devemos tomar como um desafio permanente no trabalho de analisar e produzir conteúdos audiovisuais. Trata-se de uma questão de natureza ética mas que se expressa, quando filmamos e quando montamos, através de uma dimensão narrativa e estética. Como as produções audiovisuais podem reproduzir violência ou, em contrapartida, interromper um ciclo de violência?

Em *Digo às companheiras que aqui estão* (2022), havia desde o princípio a preocupação de realizar um filme em que o discurso de Lenira Carvalho fosse central. O filme se insere no grupo de produções audiovisuais que têm um compromisso com estabelecer uma ruptura com as formas de representação hegemônicas que negam a palavra às trabalhadoras ou concedem um espaço periférico às suas falas. Quando filmamos com Lenira, conhecíamos a sua história, sabíamos das importantes contribuições da sua atuação na luta pelos direitos das trabalhadoras e pela democracia no Brasil. Então, queríamos ouvi-la falando sobre a sua história de vida, mas, principalmente, que ela compartilhasse conosco as suas reflexões sobre a sociedade brasileira, os desafios para a

construção da democracia e o lugar do trabalho doméstico nessa sociedade. O filme definiu um regime de escuta, de diálogo, que pudesse fazer ecoar o discurso de Lenira.

Há também, na experiência que um filme pode proporcionar a quem o assiste, outros elementos que não passam somente pela fala, pelo discurso construído a partir das palavras. O audiovisual tem uma série de potencialidades que podem ser exploradas através das imagens e dos sons e da articulação de imagens e sons. Em uma sequência de *Digo às companheiras que aqui estão* (2022), Lenira Carvalho conta, por exemplo, que as trabalhadoras domésticas não podiam comemorar seus aniversários porque, como elas não tinham casa, não tinham um espaço onde pudessem receber as amigas para celebrar mais um ano de vida. Em seguida, ela conta que a associação das trabalhadoras domésticas, que precede a criação do Sindicato, organizou uma ida à praia em um domingo. Um ônibus pegou as trabalhadoras e as levou à praia num dia de folga. Aquilo representava uma alteração radical na vida das trabalhadoras, podendo viver um dia livre sem as preocupações do trabalho. Queríamos que fosse possível imaginar esse dia de piquenique, essa ida à praia, esse momento de encontro e partilha de companheiras e amigas. Por isso, ao definir a montagem dessa sequência no filme, estabelecemos um longo trecho somente com imagens fotográficas e a criação de uma atmosfera sonora que remete a um passeio na praia. Na sequência, há trechos sem qualquer fala, nos quais é possível adentrar nessas imagens e ouvir os sons de piquenique e as ondas do mar. As imagens da praia são imagens de liberdade, são o registro de um grupo de trabalhadoras que não tinha direito a tempo para si, para suas vidas, e o passeio representa um sopro de liberdade em meio ao cotidiano do trabalho.





## Racismo e Escravidão

Os debates em torno dos temas escravidão e racismo são amplos, sobretudo se levarmos em conta os variados subtemas, autoras, perspectivas e discussões em torno dessas problemáticas. Nessa proposta de aula ou oficina, portanto, não temos como intuito dar conta de todo o debate sobre esse universo. A proposta é refletir, a partir das contribuições de Lenira Carvalho e Lélia Gonzalez, sobre como o trabalho doméstico nos permite compreender as relações entre escravidão, racismo e o mundo do trabalho no Brasil. Para isso, temos como ponto de partida o pensamento de Lenira Carvalho exposto no documentário *Digo às companheiras que aqui estão* (2022) e no livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões* (2022) e o artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de Lélia Gonzalez.

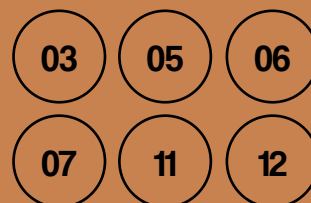
As conexões entre escravidão, racismo e trabalho doméstico levantadas por Lenira Carvalho podem ser discutidas a partir de dois temas que se relacionam e nos ajudam a entender a dominação e a exploração vividas pela categoria: a conquista de direitos e o reconhecimento da dignidade humana dessas trabalhadoras. As reflexões apresentadas por essa pensadora sobre o lugar e as condições de exercício do trabalho doméstico têm afinidades com o que Lélia Gonzalez elabora sobre o papel da mulher negra na sociedade brasileira com base nas figuras da “mulata”, “doméstica” e “mãe preta”. No pensamento de Lélia, essas três categorias ajudam a entender diferentes facetas do lugar atribuído às mulheres negras na nossa sociedade.

Neste roteiro pedagógico, propomos um diálogo entre as duas pensadoras, buscando refletir sobre as seguintes perguntas: como as dimensões de gênero, raça e classe atravessam o trabalho doméstico? Existem elos que conectam o trabalho doméstico no Brasil de hoje ao nosso passado escravocrata? O racismo presente na sociedade constrói as condições dentro das quais o trabalho doméstico é exercido?

### Objetivos

- Refletir sobre as relações entre escravidão, racismo e o mundo do trabalho contemporâneo.
- Discutir como o trabalho doméstico situa, ao mesmo tempo em que amplia, a discussão sobre escravidão e racismo.

### Roteiros pedagógicos que se relacionam:







## Racismo e Escravidão

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 2h20

- 20'** MOMENTO 1.  
**Sensibilização**
- 60'** MOMENTO 2.  
**Escravidão e as condições de trabalho no Brasil de hoje**
- 60'** MOMENTO 3.  
**Trabalho análogo à escravidão na contemporaneidade**

### Materiais necessários

01. Equipamentos para exibição do poema musicado “Gritaram-me Negra” ou cópias impressas do poema “Vozes-Mulheres”, de Conceição Evaristo.
02. Cópias do Anexo.
03. Objeto para armazenar os trechos do Anexo.
04. Notícias de jornal previamente selecionadas.
05. Dispositivo para tocar música.

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Ver o filme *Digo às companheiras que aqui estão*.
- Ler os seguintes capítulos de *A luta que me fez crescer e outras reflexões*: Botar no papel a história dessas mulheres; Infância em Alagoas, Essa comida e essa casa...; Os primeiros anos no Recife III; Aquele momento da calçada; Você cria um laço afetivo; A gente ainda é como escravo; Não tem horário de trabalho; A menina não diz que é doméstica; Do quarto de empregada à casa própria; A gente mora no mesmo local onde trabalha; Minha esperança.
- Ler o artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de Lélia Gonzalez (1987).

### Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



**Racismo e sexismo na cultura brasileira**, artigo de Lélia Gonzalez publicado na Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1987.

**Trabalhadoras domésticas e políticas de cuidado**. Nota Informativa nº 2/2023 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Cuidado e Família.



**Fotograma** (2016), de Luís Henrique Leal e Caioz.

**A ladainha da democracia racial**, Apresentação de Lilia Schwarcz (2018).



**O país que não se aceita negro** (2020). Episódio do Podcast Vidas Negras.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro4](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro4)

# Passo a passo

## Momento 1. Sensibilização

### Atividade de sensibilização A

Exibir o poema musicado “Gritaram-me Negra”, de Victoria Santa Cruz, e, na sequência, promover um debate entre as participantes sobre o vídeo a partir das seguintes questões: O que chamou atenção? O que lhe tocou e como você se sentiu? A sugestão é que se reflita, ainda, sobre a mudança de perspectiva em relação à palavra “negra”, do ponto de vista da entonação, das expressões corporais e do conteúdo.

### Atividade de sensibilização B

No caso de não haver equipamentos para exibição do vídeo, ler o poema “Vozes-Mulheres”, de Conceição Evaristo, e, na sequência, promover um debate entre as participantes sobre o poema: O que chamou a sua atenção? O que lhe tocou e como você se sentiu? A sugestão é que se reflita sobre as lógicas de dominação e resistência construídas no poema.

## Momento 2.

### Escravidão e as condições de trabalho no Brasil de hoje

No anexo deste roteiro, você irá encontrar trechos do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, de Lenira Carvalho, e do artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de Lélia Gonzalez. Corte-os, dobre-os e deposite-os em um recipiente (sacola, caixa etc.). Em seguida, peça para as participantes passarem o recipiente, com os papéis dentro, enquanto toca uma música. Quando você parar a música, quem estiver com o recipiente na mão deve sortear uma das frases, lê-la em voz alta e será convidada a falar sobre o que entendeu da frase. Repetir a dinâmica até as frases acabarem ou a educadora entender que o exercício já promoveu as reflexões desejadas. Ao final da dinâmica, abrir uma discussão coletiva sobre o material lido. Neste momento, a proposta é que a educadora guie a discussão conectando as contribuições das participantes com o texto “Diálogos entre Lenira Carvalho e Lélia Gonzalez: escravidão, racismo e trabalho doméstico no Brasil”, disponibilizado neste roteiro, e com as leituras prévias sugeridas.

## Momento 3.

### Trabalho análogo à escravidão na contemporaneidade

Distribuir e ler coletivamente as reportagens “Empregada doméstica que viveu 29 anos em situação análoga à escravidão receberá R\$ 1 milhão” e “Reconhecida caracterização de trabalho em condições análogas à escravidão em fazenda de Mato Grosso”, publicadas no site do Tribunal Superior do Trabalho. Os links para as duas reportagens estão disponíveis no site do material pedagógico. A educadora pode, também, levar outras reportagens que dialoguem com o tema. A partir dos casos das reportagens, refletir com o grupo sobre as duas dimensões que relacionam “escravidão” e “trabalho”, abordadas por Lenira Carvalho: (i) conquista e acesso aos direitos trabalhistas e (ii) experiência do exercício da dignidade.

# Diálogos entre Lenira Carvalho e Lélia Gonzalez: escravidão, racismo e trabalho doméstico no Brasil

Lenira Carvalho e Lélia Gonzalez são duas pensadoras e militantes que refletiram sobre as desigualdades sociais no Brasil e reivindicaram a importância de falarmos a partir do lugar social onde estamos situadas. As duas discutem como a maior parte do conhecimento divulgado sobre a população pobre, negra e as mulheres do nosso país não foi escrita por esses grupos sociais e que isso tem impacto na forma como entendemos a história do Brasil. Lenira Carvalho traz uma contribuição muito importante para entendermos as condições de trabalho e a classe trabalhadora no país. Sua reflexão parte da prática, de sua experiência e da experiência coletiva de um conjunto de trabalhadoras domésticas. Essa perspectiva de dar visibilidade à própria experiência amplia o debate sobre o mundo do trabalho, porque situa as experiências vividas pela classe trabalhadora no processo histórico de um país marcado pela escravidão e pelo racismo.

Lenira Carvalho começou a trabalhar como empregada doméstica aos 14 anos de idade e dedicou sua vida à luta pela conquista dos direitos de sua categoria. Na sua trajetória, percebeu que a vivência da identidade das domésticas como trabalhadoras, assim como da classe trabalhadora em geral, passa por dois movimentos que se complementam: a conquista e concretização dos direitos trabalhistas e o reconhecimento da dignidade humana dessas trabalhadoras. Isto é, são a garantia dos direitos e a valorização da pessoa e de seu trabalho que permitem que se saia da condição degradante da experiência da escravidão e se construa a identidade de trabalhadora, de classe trabalhadora. Sem a realização da cidadania não é possível sair de situações análogas às da escravidão.

O lugar ocupado pelo trabalho doméstico nos dá elementos para pensar sobre as dimensões de gênero, raça e classe da forma como a nossa sociedade está organizada. Lenira Carvalho faz uma comparação interessante entre a promulgação da Constituição de 1988, que é quando o trabalho doméstico passa a ser reconhecido como categoria profissional, e a assinatura da Lei Áurea, que data de 1888. Nos dois momentos, direitos foram conquistados no papel, mas isso não deu fim à profunda discriminação que

existe na sociedade. Para ela, é possível estabelecer uma relação entre a persistência da falta de reconhecimento do valor social do trabalho doméstico e o racismo na nossa sociedade. A população negra, mesmo depois de tantos anos do fim da escravidão e da conquista de leis contra a discriminação racial, continua enfrentando a cultura do desprezo. De forma semelhante, as trabalhadoras domésticas, apesar da conquista de direitos, continuam enfrentando o estigma e a desvalorização do seu trabalho, pois a sociedade não reconhece o valor das atividades que realizam.

Segundo dados do IBGE (Pnad-c, 2022), o trabalho doméstico é a categoria que mais emprega mulheres em nosso país, principalmente mulheres negras de baixa renda e com baixa escolaridade. Em 2022, o trabalho doméstico era a ocupação de 5,8 milhões de pessoas no Brasil. Deste grupo, 92% eram mulheres e 61,5%, mulheres negras. Como aponta Lélia Gonzalez, em “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, a grande presença de mulheres negras neste tipo de ocupação está relacionada ao lugar ocupado pelas mucamas no período colonial, ou seja, as escravizadas negras, prestadoras de serviços domésticos, de cuidado e comumente exploradas sexualmente pelos seus senhores. Apesar de uma série de mudanças na nossa sociedade, muitos preconceitos que as trabalhadoras domésticas vivem hoje estão associados às violências e explorações que as mulheres negras viviam naquele período.

A abolição da escravidão no Brasil aconteceu sem nenhuma política de reparação ou integração da população negra ao mercado de trabalho. Em razão dos preconceitos enfrentados e da falta de acesso a direitos e à escolarização, essa população enfrentou profundas dificuldades de se integrar na nova ordem de trabalho que se estabelecia. O trabalho doméstico, por ser desvalorizado e sem visibilidade, por ser um trabalho realizado pelas mucamas durante a escravidão colonial, passou a ser um dos poucos trabalhos que as mulheres negras conseguiam acessar. Lélia Gonzalez fala sobre como as mulheres negras passaram, em muitas situações, a sustentar toda a família a partir do trabalho como domésticas, uma vez que os

homens negros muitas vezes não conseguiam lugar no mercado de trabalho.

Os desafios apontados por Lenira Carvalho em relação à conquista de direitos e ao reconhecimento da dignidade humana dessas trabalhadoras, assim como as associações feitas por Lélia Gonzalez em relação aos papéis da mucama e da mãe preta do período colonial e o papel da trabalhadora doméstica contemporânea, revelam elos entre o mundo do trabalho atual e a escravidão. As análises desenvolvidas por essas pensadoras também apontam questões sobre como o racismo e o sexismo presentes na sociedade contribuem para a construção das condições nas quais o trabalho doméstico remunerado é exercido.

Lélia Gonzalez propõe que os lugares que as mulheres negras ocupam na nossa sociedade podem ser associados a três figuras, que podem ser vivenciadas inclusive pela mesma pessoa a depender do lugar e do momento de suas vidas.

- A “mulata”, a mulher negra bonita e sensual, disponível para prestar serviços sexuais à elite branca e aos estrangeiros.
- A “doméstica”, a mulher negra forte e trabalhadora, o “burro de carga”, que cuida de toda casa, trabalha sem parar e está sempre disponível para o serviço.
- A “mãe preta”, aquela que cuida carinhosamente das filhas da elite. No período escravocrata, era a ama de leite, quem cuidava, ensinava e educava. Para Lélia, a mãe preta, já que era quem criava, era a verdadeira mãe, enquanto a branca era a outra.

Lenira Carvalho compartilha algumas situações que ainda são vividas pelas trabalhadoras domésticas e que têm relação com a situação vivenciada pela população escravizada no período colonial:

- O preconceito que as trabalhadoras domésticas sofrem como se fossem amantes do patrão e como se estivessem disponíveis para prestar serviços sexuais aos empregadores.
- A crença de que oferecer comida, roupa, presentes e casa (no caso das trabalhadoras que moram com os patrões) é o suficiente como pagamento por seus serviços.
- O costume de que a trabalhadora tenha que pedir (como se fosse um favor) aquilo que deveria ser assegurado pela Lei (seus direitos), como a garantia do horário de saída do trabalho ou as férias.
- A naturalização de que os patrões são donos do tempo das trabalhadoras domésticas,

estabelecendo não apenas seus horários de início e final do trabalho, mas também os horários de alimentação e descanso, de acordo com a vida e as necessidades dos patrões.

Alguns paralelos podem ser estabelecidos entre o pensamento destas duas autoras. Por exemplo, a forma como a figura da mãe preta está inserida no imaginário brasileiro, tão presente nas memórias da elite branca do país, nos ajuda a compreender um debate muito importante para Lenira Carvalho, que diz respeito a uma das especificidades do trabalho doméstico: a questão do afeto. Lenira chama a atenção para como a mentalidade de que a trabalhadora doméstica é da família, potencializada pelo afeto que as trabalhadoras nutrem pelas famílias para as quais trabalham (sobretudo pelas crianças), cria uma falsa sensação de pertencimento. Essa falsa sensação, para ela, é um grande desafio para que as empregadas domésticas entendam e defendam sua identidade de trabalhadoras. Por outro lado, a construção de um imaginário de sensualidade em torno da mulata guarda relações com a exploração sexual vivida pelas mulheres negras no período da escravidão. A mulata é a doméstica sexualizada e explorada sexualmente, aquela que, segundo Lenira Carvalho em *Digo às companheiras que aqui estão* (2022), é vista socialmente como amante do patrão. Por sua vez, a falta de delimitação das jornadas de trabalho dessa categoria se relaciona à ideia de que as mulheres negras são incansáveis e estão sempre disponíveis para o trabalho.

Para Lélia Gonzalez, a maneira como a exploração se reinventa e as relações que a nossa sociedade tem com a escravidão são ocultadas pelo que ficou conhecido como “mito da democracia racial no Brasil”. Esse mito, para além de negar que existe racismo no Brasil, naturaliza os lugares sociais de pessoas pretas, pobres e também das mulheres. O que é fruto da nossa formação histórica passa a ser entendido como o lugar natural de certos grupos sociais. As pessoas pobres e negras são naturalmente moradoras de senzalas, favelas, cortiços, ocupações ou moradias precárias. As mulheres são naturalmente responsáveis pelos serviços domésticos, de cuidados e menos importantes. E as mulheres negras, destinadas quase exclusivamente aos serviços da cozinha, da faxina, dos serviços gerais ou prestadoras de serviços sexuais. Desvendar esse mito passa por desnaturalizar esses lugares para que se possa combater os mecanismos que perpetuam as desigualdades que existem no nosso país.

### **Mito da Democracia Racial Brasileira**

É a ideia de que no Brasil não existe racismo, porque somos uma sociedade miscigenada onde as pessoas supostamente convivem em harmonia. As bases desse pensamento estão relacionadas à obra de Gilberto Freyre, que escreveu em 1933 o livro *Casa Grande & Senzala*. Ao afirmar que o Brasil é fruto da mistura harmoniosa entre indígenas, negros e brancos, Freyre rompeu com a visão dominante da época de que a população branca europeia era superior às populações negras e indígenas e de que a miscigenação (mistura entre raças) enfraquecia e degenerava a espécie humana. Na contramão dessas perspectivas, ele considerava a miscigenação um processo positivo e que era essa mistura o que definia o povo brasileiro. A sua obra teve grande influência na formação da nossa identidade nacional e para a cristalização da ideia de que no Brasil não existe racismo. Para ele, uma das provas da convivência harmônica entre esses três grupos é justamente o fato da nossa sociedade ser miscigenada. Sua visão sobre a miscigenação na sociedade brasileira era romantizada, diminuía a violência praticada contra as populações negra e indígena e naturalizava a violência sexual praticada contra mulheres negras e indígenas no período colonial. Pesquisas posteriores se dedicaram a desconstruir esse mito, evidenciando como as identidades raciais afetam profundamente a vida das pessoas e que a ideia de que no Brasil se vive em harmonia é apenas mais um instrumento de perpetuação do racismo no país.





(1) “Mas têm patroas que ainda tem a gente como escrava, e elas como senhora. Isso hoje infelizmente ainda existe. Tem umas coisas que mudaram, mas tem umas coisas que ainda existe, e existe tanto do lado da doméstica quanto do lado da patroa. A gente ainda é como escravo, como propriedade da patroa. E aí você passa a pedir. Quando eu passo a pedir, então é porque eu não tenho direito. E aí passa as meninas a não ter férias, mesmo tendo carteira assinada, porque a menina tem que pedir. E pedir é muito duro. Por mais que a gente diga que ela tem direito, ela diz: “A patroa não deu e eu não peço”. Como a doméstica está com essa mentalidade de pedir, ela não pede, porque pedir é humilhante. Quer dizer, como a menina não descobriu que tem direito de exigir uma folga semanal ou quinzenal, acha que é pedir, e isso ela não faz. Por isso que eu digo que tem muitas coisas que ainda se comparam com outro tempo. Não digo dos escravos, mas a mentalidade ainda existe.”

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 73.

(2) “Tempos depois, eu, a cozinheira e a costureira começamos a estudar à noite. Ao voltar pra casa, aprendi a passar ao longo da casa e entrar nos quartos sem fazer nenhum barulho. Se me vissem acordada, mesmo à noite e depois de um dia inteiro de trabalho, os patrões eram capazes de me chamar para fazer algum serviço a mais. Os quartos não eram confortáveis, mas era neles onde a gente tinha uma certa liberdade. Onde podia rir à vontade e conversar o que quisesse. Mesmo assim, a mãe de minha patroa, que era a dona da casa, reclamava bastante se a gente ficasse com a luz do quarto acesa muito tempo.”

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 39.

(3) “(...) a partir da nova Constituição [1988], avançamos bastante na conquista dos direitos trabalhistas, mas não conseguimos ainda o reconhecimento do valor social do nosso trabalho. É fácil entender o que quero dizer, comparando com o problema da raça negra. Tantos anos já se passaram desde a abolição da escravatura no Brasil, e a discriminação em relação aos negros ainda continua a existir. É verdade que tem diminuído um pouco, por conta da ação dos movimentos negros. Hoje, existem também algumas leis contra a discriminação racial que podem até levar alguém para a cadeia, mas a cultura de desprezo aos negros ainda está longe de se acabar. Eu percebo até dentro da categoria e no bairro onde moro, essa discriminação em relação ao negro. Faço uma comparação com o valor social do trabalho doméstico. Existem os direitos, existe a lei, mas a sociedade ainda desvaloriza o trabalho doméstico.”

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 189.

(4) “Quando fiquei conhecendo a história dos escravos, vi a vida da minha mãe. Ela não foi vendida, também acho que não apanhou, mas, no resto, vivia e trabalhava como uma escrava! Pertencia a uma família que não era a sua e ia passando para as mãos dos filhos, como se fosse objeto da casa.”

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 29.

(5) “Aí é que eu acho, as pessoas dizem: “Essa comida e essa casa... Vocês têm casa, têm comida”. Mas isso tem uma marca muito grande, muito grande. Todo mundo fala: “A comida, a comida, a comida”. Meu deus, mas que comida? Não quero dizer que tem casa que a comida é mais ruim, mas tem casa que a comida é boa, tem casa que a comida é igual. Mas por tudo se passa aquela comida na cara da gente... As pessoas querem dizer que a doméstica tem que ganhar pouco porque tem comida, porque come. E não vê que a gente trabalha tanto. E o pior é que dizem tanto isso que a doméstica passa a ver que, de fato, aquela comida é tudo na vida dela. Eu não quero dizer que não deixa de ser tudo. Mas ela aceita quase que a ganhar pouco porque tem a comida.”

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 41.



(6) “O que ela quer é uma hora para pegar o serviço e uma hora para parar. Porque o que a gente sente é que a gente não é dona da nossa vida. As meninas dizem isso abertamente: “A gente não é dona da vida da gente, porque a gente não pode dizer ‘eu chego a tal hora’ Nem para falar com o namorado, nem para aula, nem para uma reunião, nem para nada, porque tudo está dependendo dos donos da casa”. Um dia almoça num horário, outro dia almoça no outro.”

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 75.

(7) “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama [mulher negra escravizada no período colonial] permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas (...) E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem ‘educadas’ ou estarem ‘bem vestidas’ (afinal, ‘boa aparência’, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria ‘branca’, unicamente atribuível a ‘brancas’ ou ‘clarinhas’). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo às instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-obas da vida. Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço.”

Lélia Gonzalez, “Sexismo e Racismo na Cultura Brasileira”, 1987, página 230.

(8) “O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na ‘mulata deusa do meu samba’ (...) É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la (...) Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra (...) Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica (...) É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas.”

Lélia Gonzalez, “Sexismo e Racismo na Cultura Brasileira”, 1987, página 228.

(9) “Ela [mãe preta], simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então (...) A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a ‘mãe preta’ é a mãe.”

Lélia Gonzalez, “Sexismo e Racismo na Cultura Brasileira”, 1987, página 235.

(10) “Acontece que a mucama “permitida”, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo a mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido (...) Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é ‘natural’ que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal?”

Lélia Gonzalez, “Sexismo e Racismo na Cultura Brasileira”, 1987, página 233.







## Classes Sociais

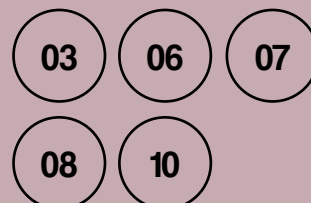
**A** aula ou oficina parte das contribuições teóricas e analíticas de Lenira Carvalho para promover uma discussão sobre classes sociais. Buscamos demonstrar a importância de compreender a sociedade a partir dos conceitos de “classe social”, “classe em si”, “classe para si” e “luta de classes”. Além disso, temos a intenção de proporcionar uma reflexão acerca das disputas de classe mais relevantes no Brasil contemporâneo. Desse modo, as participantes trabalharão com questões mais teóricas e com análises sociais, políticas e econômicas.

A discussão sobre classes sociais tem muitas vertentes que se desdobram em disputas teóricas e políticas. Lenira Carvalho formula as questões de classe a respeito das trabalhadoras domésticas com um enfoque marxista. Isso significa que pensamos o roteiro pedagógico em diálogo com Karl Marx para enfatizar que a sociedade capitalista é conflitiva e dividida em classes sociais, onde algumas classes se beneficiam e outras se prejudicam. Essa divisão é determinada pela exploração no trabalho, porém tem desdobramentos em toda a vida dos indivíduos (ver mais no **Glossário**). Utilizamos também as contribuições de Edward Thompson, por sua ênfase nas experiências cotidianas como fatores centrais na construção da classe social como sujeito político. Para ele, as classes sociais existem como experiências partilhadas e como articulação de interesses. Essa é uma forma de compreensão da questão muito próxima à de Lenira. Em suma, Karl Marx, Edward Thompson e Lenira Carvalho compreendem as classes sociais de modo histórico e conflitivo fundamentado na experiência das explorações e na constituição de um sujeito político através de disputas. Esse é o enfoque teórico e crítico que guiou a proposta de atividades desta aula ou oficina.

### Objetivos

- Promover reflexões sobre a divisão da sociedade em classes sociais desiguais.
- Refletir acerca de como as classes sociais disputam a forma como a sociedade se estrutura.

### Roteiros pedagógicos que se relacionam:





## Classes sociais

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 1h30 ou 2h30

- 15' MOMENTO 1.  
**Sensibilização**
- 75' MOMENTO 2.  
**Debate sobre classes sociais**
- 60' MOMENTO 3.  
**Atividade sobre análise de classe**

**Formato 1:**

Sensibilização e debate 90'

**Formato 2:**

Sensibilização, debate e análise de classe - 150'

### Materiais necessários

01. Dispositivos para exibição do filme *Digo às companheiras que aqui estão*.
02. Cópias do texto “O que é classe social para Lenira Carvalho?”
03. Cópias de notícias de jornal.

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Ver o filme *Digo às companheiras que aqui estão* atenta aos seguintes tópicos: opressões no trabalho, conflitos entre os patrões e patroas e as domésticas, conscientização política e organização sindical.
- Ler os capítulos “Vivendo e aprendendo II”, “Patrão só muda se for por uma pressão da gente” e “O nosso sindicato”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.

### Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



“Trabalhadoras domésticas no Brasil: sujeitos ou sujeitadas na classe, no gênero e na raça?”, artigo de Mary Castro publicado na Revista Princípios, 39 (159), 126-150, 2020.

*A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras* (2017). Relatório da OXFAM Brasil .



*Luta de classes* (2021). Episódio de Tempero Drag.

Estes materiais podem contribuir para um maior aprofundamento dos debates:



*Manifesto comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels.

Prefácio de *A formação da classe operária inglesa 1: A árvore da liberdade*, de Edward Palmer Thompson.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro5](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro5)

# Passo a passo

## Momento 1. Sensibilização

Para compreender as classes sociais, é preciso constatar o alto grau de desigualdade econômica que existe no país. Para isso, serão utilizados dados do relatório da OXFAM Brasil *A distância que nos une*, de 2017. A educadora deve fazer as seguintes perguntas e anotar as respostas dadas pelas participantes sem informar quais estão corretas:

- As pessoas que recebem um salário-mínimo no Brasil teriam que trabalhar quantos anos para conseguir acumular o mesmo valor de um mês de renda da parcela da população que está entre o 0,1% mais rico da população? (Resposta: 19 anos).
- Se partirmos dos dois pólos opostos da escala de renda do país, vocês acham que os 5% mais ricos da população brasileira recebem o mesmo que a soma de quantos por cento dos mais pobres? (Resposta: 95%).
- Se somarmos a riqueza da metade mais pobre da população brasileira, que inclui mais de 100 milhões de pessoas, vocês acham que esse valor representa a riqueza de mais ou menos quantas pessoas que estão entre os mais ricos do país? (Resposta: 6 pessoas).

Depois de ouvir as respostas, a educadora deve informar as respostas corretas para ilustrar que vivemos em um país muito desigual em termos econômicos. Sugere-se que o debate se estenda um pouco com as impressões das participantes acerca dos dados apresentados. Ainda que não exista apenas esse tipo de desigualdade (ver **roteiros 4, 6 e 12**), o debate sobre renda e riqueza nos serve como ponto de partida para entendermos alguns dos motivos e dos conflitos na sociedade em que vivemos.

## Momento 2. Debate sobre classes sociais

### 1a opção

Exibição do filme *Digo às companheiras que aqui estão* e leitura do **Glossário**. Depois, a educadora conduz o debate com as **perguntas disparadoras**.

### 2a opção

Divisão das participantes em pequenos grupos e leitura do texto “O que é classe social para Lenira Carvalho?”, apresentado neste roteiro. Realização de uma discussão inicial nos grupos a partir da questão: como as classes sociais nos ajudam a entender o mundo? Depois, todas as participantes se reúnem em um mesmo grupo e a educadora conduz o debate com as **perguntas disparadoras**.

**Perguntas disparadoras** (a educadora pode formular mais perguntas para aprofundar a discussão): O que vocês entendem por classe social? Vocês concordam com a maneira como Lenira Carvalho pensa as classes sociais? Vocês se identificam com alguma classe social específica? O que essa identificação tem a ver com o modo como vocês experienciam a vida cotidiana? Vocês acham que há uma unidade entre as trabalhadoras que permite uma ação conjunta?

## Momento 3. Atividade sobre análise de classes

O objetivo principal é refletir sobre a composição da luta de classes hoje. Na atividade deve ser realizada uma análise de classes a partir da leitura e da discussão de notícias recentes. A educadora deve selecionar notícias que indiquem relações de opressão trabalhistas e demonstrem a ação organizada de classes sociais. Exemplos de temas possíveis são: trabalhos análogos à escravidão, precariedade das trabalhadoras por aplicativo, condições de trabalho das trabalhadoras domésticas, disputas relativas a direitos trabalhistas e posicionamentos políticos sindicais. As participantes da aula ou oficina devem ser divididas em grupos de até cinco pessoas e realizar a leitura das notícias, discutindo brevemente as questões de classe que encontram nelas. Depois as participantes são reunidas em um mesmo grupo geral e a educadora conduz a discussão com as seguintes perguntas: quais as principais disputas políticas, econômicas, sociais e culturais dessas notícias? A partir dessas disputas, vocês conseguem identificar interesses de classes sociais específicas? Quem compõe essas classes e como essas pessoas são? Como essas pessoas estão organizadas na busca por seus interesses?

# O que é classe social para Lenira Carvalho?

Lenira Carvalho refletiu, ao longo de sua vida, sobre as classes sociais a partir da situação das trabalhadoras domésticas. As suas concepções foram muito influenciadas pelo marxismo e por sua atuação na Juventude Operária Católica. Ela defendia que pertencer a uma classe social está intimamente relacionado com o trabalho desempenhado por cada uma na sociedade. “Estar em uma classe” é, em suas palavras, realizar um “mesmo trabalho” e viver uma “mesma realidade”. Desse modo, o pertencimento de classe varia de acordo com o que fazemos no mercado de trabalho e com o que recebemos em troca, ou seja, situa a pessoa nas relações de produção.

Para Lenira, mesmo que nem sempre conscientes dos modos de exploração, as trabalhadoras domésticas – como quaisquer trabalhadoras – se situam em um subconjunto da sociedade que pode ser chamado de classe trabalhadora. Isso significa que, ao pertencer à categoria trabalhista das domésticas, Lenira pertencia à classe trabalhadora como um todo. Esse vínculo comum ocorre porque todas as trabalhadoras vivem em um “mundo de injustiçados na mão dos opressores”, ou seja, compartilham uma mesma situação de exploração no capitalismo.

Mesmo que haja muitos pontos em comum entre a vida das trabalhadoras domésticas e a de outras categorias, Lenira Carvalho menciona os “problemas das domésticas” para se referir a explorações e humilhações específicas a que as trabalhadoras estão submetidas nas casas de seus patrões e suas patroas. No trabalho dentro de uma casa, a luta de classes é vivenciada nas negociações sobre o horário de trabalho, nas funções a serem desempenhadas e nos modos de se comportar. Isso pode ocorrer de modo consciente ou inconsciente, mas é permanente. Um exemplo ilustrativo dos interesses conflitantes no ambiente doméstico são as longas jornadas de trabalho das domésticas sem horário para terminar.

Como conta Lenira, ao voltar das suas aulas à noite, ela aprendeu a “passar ao longo da casa e entrar nos quartos sem fazer nenhum barulho porque se me vissem acordada, mesmo à noite e depois de um dia inteiro de trabalho, os patrões eram capazes de me chamar para fazer algum serviço a mais”.

Quando o conflito é vivenciado individualmente, os patrões e as patroas concentram o poder e tendem a se recusar a ceder direitos. Há uma grande assimetria de poder que beneficia os patrões e as patroas. Por conta disso, Lenira Carvalho defendia que era preciso um processo de conscientização e organização para a luta pelos direitos das trabalhadoras. No caso das domésticas, ela identificou algumas dificuldades para isso acontecer. Dentre elas, está o fato de que muitas domésticas viviam na casa dos seus patrões e de suas patroas e, com isso, não tinham muitos pontos de encontro entre si e com outras categorias de trabalhadoras. Outro problema elencado é que as domésticas são alvo de um processo de desvalorização social que dificulta que elas assumam publicamente a sua própria identidade de trabalhadoras domésticas e as suas demandas. Há também a questão do seu local de trabalho ser uma propriedade privada, o que impede a fiscalização das condições de trabalho por parte do Estado e facilita o aprofundamento da precariedade.

Por fim, a luta de classes fica mais evidente e se acirra com a crescente organização das domésticas. Um marco importante nessa conquista foi a Constituição de 1988, pois, no momento seguinte, foram fundados sindicatos de domésticas em decorrência do reconhecimento da profissão como categoria trabalhista. Por entender que os sindicatos são representantes dos interesses de classe que fazem com que os conflitos interpessoais dentro das casas (ou de quaisquer locais de trabalho) se tornem conflitos mais coletivos, Lenira defendia a organização nessas instituições. Isso facilita a obtenção e a garantia de direitos trabalhistas.

# Glossário

## **Classe social**

O pensador alemão Karl Marx tem uma concepção dupla de classe social em sua obra. Em um sentido amplo, o termo é usado para identificar grandes grupos desiguais que disputam os recursos sociais. Em um sentido mais estrito, as classes sociais só existem no capitalismo e se dividem principalmente entre a burguesia, que concentra a propriedade dos meios de produção, e as trabalhadoras, que são exploradas ao serem obrigadas a vender a força de trabalho para sobreviver.

## **Classe em si e classe para si**

Marx afirma que há uma diferença entre a classe como uma condição material determinada (classe em si) e a classe como um sujeito político consciente (classe para si). Isso significa que as condições econômicas – principalmente as relações de trabalho – determinam a condição de classe em si: uma trabalhadora assalariada doméstica pertence à classe trabalhadora por partilhar situações em comum e interesses em comum com outras trabalhadoras. Mas, para se transformar em uma classe para si, é preciso que essas trabalhadoras se organizem politicamente e tomem consciência de seu caráter de sujeito político.

## **Luta de classe**

Para Marx, o conflito na sociedade está instituído por conta de como produzimos e reproduzimos as nossas necessidades vitais. É na exploração do trabalho que a economia capitalista se desenvolve e, por isso, há sempre conflitos em relação ao grau de exploração do trabalho. Essas lutas de classe podem ser mais ou menos conscientes e explícitas. De qualquer modo, são um componente político e econômico importante da transformação das sociedades.

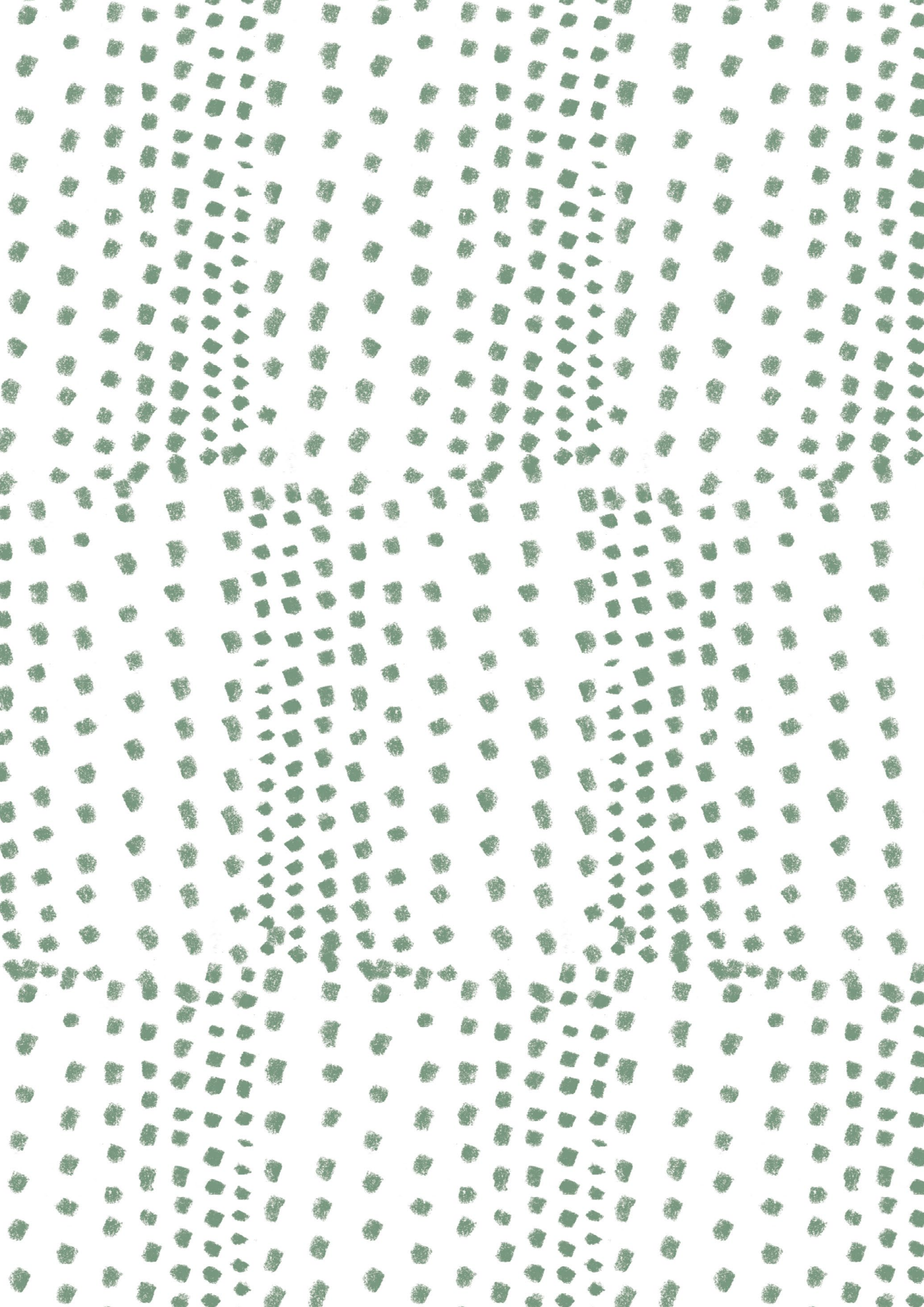
## **Precariado**

Ruy Braga define o precariado como o conjunto de trabalhadoras em situação de precariedade. O termo pode ser usado para se referir às pessoas que trabalham, mas que não têm direitos nem proteção social. Essa precariedade é algo intrínseco ao funcionamento normal do mercado de trabalho. Uma parcela significativa das atuais trabalhadoras vive em condições de degradação das condições de vida por conta de incertezas e vulnerabilidades. Elas são chamadas de precariado.









## Trabalho

**N**esta aula ou oficina propomos reflexões sobre os trabalhos que criam e sustentam o mundo em que vivemos. Partimos de um exercício que se debruça sobre a própria vida das participantes para desenvolver coletivamente um entendimento sobre o que é trabalho, como ele está distribuído na nossa sociedade e qual é o valor que damos às diferentes atividades que permeiam nosso cotidiano. O roteiro levanta, também, debates sobre a importância de entender como a desvalorização de certas atividades caminha lado a lado com a desvalorização das pessoas que desempenham essas funções, e sobre a importância de compreendermos que os diferentes mundos do trabalho são mais interligados e interdependentes do que normalmente conseguimos perceber.

A partir do filme *Digo às companheiras que aqui estão* e da leitura de trechos do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, abrimos a discussão sobre o lugar do trabalho doméstico no Brasil e suas raízes históricas que remontam ao período da escravidão e à desvalorização dos trabalhos atribuídos às mulheres. Partimos das reflexões elaboradas por Lenira Carvalho para levantar debates sobre as dimensões de gênero, raça e classe que atravessam os trabalhos que desempenhamos, estabelecendo diálogo com as concepções de mundos do trabalho de Verônica Ferreira, Rivane Arantes e Carmen Silva e com o conceito de divisão sexual do trabalho.

### Objetivos

- Promover reflexões sobre o que é trabalho e como ele está distribuído na sociedade e nas nossas vidas.
- Refletir sobre a imbricação entre as desigualdades de classe, raça e de gênero nos mundos do trabalho.
- Levantar discussões sobre o valor do trabalho doméstico na sociedade em que vivemos.

### Roteiros pedagógicos que se relacionam:





## Trabalho

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 3h15

- 45' MOMENTO 1.  
**Sensibilização**
- 90' MOMENTO 2.  
***Digo às companheiras que aqui estão***
- 45' MOMENTO 3.  
**Debate dirigido**
- 15' MOMENTO 4.  
**Exposição final**

### Materiais necessários

01. Dispositivos para exibição do filme *Digo às companheiras que aqui estão*.
02. Cópias dos Anexos.
03. Cópias do texto “Lenira Carvalho e os mundos do trabalho” (opcional).

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Ver o filme *Digo às companheiras que aqui estão*.
- Ler o texto “Direitos das trabalhadoras domésticas: uma luta de todo o movimento de mulheres”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.
- Para maior aprofundamento dos temas abordados, sugerimos a leitura das demais indicações sugeridas neste roteiro pedagógico.

### Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



Capítulo “Um outro mundo do trabalho é possível e necessário”, do livro **Nosso Trabalho sustenta o mundo**, organizado por Carmen Silva, Rivane Arantes e Verônica Ferreira. Publicado pelo SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.

Introdução do livro **Os cuidados do Brasil: mercado de trabalho e percepções**, organizado por Hildete Pereira de Melo, Lucilene Morandi e Lorena Lima de Moraes. Publicado pela Fundação Friedrich Ebert Brasil.

Estes materiais podem contribuir para um maior aprofundamento dos debates:



O tempo de trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência, de Maria Betânia de Melo Ávila.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro6](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro6)

# Passo a passo

## Momento 1. Sensibilização

Distribuir entre o grupo a ficha “O que fazemos com o nosso tempo?” (Anexo). Se o grupo for composto por pessoas adultas, solicitar que preencham individualmente a planilha, marcando os períodos que dedicam ao longo do dia a diferentes atividades. Solicitar que destaquem, também, os momentos do dia em que têm “tempo para si”, seja para lazer, descanso ou simplesmente quando não têm atividades previstas. Se o grupo for composto por jovens ou adolescentes, sugerir que escolham uma pessoa do seu núcleo familiar e descrevam, na ficha, como é a rotina dessa pessoa, incluindo as atividades que desempenham e o que consideram o tempo livre dessas pessoas. Ao final do exercício, solicitar que três voluntárias compartilhem as suas respostas. A partir das informações compartilhadas pelas participantes, a educadora deve estar atenta aos tipos de trabalho que foram contabilizados ou não, e desenvolver as seguintes reflexões com o grupo, adequando as perguntas a depender de como o exercício foi realizado, ou seja, se as participantes realizaram a atividade pensando no próprio dia ou no dia de outra pessoa:

- O que é trabalho para vocês? Dentro das atividades marcadas, quais delas vocês entendem que são trabalho? O que caracteriza o que consideramos trabalho?
- Quanto tempo dedicamos ao trabalho? Isso é visível para nós mesmas e para as outras pessoas? E quanto tempo do dia temos livre, para nós mesmas?
- O trabalho realizado fora de casa é trabalho? O trabalho realizado dentro de casa é trabalho? O que diferencia um do outro?
- Existe algum padrão na forma como o trabalho é distribuído na sociedade, ou seja, na forma como se determina quem é responsável pelo quê? Qual é o impacto que isso tem na rotina das pessoas e no tempo que elas têm para si próprias?
- Os diferentes tipos de trabalho têm o mesmo valor na sociedade? Por quê?

## Momento 2. *Digo às companheiras que aqui estão*

Assistir ao filme *Digo às companheiras que aqui estão* (34min) e pedir para as participantes compartilharem as primeiras impressões.

## Momento 3. Debate dirigido

Após o momento inicial de debate livre, solicitar que três pessoas leiam três trechos do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, de Lenira Carvalho, disponíveis no Anexo deste roteiro. A sugestão é que a primeira voluntária leia o primeiro trecho e logo após essa leitura, seja aberto um espaço para debate coletivo sobre aquele trecho. Depois, esses mesmos passos devem ser repetidos com o segundo trecho e, por fim, com o terceiro trecho. Reservar em torno de 20 minutos de debate por leitura. A seleção dos trechos a serem lidos deve ser feita pela educadora, a depender das ênfases que queira dar à discussão. Se considerar pertinente, ela pode também desenvolver a atividade propondo a leitura de mais trechos, fazendo o devido ajuste no tempo necessário para a atividade.

## Momento 4. Exposição final

Para concluir a aula ou oficina, é importante que a educadora conecte as contribuições do grupo com reflexões sobre as imbricações entre gênero, raça e classe na forma como o mundo em que vivemos está organizado; lance luz sobre a importância de percebermos que as diferentes atividades desempenhadas na sociedade estão mais interligadas do que normalmente percebemos; e sintetize reflexões sobre por que o trabalho doméstico é tão desvalorizado. Ao final, o texto “Lenira Carvalho e os mundos do trabalho” pode ser distribuído para leitura posterior.

# Lenira Carvalho e os mundos do trabalho

Ao longo de sua vida, Lenira Carvalho se dedicou à luta para que o trabalho doméstico fosse reconhecido como profissão e tivesse seu valor social respeitado. Nesse processo, percebeu que, para alcançar esses objetivos, era necessário conquistar direitos trabalhistas para a categoria e garantir as condições para que esses direitos fossem cumpridos. Além da garantia dos direitos trabalhistas, também era necessário que as empregadas domésticas fossem respeitadas como pessoas, trabalhadoras e cidadãs. No livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, ela compartilha que houve mudanças em relação à conquista de direitos, mas o cumprimento desses direitos continua sendo um grande desafio e a discriminação e a cultura que existem em relação ao trabalho doméstico ainda não mudaram. Por que será que esse trabalho é tão desvalorizado, quando, como nos lembra Lenira, “o trabalho doméstico é muito mais que lucro, ele gera vida”?

Questionamentos semelhantes a esse foram feitos ao longo da pandemia da Covid-19. Uma das estratégias de enfrentamento para conter a propagação do vírus, quando ainda não havia vacinas, foi o isolamento social. Como não era possível parar todas as atividades humanas que fazem uma sociedade funcionar, em todo o mundo se discutiu quais eram os trabalhos essenciais. Ou seja, quais eram aqueles trabalhos indispensáveis para o funcionamento de qualquer cultura, economia e organização política, e que, portanto, não podiam parar. É irônico pensar que, entre os trabalhos considerados essenciais, estavam trabalhos muito desvalorizados, como os trabalhos que geram vida, para além de lucro. Não foi possível parar de dar à luz e de cuidar de crianças, de pessoas idosas, doentes, ou de amigos e familiares, de manter lares e comunidades em funcionamento, de produzir e preparar alimentos, de limpar os nossos resíduos, de garantir o transporte de alimentos, remédios e pessoas etc. Mas, se são essenciais, por que esses trabalhos estão, normalmente, entre os mais desvalorizados? Por que estão entre os mais mal pagos e com as piores condições para sua execução? Quem são as pessoas que realizam normalmente esses trabalhos? Quais são as suas identidades de gênero, raciais e em que estratos da sociedade estão posicionadas?

Quando olhamos para a organização do trabalho na nossa sociedade, percebemos que ele não é um bloco coeso no qual mulheres e homens, pretos e brancos, ricos e pobres recebem remuneração proporcional às suas funções e à quantidade de trabalhos que realizam. O mundo do trabalho é organizado pelos sistemas capitalista, patriarcal e racista, o que cria, a partir da exploração e da dominação de umas pessoas em relação a outras, diferentes mundos do trabalho.

Vivemos uma divisão entre classes sociais na qual uma minoria, que detém ou controla os meios de produção de bens e de serviços (dinheiro, terra, equipamentos, matérias-primas, tecnologias, titulações etc.), enriquece a partir da exploração do que é produzido pela maioria trabalhadora, que vive a partir da venda de sua força de trabalho. Vivemos uma divisão sexual do trabalho na qual certas atividades são atribuídas historicamente aos homens e outras às mulheres e, nesta divisão, os trabalhos considerados masculinos são mais valorizados que os considerados femininos. E vivemos, também, uma divisão racial do trabalho, que mantém uma ligação direta com o período de escravidão no país, cujos trabalhos são divididos entre brancos e não brancos. E basta observar quem são, na maior parte das vezes, as pessoas com cargos mais altos e valorizados para perceber que o prestígio e o poder econômico estão concentrados nas mãos da população branca.

Um olhar para o lugar que o trabalho doméstico remunerado ocupa na nossa sociedade nos ajuda a pensar sobre tudo isso, ou seja, sobre como os trabalhos que realizamos estão distribuídos com base em desigualdades de gênero, raça e classe social. Isso implica não apenas na distribuição desigual do valor que damos a esses trabalhos, mas também no valor dado às pessoas que os exercem. A desvalorização de certos trabalhos caminha lado a lado com o estigma vivido pelos grupos sociais que exercem essas funções.

O trabalho doméstico remunerado no Brasil é realizado majoritariamente por mulheres, de classes populares e pretas. Para entender a desvalorização que ele sofre, é preciso olhar, como já falamos, para as heranças que o país ainda guarda do período da escravidão, quando os

trabalhos braçais eram realizados pela população negra e indígena escravizada e entendidos como de menor prestígio. Entre esses trabalhos, estava também o cuidado da casa, da alimentação, das crianças e idosos das famílias de elite, realizado por mulheres negras escravizadas. Em *A luta que me faz crescer e outras reflexões*, Lenira Carvalho chama atenção para o fato de que até para outras categorias de trabalhadoras de classes populares é necessário provar que o trabalho doméstico é também um trabalho e é um trabalho tão digno quanto qualquer outro. Isso está relacionado a outra faceta da desvalorização do trabalho doméstico: a sua associação com as mulheres e a ideia de que são tarefas naturalmente femininas, realizadas com amor e que não envolvem grande complexidade. No cotidiano de muitas famílias, esse trabalho é simplesmente invisível. Ele é essencial para que tudo funcione, mas não é visto por quem não o realiza.

A discussão sobre a divisão e hierarquização entre “trabalhos femininos” e “trabalhos masculinos” nos ajuda a pensar na própria concepção que temos sobre o que é trabalho. Trabalho é toda atividade que cria o mundo em que vivemos e, no sistema capitalista, é a forma de riqueza enquanto produção de bens e serviços. Quando dizemos que o trabalho cria o mundo em que vivemos, não estamos falando apenas de prédios, carros ou dos outros bens que consumimos, mas também de todas as condições de manutenção do nosso cotidiano, da transmissão da cultura, dos alimentos, da criação de seres humanos, entre outras. Essas atividades normalmente não são entendidas como trabalho, mas se as pessoas que limpam as casas, cuidam das crianças e dos idosos e produzem a comida simplesmente parassem de trabalhar, como o resto do mundo, e inclusive os outros trabalhos, poderiam continuar funcionando? Essa é uma reflexão importante para entendermos como as diferentes atividades que desempenhamos na vida estão muito mais interligadas do que aparentam e que a desvalorização de certos trabalhos está ligada às

condições históricas de construção da sociedade em que vivemos e não da suposta falta de importância desses trabalhos para as nossas vidas.

Por meio do trabalho também criamos a nós mesmas e construímos as nossas identidades. O trabalho pode ser fonte de criatividade e realização para algumas pessoas, mas pode ser apenas uma experiência de exploração e aprisionamento para outras, numa sociedade em que algumas pessoas podem definir com o que trabalham e outras não. Para que algumas pessoas possam escolher não fazer certos trabalhos, é preciso que outras os realizem por elas. Dessa forma, a divisão do trabalho na sociedade produz desigualdades por meio da exploração, quando a produção da riqueza, a capacidade das trabalhadoras e o uso de seu tempo são apropriados por outros sujeitos, empresas ou instituições, que detêm os lucros gerados pelo trabalho dessas pessoas. Com o trabalho doméstico remunerado também é assim. As classes mais ricas liberam seu próprio tempo para fazer outras atividades, contratando pessoas com baixos salários para cuidar das suas casas ou das suas filhas. A invisibilidade, a desvalorização e as origens históricas desse trabalho fazem com que ele seja realizado por mulheres pobres que muitas vezes não tiveram acesso a outras possibilidades nos mundos do trabalho remunerado.

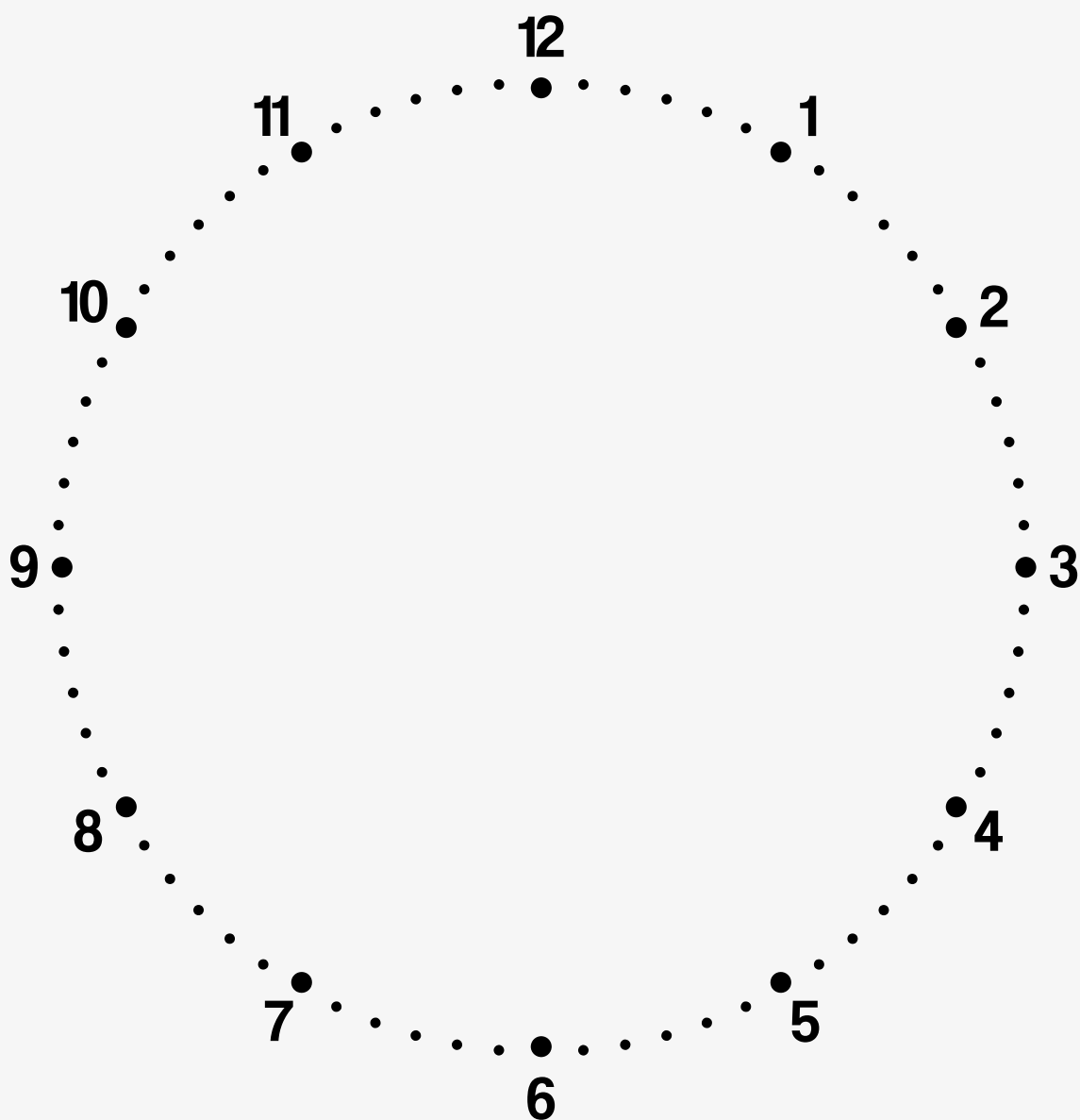
Será que o entrelaçamento entre gênero, raça e classe que marca o trabalho doméstico remunerado nos ajuda a explicar por que essa categoria de trabalhadoras demorou tanto tempo para ter seus direitos equiparados legalmente aos de outras categorias? Será que ele pode nos auxiliar a compreender que a luta das domésticas, como nos lembra Lenira Carvalho, não é só por direitos, mas também pelo reconhecimento social do trabalho doméstico? Pensar sobre esse entrelaçamento pode nos ajudar a entender por que as lutas das trabalhadoras são mais do que conflitos por direitos trabalhistas, mas são também por cidadania.



# Anexo I

## O que fazemos com o nosso tempo?

Vinte e quatro horas é o tempo de duração de um dia. Você já parou para pensar como vivemos essas 24 horas? No relógio abaixo, marque as atividades que você, ou a pessoa do seu núcleo familiar que você escolheu para tomar como referência, desempenha ao longo do dia.





## Anexo II

### Subsídios para o “Momento 3: Debate dirigido”

Trechos do livro *A luta que fez crescer e outras reflexões* (2022), de Lenira Carvalho.



Nessa minha vida na casa dos outros, custava-me muito viver com a falta de educação dos ricos. Parece que eles são mais educados, mas na verdade o comportamento e as atitudes deles eram de muita falta de educação. Não valorizam o trabalho da empregada, pelo jeito como eles se comportam na casa, deixando a bagunça para a gente. Ainda hoje é assim: desde que tenha muita empregada dentro de casa, o negócio é deixar tudo desmantelado. Eu varria tanto e, pouco depois, já estava tudo sujo de novo, de tanto jogarem papel e outras coisas no chão. Não adiantava reclamar, porque achavam que eu estava ali para fazer isso mesmo. Eu só tinha a revolta e a angústia. Encerava a casa toda de taco, sem enceradeira, com aquela coisa pesada que era o esfregão e, quando terminava, os meninos derramavam água e outras coisas. Eu pensava em nunca mais trabalhar em casa que tivesse criança. Elas eram quem mais sujavam as coisas, mesmo quando já estavam grandinhas. Os pais geralmente nem ligavam, porque achavam isso normal. Muitas vezes faziam do mesmo jeito que os filhos. Uma das meninas que eu tinha ajudado a criar, já grande, disse-me um dia: “Mas, Lenira, se tem empregada é isso mesmo e se a gente não desmanchar, você não terá serviço para fazer!”

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, páginas 60 e 61.

De 1950, quando comecei a trabalhar, com 14 anos, até hoje, muita coisa mudou. Sentimos que houve uma grande mudança no que se refere à conquista de direitos. O que não mudou foi a discriminação e a cultura que existe sobre o trabalho doméstico. Conquistar uma lei através de uma luta é possível, mas mudar a cultura não é tarefa fácil. Antes de 1988, a patroa pagava o salário mínimo apenas se quisesse; a relação era diferente. Havia uma relação complicada, muito misturada entre o trabalho e o afeto, entre duas mulheres, patroa e empregada. Uma relação que, muitas vezes, era vista como de bondade e afetividade. Essa afetividade que existia e existe ainda torna mais difícil a luta e a briga por direitos e o sentido de classe.

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 197.

No mundo capitalista em que vivemos, no qual a vida não tem valor – onde crescem os assassinatos, onde nos hospitais morre-se todos os dias por falta de atendimento –, quando um trabalho dá esse sentido de vida, esse sentido torna-se difícil de ser compreendido, não só pela discriminação sobre o trabalho doméstico, mas também pela cultura que desvaloriza a vida. Essa cultura naturaliza que este é um trabalho de mulher e o desvaloriza, porque realizado no privado. Então, essa é uma de nossas lutas: que o trabalho doméstico seja reconhecido como profissão e em seu valor social.

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 194.

Faço parte da categoria profissional das domésticas e, portanto, também desse imenso mundo de trabalhadores. Muitas vezes, porém, somos discriminadas por outras categorias. Hoje, muita gente fala da necessidade de se levar em conta as relações de gênero, mas nem todo mundo sabe o que significa ser mulher, fazer trabalho de mulher. Os homens, trabalhadores de outras categorias, não valorizam muito a nossa presença dentro da luta. Nossa categoria é composta, quase que totalmente, por mulheres. É composta por pessoas geralmente isoladas em cada casa. Raramente, temos uma colega trabalhando na mesma casa. Isso dificulta muito o trabalho de organização de nossa categoria. Não é como no trabalho no campo ou numa fábrica, onde as pessoas trabalham uma ao lado da outra e têm mais possibilidade de conversar sobre os seus problemas comuns. Mas, mesmo sem estar na produção agrícola nem industrial, o nosso trabalho também torna possível todas as outras profissões, porque a gente cuida de algumas coisas indispensáveis na vida de patrões e trabalhadores. A gente cuida do lugar onde as pessoas se alimentam, descansam e se preparam novamente para retornar ao seu trabalho. As centrais sindicais precisam reconhecer a importância de nossa presença no mundo do trabalho.

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 143.

Uma coisa também que dizem, e que é uma coisa que marca a doméstica, é que a gente não pode ter direito às coisas porque a gente não produz. Está certo que a gente, numa casa de família, não produz assim tecido como nas fábricas. A gente não produz coisas que vá dar dinheiro. Mas a gente produz dentro dessa sociedade. E foi isso que na medida que eu descobri, eu não me vejo mais uma doméstica isolada no meio do mundo, só com as minhas companheiras domésticas. Eu me vejo dentro de tudo! Até que me prove o contrário, eu participo com as minhas companheiras dentro dessa sociedade. Quando eu cozinho para esses caras que estão lá discutindo, para esses médicos, para esses engenheiros, para tudo, eu estou dando uma contribuição. E eu estou dando uma contribuição também, eu e as minhas companheiras, quando eu estou trabalhando dentro deste país. Eu estou fazendo alguma coisa porque, com tudo que eles querem nos marginalizar, a gente ainda luta para trabalhar, para sobreviver. Na medida que eu luto para sobreviver dentro do país, eu sou responsável e eles têm que ser responsável pela gente também. E isso é que não existe, isso é que é marca.

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 149.

Tem muitas patroas que dizem assim para a gente, lá na Associação: “Vocês têm vergonha de ser doméstica. E a gente também é doméstica”. Aí a gente responde: “Minha senhora... A doméstica no caso da gente é empregada. Empregada doméstica. É muito diferente ser doméstica da própria casa e ser empregada doméstica”. E o pior é que o trabalho da empregada doméstica não é nem reconhecido como profissão. A gente é conhecida como “faz tudo”.

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 115.





## Direitos trabalhistas no Brasil ontem e hoje

**A** conquista dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil aconteceu de forma parcelada. Por um longo período, direitos conquistados por outras categorias foram negados às trabalhadoras domésticas e até hoje a maior parte da categoria trabalha na informalidade e de forma precarizada. Neste roteiro pedagógico, propomos uma discussão sobre o percurso de luta e conquista dos direitos das trabalhadoras domésticas. A partir de um diálogo entre o pensamento de Lenira Carvalho, Nair Jane de Castro Lima, Maria Betânia Ávila e Joaze Bernardino-Costa, esta aula ou oficina pretende promover reflexões sobre os entraves que estiveram e ainda estão colocados para o reconhecimento do trabalho doméstico como profissão e a forte trajetória de luta que essas trabalhadoras vêm trilhando para transformar suas condições de trabalho e o país. Através de um mergulho em notícias de jornal e trechos do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, de Lenira Carvalho, propomos discussões sobre as mudanças e permanências no lugar que esse trabalho ocupa na sociedade em que vivemos e no valor social atribuído a ele e às mulheres que o exercem, com o intuito de evidenciar elementos que nos ajudam a entender o contexto social, econômico e cultural que permeia o lugar do trabalho doméstico ao longo da história do Brasil.

### Objetivos

- *Discutir a desvalorização e o estigma social em torno do trabalho doméstico.*
- *Apresentar a trajetória de conquista de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil.*
- *Refletir sobre as barreiras colocadas para a conquista dos direitos da categoria e os desafios para a garantia dos direitos trabalhistas conquistados.*

### Roteiros pedagógicos que se relacionam:

04

05

06

08

11



## Direitos trabalhistas no Brasil ontem e hoje

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 2h30

- 5' MOMENTO 1.  
**Cinco minutos de reflexão**
- 90' MOMENTO 2.  
**Explorando memórias e arquivos**
- 30' MOMENTO 3.  
**Debate coletivo**
- 25' MOMENTO 4.  
**Marcos na conquista dos direitos das trabalhadoras domésticas**

### Materiais necessários

01. Fita adesiva.
02. Quadro ou cartolinas e utensílios para escrita (para desenhar a linha do tempo).
03. Cópias do Anexo.
04. Cópias do texto “Conquista dos direitos das Trabalhadoras Domésticas: uma colcha de retalhos” e da “Linha do tempo” para distribuir entre as participantes (opcional).

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Ver o filme *Digo às companheiras que aqui estão*.
- Ler os textos complementares propostos no roteiro.
- Ler os subsídios da atividade “Explorando memórias e arquivos” (Anexo).

### Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



**Eu sou Nair Jane - A luta das trabalhadoras domésticas** (2023), de Carlos Pronzato.

**Laudelina, Suas Lutas e Conquistas.** Filme produzido e realizado pelo Museu da Imagem e do Som de Campinas e Museu da Cidade de Campinas.



**No rastro das lutas: após 10 anos de PEC das Domésticas, categoria ainda luta por direitos.** Podcast produzido pelo Brasil de Fato e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE).



**Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico** (2008). Texto de Maria Betânia Ávila publicado no livro *Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico*.

**Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil.** Texto de Joaze Bernardino-Costa, publicado na revista *Sociedade e Estado*, 30 (1). Jan-Abr 2015.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro7](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro7)

# Passo a passo

## Momento 1. Cinco minutos de reflexão

A educadora deve distribuir uma folha em branco para cada participante e pedir que reflitam em silêncio sobre os contatos que tiveram com trabalhadoras domésticas remuneradas, a partir das seguintes perguntas: *Você é ou conhece alguma trabalhadora doméstica? Qual é a sua relação com essa ou essas pessoas? São familiares suas, amigas, vizinhas ou conhecidas? Na sua casa já teve ou tem uma trabalhadora doméstica contratada? Pensando no contato que você já teve com essa profissão, o que você acha das condições de trabalho dessa categoria?* As perguntas devem ser feitas uma a uma, com um pequeno intervalo entre elas. Ao final, solicitar que as participantes escrevam no papel o que acham que aproxima e o que diferencia a situação das trabalhadoras domésticas em relação à situação de outras categorias. As respostas não precisam ser lidas, este é apenas um exercício de reflexão individual sobre o tema.

## Momento 2. Explorando memórias e arquivos

Dividir as participantes em quatro ou cinco grupos e distribuir as cópias do Anexo. Em seguida, solicitar que os grupos leiam o material e discutam em que década se passaram aqueles eventos. Sugerimos que esse momento tenha duração aproximada de 30 minutos. Enquanto as participantes estiverem discutindo, a educadora pode desenhar uma linha do tempo no quadro ou em cartolinas, marcando início e final de cada década. Após a discussão, pedir que cada grupo leia os trechos analisados para todas as participantes e compartilhe quando o grupo acredita que aquilo aconteceu, fixando com fita crepe o subsídio na linha do tempo construída previamente pela educadora. Depois da apresentação de cada grupo, a educadora confere se as décadas atribuídas pelo grupo estão corretas. Caso o grupo não tenha acertado o período de referência, a educadora pode posicionar o subsídio no local correto na linha do tempo e discutir aquele evento com todas as participantes. Ao final das apresentações, a educadora pode pedir que todo o grupo se levante, olhe a linha do tempo com atenção e retorne aos seus lugares.

## Momento 3. Debate coletivo

Após o exercício de construção da linha do tempo, a educadora deve levantar uma discussão a partir das seguintes questões e de outras que considerar pertinentes:

- O que podemos concluir sobre as condições em que o trabalho doméstico remunerado tem sido exercido ao longo da nossa história?
- Vocês acham que as condições de trabalho das trabalhadoras domésticas são parecidas com as de outros e outros trabalhadores em diferentes momentos da nossa história? Por quê?
- Na opinião de vocês, o que mudou e o que permanece em relação ao lugar que o trabalho doméstico ocupa na nossa sociedade?

## Momento 4. Marcos na conquista dos direitos das trabalhadoras domésticas

Como encerramento da aula ou oficina, para organizar as discussões levantadas ao longo da atividade, a educadora deve apresentar os principais marcos de conquistas das trabalhadoras domésticas no Brasil. O texto “Conquista dos direitos das Trabalhadoras Domésticas: uma colcha de retalhos” e a “Linha do Tempo” podem ser distribuídos para leitura posterior.

# Conquista dos direitos das Trabalhadoras Domésticas: uma colcha de retalhos

O lugar que o trabalho doméstico remunerado ocupa na organização da sociedade brasileira talvez seja um dos elos mais visíveis do Brasil de hoje com o seu passado escravocrata. Cada etapa da luta e conquista de direitos da categoria foi marcada por intensos debates públicos sobre a natureza desse trabalho, carregados de preconceito e falta de reconhecimento da importância dessa atividade na sociedade e na economia do país. Nair Jane de Castro Lima, importante liderança das trabalhadoras domésticas no Brasil, costuma dizer que a conquista dos direitos da categoria é como uma colcha de retalhos. Pouco a pouco as trabalhadoras foram tecendo a muitas mãos condições mais dignas de trabalho, enfrentando preconceitos e questionando a exploração tão naturalizada.

Ao longo da sua trajetória, Lenira Carvalho, outra importante liderança da categoria, desenvolveu várias análises sobre os entraves e estratégias utilizadas pelas elites para negar condições de trabalho dignas para as trabalhadoras domésticas. Um desses entraves é o próprio reconhecimento dessa atividade como trabalho, como atividade laboral. Apesar de indispensável para a organização da sociedade, o trabalho doméstico é uma atividade invisível e sem prestígio social. É uma atividade historicamente associada às mulheres e, no Brasil, desenvolvida principalmente por mulheres negras que não têm as suas funções definidas de forma nítida e enfrentam longas jornadas de trabalho nas quais são demandadas a realizar as mais diferentes atividades que podem surgir numa casa, da limpeza a reparos, de tarefas de cuidado à costura e tantas outras funções.

A desvalorização do trabalho e a desvalorização da pessoa que realiza esse trabalho caminham lado a lado. Nesta imbricação mora outro elemento trazido por Lenira como um dos entraves para a garantia dos direitos da categoria: a falta de reconhecimento da dignidade das mulheres que exercem essas funções. As trabalhadoras domésticas não são reconhecidas como pessoas com o mesmo valor que a família para as quais trabalham. Vivem ou compartilham cotidianamente a mesma casa, mas em

condição de subalternidade, sem direito a conforto, tempo e lazer, e muitas vezes sem direito sequer a comer da mesma comida.

Os mesmos patrões e patroas que desvalorizam as trabalhadoras domésticas afirmam que elas fazem parte da família. Maria Betânia Ávila, socióloga e militante feminista, diz que, de fato, as trabalhadoras domésticas fazem parte da família patriarcal burguesa brasileira (e isso também é reproduzido pelas outras classes), mas fazem parte como trabalhadora explorada por essa família. Ou seja, o formato dessas famílias já prevê a existência de uma trabalhadora explorada. As elites têm como parte de sua tradição a existência de criadas que cuidam de várias gerações da família e passam a fazer parte de um imaginário dessa elite. As babás são parte de uma memória afetiva das elites brasileiras e a partilha dessa memória é uma reafirmação do pertencimento à elite. Para Lenira Carvalho, as relações de afeto entre trabalhadoras e patrões são um dos principais elementos que encobrem a exploração que as trabalhadoras vivem e dificultam a politização da categoria.

Argumentos como os de que o trabalho doméstico não é como os outros porque existem relações de afeto envolvidas ou de que uma casa não é a mesma coisa que uma empresa e por isso não há como estabelecer o início e o fim dessa jornada de trabalho foram usados pelas elites em diferentes momentos históricos para se contraporem às reivindicações de regulamentação do trabalho exigidas pela categoria. O fato de ser um trabalho realizado dentro da casa dos patrões dificulta a fiscalização das condições de trabalho e, por ser uma atividade em que as trabalhadoras, na maior parte das vezes, não compartilham o ambiente de trabalho com colegas, dificulta também a organização da categoria, a contraposição em relação aos patrões e, em algumas situações, o próprio entendimento de que o tratamento que estão recebendo não é aceitável.

Apesar de todo o estigma enfrentado, as trabalhadoras domésticas vêm se organizando politicamente há muito tempo. A primeira



Associação da categoria foi fundada em 1936, em Santos, por Laudelina de Campos Melo. Um olhar para esta trajetória nos faz pensar sobre a ideia de colcha de retalhos elaborada por Nair Jane. Joaze Bernardino-Costa, sociólogo e professor, escreveu bastante sobre a organização política da categoria e as alianças formadas com o movimento negro, os movimentos feministas e sindicatos de outras categorias na luta por direitos. Lendo os seus trabalhos, percebemos que direitos conquistados apenas em 2013 e 2015, com a EC 72/2013 e a Lei das Domésticas, já vinham sendo reivindicados por décadas pela categoria. Essa é uma luta que tem promovido não apenas dignidade a estas trabalhadoras, mas também tem garantido importantes avanços na democratização do país, ao promover profundas transformações na organização da sociedade brasileira.

Nas últimas décadas, temos vivido um processo de desregulamentação dos direitos trabalhistas no Brasil e no mundo. Mudanças na legislação, como a Reforma Trabalhista de 2017, têm retirado direitos historicamente conquistados e a informalidade no mundo do trabalho tem crescido, fazendo com que uma grande parcela de trabalhadoras, principalmente mulheres, estejam em trabalhos informais, sem qualquer proteção legal. Apesar dos direitos conquistados na lei, a grande maioria das trabalhadoras domésticas no Brasil continuam trabalhando sem carteira assinada, ou seja, sem acesso aos direitos conquistados. Num contexto de aumento da precarização das condições de trabalho para diferentes categorias, as trabalhadoras domésticas seguem lutando pela garantia dos direitos já conquistados e pela melhoria das suas condições de trabalho.

## Linha do tempo





**1963**

Primeiro Congresso Estadual da Guanabara, que reuniu trabalhadoras domésticas de diferentes cidades do Rio de Janeiro e de Juiz de Fora, MG.



**1968**

Primeiro Congresso Regional de São Paulo, que reuniu trabalhadoras dos municípios de São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Guanabara e Jundiaí.

Primeiro Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, realizado em São Paulo.



**1972**

Criação da Lei nº 5.859, a primeira que regulamenta o trabalho doméstico no Brasil. Essa lei estabeleceu a obrigatoriedade da previdência, direito à carteira assinada e férias anuais remuneradas de 20 dias, depois de 12 meses de contrato. A lei não garantiu o direito a salário-mínimo para a categoria.



**1978**

Criação informal da Equipe Nacional, no 3º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em Belo Horizonte-MG. A Equipe Nacional tinha como responsabilidade a organização dos Congressos Nacionais da Categoria e sua formalização aconteceu em 1981, no Congresso seguinte.



**1988**

Promulgação da nova Constituição Federal. As trabalhadoras domésticas conquistam o direito à integração à Previdência Social, o direito ao salário-mínimo nacional, assim como a irredutibilidade do salário, décimo terceiro salário, repouso remunerado, férias remuneradas, licença-maternidade de 120 dias, licença-paternidade, aviso prévio de 30 dias, aposentadoria e sindicalização. Apesar das conquistas, apenas nove dos trinta e quatro incisos que elencam os direitos constitucionais dos trabalhadores rurais e urbanos contemplaram as trabalhadoras domésticas.

Fundação dos primeiros sindicatos de trabalhadoras domésticas no Brasil.

Fundação da CONLACTRAHO – Confederação Latino-Americana e Caribenha de Trabalhadoras Domésticas.



**1989**

No 6º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, realizado em Campinas (SP), a Equipe Nacional é substituída pelo Conselho Nacional, que tinha atribuições semelhantes, mas algumas diferenças na sua constituição e organização.



As informações desta linha do tempo foram retiradas principalmente de duas fontes:

**Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos.** Tese de doutorado em sociologia de Joaze Bernardino-Costa, defendida na Universidade de Brasília em 2007.

“Direitos Parcelados: trajetória da Legislação do Emprego Doméstico no Brasil”, artigo escrito por Cristina Pereira Vieceli, Julia Giles Wünsch, Priscila de Freitas e Tábata Silveira dos Santos, do livro **Emprego Doméstico no Brasil: raízes históricas, trajetórias e regulamentação**, publicado em 2017 pela Editora RT.

# Anexo

## Grupo 1

### As domésticas

A polícia não está pensando em transformar nossas empregadas domésticas em tipos puro-sangue, como certas governantas do filmes ingleses, quando pede às senhoras donas de casa que levem suas babás, copeiras e cozinheiras até a Delegacia de Costumes para serem cadastradas. Compreende-se que haja, da parte das serviçais humildes, algum receio ao serem convidadas pelas patroas a irem juntas a uma delegacia. Tudo vai depender, porém, de ambas as partes compreenderem as vantagens do cadastramento. O serviço que a polícia está oferecendo à sociedade tem tantos aspectos positivos que não importa sob que ponto de vista o consideremos.

O que primeiro nos chama a atenção é o cuidado das autoridades com a proteção aos lares, tantas vezes assaltados por ladrões que têm nas falsas domésticas suas aliadas mais eficientes. Ninguém ignora que moças de aparência cândida oferecem-se para trabalhar, sem credenciais idóneas, e são aceitas, depois ganham confiança e até a afeição das família, até que um dia (ou uma noite) revelam-se o contrário das inglesas dos filmes e sim, pura e simplesmente, cúmplices de criminosos, quando não são, elas mesmas, escoladas ratuínas. Os casos de raptos de crianças, como de portas “casualmente” abertas, estão todos os dias nos jornais. Ao exigir a folha corrida de cada serviçal e cadastrando-as, a polícia protege as famílias e, ao mesmo tempo, dignifica as verdadeiras e honestas empregadas, fazendo-as credoras da confiança e da amizade dos seus patrões. O cartão policial substituirá o melhor dos atestados de idoneidade moral, e liquidará com esse critério antigo e imprudente, que até agora vem sendo adotado, de se contratar os serviços de alguém pela aparência, ausência de decotes ou mini-saia, ou por alguma vaga informação que não inclui qualquer compromisso.

Outro aspecto positivo da medida – e positivo, também, para patroas e empregadas – prende-se ao cartão de saúde, expedido por médico de Posto estadual. É tão óbvio o perigo que representa baba enferma para a criança que tantas vezes carrega nos braços, e até beija, que não insistiremos no tópico. Do mesmo modo, todos sabem que as mãos da cozinheira podem contaminar a alimentação de uma família inteira. Mas se todos esses perigos, além de outros igualmente sabidos, uma vez eliminados representam um benefício à parte empregadora, se examinarmos bem a questão a empregada também lucra, em saber-se doente, pela possibilidade que o Posto de Saúde lhe oferece de tratamento. Só pessoas mentalmente deterioradas desejam, em plena consciência, contaminar quem quer que seja.

São estas coisas que as patroas, que dispõem de melhor nível de cultura, normalmente, que as empregadas, devem lhes explicar. Não há, nisso tudo, desconfiança, nem intuito de humilhar, como poderá parecer a alguma doméstica mais ignorante. É importante que haja uma compreensão geral sobre os problemas só agora levantados, como também nos parece que a medida, que não é compulsória, mas tão somente preventiva, pode, se bem aceita, conduzir a outras ainda mais consentâneas com a melhoria, profilática e social, desse grupo de mulheres que servem às famílias sob a denominação popularizada e imperfeita de – domésticas.

Reportagem do Diário de Pernambuco, publicada em 23 de fevereiro de 1972. Disponível no site da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional Digital.

## Grupo 1



Viver assim, tantos anos numa mesma casa, acaba criando uma mistura muito grande na gente. Às vezes, eles diziam que eu já fazia parte da família. Nunca levei isso muito a sério, por causa do que a minha mãe já me havia dito. Mas, com tanto tempo de convivência, sempre se cria uma ligação afetiva, que muitas vezes nos confunde e nos leva a se submeter a certas coisas. Conheço uma doméstica que já participou muito de nossas lutas, mas que se submete a permanecer trabalhando para uma família sem estar recebendo dinheiro há muitos meses. Os patrões estão com dificuldades financeiras. Mas como ela já trabalha há muito tempo com essa família, prefere ficar lá. Uma outra companheira de lutas também permanece trabalhando na mesma casa em que está há anos, mesmo sem receber nenhum pagamento. Como ela já recebe o dinheiro da aposentadoria, os patrões acham que não precisam pagar nada para ela. O receio de ter que se adaptar outra vez ao jeito de uma nova família também faz com que muitas de nós prefira permanecer onde está.

Trecho de *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, páginas 61 e 62. Lenira Carvalho compartilha reflexões sobre as relações afetivas entre trabalhadoras e patrões e se refere a casos de exploração que ainda acontecem nos anos 2000.

## Grupo 2




### **Associação denuncia que empregada foi agredida pelo patrão**

A presidente da Associação das Empregadas Domésticas do Recife, Eunice Antônia do Monte, denunciou ontem à redação do DIÁRIO DE PERNAMBUCO, a violência praticada contra a doméstica Ana Cristina da Silva, pelo patrão. De acordo com a denúncia, o engenheiro Miguel Lourenço de Siqueira Melo, residente na Rua Bispo Cardoso Ayres, nº 267, Boa Vista, após espancar e distribuir pontapés em sua empregada, entornou sobre ela uma panela de mingau fervente, provocando-lhe queimaduras em todo o corpo. Antes, porém, ameaçou matar o filho de Ana Cristina, uma criança de um ano de idade. A doméstica deu entrada no Hospital da Restauração, no setor de Queimados, no dia 25 deste mês, já tendo no entanto recebido alta. Diante da gravidade da agressão, a Associação de Empregadas Domésticas do Recife já está se mobilizando para exigir das autoridades a apuração do fato devendo a queixa ser encaminhada à Delegacia terça-feira.

Reportagem publicada no Diário de Pernambuco em 29 de maio de 1983. Disponível no site da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional Digital.

## Grupo 2



Minha vida na infância foi muito difícil. Daquilo que não me lembro eu sei contar bem pouquinho porque minha mãe falava muito pouco sobre a vida da gente. Da vida dela, então, quase nada. Sei que ela foi morar com a senhora de engenho e trabalhar na casa-grande desde muito pequena, mas nunca soube nada sobre a sua família. O único parente seu que conheci foi um irmão mais velho dela. Não sei se teve outros irmãos, nem mesmo sei o nome de minha avó, a mãe dela. Nunca soube sequer se ela nasceu no mesmo engenho que eu nasci. Só sei que foi praticamente criada por essa senhora de engenho e que depois engravidou de um dos filhos dessa mulher. A criança nasceu na casa-grande, onde foi também criada e se chamava José. Além desse neto da senhora de engenho, minha mãe teve mais cinco filhos. Como minha mãe nunca se casou e nunca teve um companheiro para morar, sempre existiu um intervalo de alguns anos entre o nascimento de um filho e outro. Eu fui a penúltima a nascer. Esse meu irmão, portanto, era muito mais velho do que eu.

Meu irmão José, apesar de nunca ter sido reconhecido pela família do seu pai – o que seria um escândalo – sempre recebeu deles um tratamento um pouco melhor do que os outros filhos de minha mãe. Ele nunca foi colocado para trabalhar no canavial, apesar de morar num engenho. Sua responsabilidade era cuidar dos cavalos e do gado e ele era o único que sabia ler entre os trabalhadores do engenho. Não sei como conseguiu aprender, porque não havia escola por perto, então certamente alguém na casa-grande foi responsável por isso. Minha segunda irmã, Celina, parece que também viveu um tempo na casa-grande. Lembro-me que ela se casou muito jovem, mas não sei como foi a sua infância. Teve também uma outra, a Lídia, mas dessa eu nada lembro. Sei que morreu muito cedo. Contam que ela ficava deitada numa caixa muita pequena que, com o tempo, ficou lhe apertando as pernas e dificultando o seu crescimento. Minha mãe trabalhava o dia inteiro e quase não tinha tempo para ela. Essa minha irmã, coitada, deve ter sofrido muito.

Antônio, o meu outro irmão, foi criado com o meu tio. A minha última irmã, Jaidete, também morou na casa-grande e foi a única com quem convivi durante a infância. Ela era um ano e meio mais moça do que eu. Era a irmã a quem eu era mais apegada, apesar de ser totalmente diferente de mim. Minha mãe era negra e o pai de Jaidete, que diziam ser motorista, certamente era branco porque ela era sarará: branca do cabelo vermelho. Quando nós brigávamos, ela me chamava de negra e eu dizia que ela era branca com o cabelo de negro, tinha o nariz chato e os lábios grossos. A briga da gente era essa.

Trecho de *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, páginas 28 e 29. Lenira Carvalho compartilha memórias de sua infância em um engenho em Porto Calvo, AL, nas décadas 1930 e 1940.

## Grupo 3



### Não querem devolver-lhe a filha e por isso queixou-se à polícia

Na 2ª Delegacia compareceu, ontem, à tarde, a mulher Tereza Joaquina da Conceição, residente a Ilha do Leite, queixando-se ali de uma família residente à rua Conde da Boa Vista nº 115.

Ao comissário de serviço, a queixosa declarou que tem uma filha de 10 anos de idade, empregada com a mencionada família. Agora, necessitando dos serviços de sua filha, chamou-a para a sua companhia, no que, porém, não consentiu a família que se negou, terminantemente, a entregar a menor. O comissário registrou a queixa e comunicou o fato ao dr. José Borba, delegado auxiliar.

Reportagem publicada no Diário de Pernambuco em 8 de abril de 1933. Disponível no site da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional Digital.



Fizeram uma pesquisa com as patroas e elas disseram que hoje não tem mais doméstica como antigamente. E de fato não tem. Porque a menina de hoje, a menina nova, não vai mais entrar nessa. Hoje você não vai nunca pegar mais uma doméstica como aquela doméstica de 20 anos, 30 anos atrás. Eu acho que eu dizer que, hoje, a doméstica está como eu quando eu vim trabalhar, eu estaria mentindo.

A gente, naquele tempo, não tinha e hoje a gente tem um pouquinho de lei. Quando eles dá, a gente tem a carteira assinada. Quem tem uma carteira assinada tem direito a férias e tem direito aos direitos da Previdência Social. A gente não tinha. Hoje em dia, aqui no Recife, já se tem domingo livre de 15 em 15 dias, embora não tenha o repouso semanal, embora não tenha muitas coisas. Mas tem certas coisas que é diferente.

Agora, tem ainda uma mentalidade de muitos anos atrás. Não digo em todas as patroas, talvez tenha umas patroas jovens que já vê de outra maneira. Mas têm patroas que ainda tem a gente como escrava, e elas como senhora. Isso hoje infelizmente ainda existe.

Tem umas coisas que mudaram, mas tem umas coisas que ainda existe, e existe tanto do lado da doméstica quanto do lado da patroa. A gente ainda é como escravo, como propriedade da patroa. E aí você passa a pedir. Quando eu passo a pedir, então é porque eu não tenho direito. E aí passa as meninas a não ter férias, mesmo tendo carteira assinada, porque a menina tem que pedir. E pedir é muito duro. Por mais que a gente diga que ela tem direito, ela diz: "A patroa não deu e eu não peço". Como a doméstica está com essa mentalidade de pedir, ela não pede, porque pedir é humilhante. Quer dizer, como a menina não descobriu que tem direito de exigir uma folga semanal ou quinzenal, acha que é pedir, e isso ela não faz. Por isso que eu digo que tem muitas coisas que ainda se comparam com outro tempo. Não digo dos escravos, mas a mentalidade ainda existe. Eu conheço meninas na Associação que ainda não conseguiram ter todos os domingos de folga. Em casa que tem duas domésticas, às vezes uma tem folga no sábado, a outra tem no domingo. Mas é muito difícil, muito difícil mesmo. A maioria é folga de 15 em 15 dias ou folga mensal, e mesmo assim muitas voltam para dar janta. A situação é muito isso.

Trecho de *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, páginas 73 e 74. Lenira Carvalho compartilha reflexões sobre transformações e permanências nas condições do trabalho doméstico remunerado durante a década de 1980.

## Grupo 4

Sábado, hora do almoço em um shopping da zona sul. As mesas de uma das lanchonetes estão ocupadas por pais, mães, filhos e... babás. A cena é comum em lugares frequentados pelas classes média e alta paulistanas.

As moças de branco ficam ao lado das crianças dia e noite, nos fins de semana e nas férias. São vistas em restaurantes e clubes, como o Paulistano e o Pinheiros, onde são obrigadas a trajar uniforme, enquanto os pais curtem à beira da piscina.

Na família Santoyo, a babá Alexandra de Oliveira e Silva, 30, a Sandra, é uma dessas profissionais onipresentes. Rodrigo, 36, é empresário, e Bruna, 36, gerente de marketing. Ambos passam mais de 12 horas fora de casa e é Sandra que cuida de Tiago, 4, e Rafael, 1. Ela dorme na casa da família e, nos fins de semana, uma folguista cobre sua ausência, o que significa que os meninos têm babá todos os dias.

“Nós já tínhamos uma rotina de horários pesados e cargos altos quando decidimos ter filhos. Sabíamos que isso iria impactar na liberdade que sempre tivemos”, diz Rodrigo. Assim, a babá cuida das crianças também nos momentos de lazer. “Quando viajamos, uma das babás sempre vai junto e dorme num quarto com meu filho mais novo. Durante o dia, ela está conosco, nos passeios e almoços.”

A rotina é a mesma para a babá de Lorenzo, 5, e Enrico, 2, filhos de Heloísa Braguini. Ela está programando uma viagem em julho para os Estados Unidos e decidiu passar um mês numa casa alugada com mãe, filhos e babá, que deve dormir no quarto com o mais novo. “Para eu ter mais sossego.”

Advogada, Heloísa resolveu contratar uma profissional em tempo integral em outubro. “Ficou pesado cuidar deles sozinha”, diz. “Quando saímos para comer, ela vai junto. Além disso, posso ir à manicure e não fico preocupada se estou num compromisso e a escola liga para ir buscá-los.”

Trecho da reportagem “Além de dormirem na casa dos patrões, babás vão a clubes, restaurantes e viagens”, de Cíntia Marcucci, publicada no portal online da Folha de São Paulo em 28 de abril de 2013.

A gente fez uma pesquisa e viu que as coisas que a doméstica mais quer é horário e salário. As outras coisas vêm depois, mas horário e salário você não tem nem que discutir, é o que elas mais querem. Agora, a doméstica quer horário de trabalho, mas a gente não reivindica, a Associação não tem uma luta disso. Não tem porque não pode, não tem saída. Não tem ninguém que trabalhe por horário aqui dentro do Recife.

O que às vezes a gente vê é assim: tem menina que começa a trabalhar de manhã muito cedo, porque os patrões vão sair cedo. Aí ela faz as coisas que tem que fazer, acaba, e depois ajunta um bocado de menina e vão conversar. Porque ela não vai ter hora de parar mesmo, só vai parar de noite, então ela ajunta para conversar. Então o que a menina quer não é uma hora assim para descansar depois do almoço, por exemplo.

Não é isso que ela quer. O que ela quer é uma hora para pegar o serviço e uma hora para parar. Porque o que a gente sente é que a gente não é dona da nossa vida. As meninas dizem isso abertamente: “A gente não é dona da vida da gente, porque a gente não pode dizer ‘eu chego a tal hora’ Nem para falar com o namorado, nem para aula, nem para uma reunião, nem para nada, porque tudo está dependendo dos donos da casa”. Um dia almoça num horário, outro dia almoça no outro.

Trecho de *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, página 75. Lenira Carvalho fala sobre transformações e permanências nas condições do trabalho doméstico remunerado durante a década de 1980.



## Grupo 5



Sou Lenira, empregada doméstica, sou do Recife e estou aqui com as companheiras de todo o Brasil. Digo às companheiras que aqui estão que temos que aproveitar esta oportunidade de falar para os poucos Constituintes presentes que temos consciência de que eles aqui estão, porque o povo aqui os colocou. É por isso que viemos, hoje, cobrar, como todos os trabalhadores estão cobrando, porque nós, domésticas, também votamos.

Trabalhamos e fazemos parte deste país, muito embora não queiram reconhecer o nosso trabalho, porque não rendemos e não produzimos. Mas estamos conscientes de que produzimos e produzimos muito. E achamos que, numa hora em que há uma Constituinte, uma nova Constituição para fazer, acreditamos, temos a esperança de que vamos fazer parte dessa Constituição. Não acreditamos que façam uma nova Constituição sem que seja reconhecido o direito de 3 milhões de trabalhadores deste País. Se isso acontecer, achamos que, no Brasil, não há nada de democracia, porque deixam milhares de mulheres no esquecimento. E nós servimos a quem? Servimos aos Deputados, Senadores, ao Presidente e a todas as pessoas.

Estamos confiantes e, por isso, viemos aqui. Queremos dizer aos Srs. Constituintes que não foi fácil isso. Viemos do Nordeste, três dias de viagem, passando fome e com todas as dificuldades, mas porque confiamos, primeiro, na nossa luta e, depois, em V. Ex.as estamos certas disto. Estou falando assim, porque sei que todas as companheiras diriam a mesma coisa e talvez dissessem melhor, com outras palavras. O que importa, então, é a nossa vontade, o nosso esforço, a nossa luta junto com todos os trabalhadores. (Palmas.)

Agora, vou ler o documento:

Nova Iguaçu, 18 e 19 de Abril de XXXX.

“Exmos Srs. Drs. Deputados Federais e Senadores Constituintes: Nós, Trabalhadoras Empregadas Domésticas, somos a categoria mais numerosa de mulheres que trabalham neste país, cerca de 1/4 (um quarto) da mão-de-obra feminina, segundo os dados do V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas de Janeiro de XXXX.

Fala-se muito que os trabalhadores empregados domésticos não produzem lucro, como se fosse algo que se expressasse, apenas e tão-somente, em forma monetária. Nós, produzimos saúde, limpeza, boa alimentação e segurança para milhões de pessoas. Nós, que sem ter acesso a instrução e cultura, em muitos e muitos casos, garantimos a educação dos filhos dos patrões.


Queremos ser reconhecidos como categoria profissional de trabalhadores empregados domésticos e termos direito de sindicalização, com autonomia sindical. Reivindicamos o salário-mínimo nacional real, jornada de 40 (quarenta) horas semanais, descanso semanal remunerado, 13º salário, estabilidade após 10 (dez) anos no emprego ou FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), e demais direitos trabalhistas consolidados. Extensão, de forma plena, aos trabalhadores empregados domésticos, dos direitos previdenciários consolidados.

Proibição da exploração do trabalho do menor como pretexto da criação e educação. Que o menor seja respeitado em sua integridade física, moral e mental. ‘Entendemos que toda pessoa que exerce trabalho remunerado e vive desse trabalho é trabalhador, e, conseqüentemente, está submetido às leis trabalhistas e previdenciárias consolidadas.’ Como cidadãs e cidadãos que somos, uma vez que exercemos o direito da cidadania, através do voto direto, queremos nossos direitos assegurados na nova Constituição’

Esse documento foi feito numa assembleia nacional, nos dias 18 e 19 de abril, no Rio de Janeiro. É isso que estamos discutindo há vários anos, por toda a nossa categoria. Esperamos que seja aceito. (Palmas).

Fala de Lenira Carvalho no dia 05 de maio de 1987, no espaço de participação popular na Constituinte, incluindo leitura do documento elaborado pelas representantes das trabalhadoras domésticas de 23 Associações, de 9 Estados do Brasil, reunidas em Nova Iguaçu – Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de abril de 1987.

## Grupo 5



Nós não tínhamos família, dinheiro, instituto, não tínhamos nada! Eu já tinha visto o problema da minha mãe, que não caiu naquele estado porque tinha eu e outras pessoas que a ajudaram. Então começamos a nos organizar para termos direito ao INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Não estávamos ainda nem brigando por carteira assinada. Só queríamos uma maneira de pagar o instituto, para termos uma aposentadoria no futuro. Em 1968, fui junto com outra menina ao primeiro congresso de nossa categoria, organizado pelas associações que já existiam na época. Aconteceu em São Paulo e lá uma moça do INPS explicou o que era essa instituição. Ela deu o exemplo de um bolo, onde todos colocavam um pouquinho de dinheiro e que, depois, isso seria dividido entre os que contribuíram. No congresso já existiam algumas empregadas que pagavam o INPS por conta própria. Mas, para conseguir isso, era preciso, antes, tirar uma carteira na polícia, que comprovava, junto ao INPS, que a pessoa realmente trabalhava como doméstica. Isso era muito humilhante, inclusive porque iam na casa dos patrões investigar nossas vidas.

Trecho de *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, página 75. Lenira Carvalho apresenta preocupações da categoria entre finais da década de 1960 e 1972, ano da aprovação da Lei n. 5.859, a primeira a regulamentar o trabalho doméstico no Brasil.



## Movimentos Sociais

**A** aula ou oficina busca debater os movimentos sociais para promover uma reflexão a respeito dos modos populares de organização e de luta. A proposta é abrangente o suficiente para ser um momento destinado a participantes e não participantes de movimentos sociais. A partir das experiências e das reflexões de Lenira Carvalho, será possível investigar as relações entre ação coletiva, organização política e transformação social.

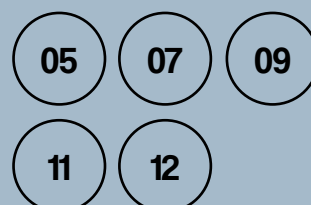
Lenira Carvalho tem importantes contribuições para pensarmos a respeito das identidades e ações coletivas. As suas reflexões surgem de seu trabalho, do seu processo de engajamento e de sua prática cotidiana de defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas. Ainda que estivesse atenta às especificidades das lutas das domésticas, Lenira buscou sempre articular as lutas sociais. Acerca disso, Bernardino-Costa sugere que chamemos de “interseccionalidade emancipadora” a articulação das trabalhadoras domésticas com movimentos negros, sindicais e feministas. Nas últimas décadas, essa articulação, com o protagonismo das domésticas, foi um fator central na conquista de direitos trabalhistas. A experiência e as formulações de Lenira Carvalho ensinam que a atuação política é feita com alianças, cooperações e redes que permitem que os setores subalternizados resistam aos padrões de poder.

Em termos mais conceituais, as teorias dos movimentos sociais têm várias perspectivas e autoras centrais. Apesar de importantes divergências entre elas, todas buscam dar conta de como se constituem e como atuam os sujeitos políticos coletivos. Para a construção deste roteiro pedagógico, nos fundamentamos nas contribuições de dois teóricos: Alberto Melucci e Charles Tilly. Os dois abordam o caráter conflitivo da política com o interesse de entender como os movimentos sociais contribuem com mudanças na sociedade. Melucci nos permite compreender as ações e as identidades coletivas com um enfoque nas interações entre os indivíduos e nas suas intenções. Tilly nos ajuda com seu debate sobre os repertórios de ação coletiva que constituem a atuação dos movimentos sociais.

### Objetivos

- *Introduzir uma reflexão teórica sobre os movimentos sociais.*
- *Promover uma discussão coletiva sobre o engajamento e a atuação dos e nos movimentos sociais.*

### Roteiros pedagógicos que se relacionam:





## Movimentos Sociais

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 2h

- 30'** MOMENTO 1.  
**Sensibilização**
- 30'** MOMENTO 2.  
**Atividade sobre imagens de luta**
- 60'** MOMENTO 3.  
**Debate sobre movimentos sociais**

### Materiais necessários

01. Dispositivos para exibição do vídeo da Atividade de sensibilização 1.
02. Imagens impressas ou projetadas para a Atividade sobre imagens de luta.
03. Cópias do texto “O que Lenira Carvalho tem a nos ensinar sobre os movimentos sociais?”.
04. Cópias dos capítulos “Patrão só muda se for por uma pressão da gente”, “As ações têm que ser diferentes” e “Poucas não vão gritar com muita garra”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.
05. Lousa ou cartolinas para a escrita.

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Ver o filme *Digo às companheiras que aqui estão*, atenta aos seguintes tópicos: organização política, identidade coletiva, luta social e revolta.
- Ler os capítulos “Uma nova visão de mundo”, “Patrão só muda se for por uma pressão da gente”, “As ações têm que ser diferentes” e “Poucas não vão gritar com muita garra”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro8](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro8)

### Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



**Movimentos sociais e ação coletiva** (2015), episódio do podcast *Café com Sociologia*.



**Feminismo como movimento social: elementos para pensar a prática** (2020), de Carmen Silva. Capítulo do livro *Para onde vamos? Feminismo como movimento social*.



**FMPE - Imagens de luta**. A publicação é fruto de um processo de imersão no acervo fotográfico do Fórum de Mulheres de Pernambuco. A pesquisa foi realizada como parte do projeto *Rastros e Levantes*, pela comissão de Memória do FMPE, Marcela Lins e Guilherme Benzaquen.

**Memória e Movimentos Sociais**. Projeto que reúne fotografias, de cunho etnográfico e documental, de autoria da fotógrafa Claudia Ferreira e tem como missão contribuir para o resgate da memória dos movimentos sociais contemporâneos e ser uma fonte de Fotografia Pública dos movimentos sociais brasileiros, especialmente os movimentos feministas.

**Estes materiais podem contribuir para um maior aprofundamento dos debates:**



**Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil**, artigo de Joaze Bernardino-Costa publicado na *Sociedade e Estado*, v. 30, p. 147-163, 2015.

**A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**, de Alberto Melucci.

**Movimentos sociais como política**, artigo de Charles Tilly publicado na *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 133-160, 2010.

# Passo a passo

## Momento 1. Sensibilização

### Atividade de sensibilização A

O objetivo desta atividade é possibilitar uma aproximação com o debate sobre movimentos sociais a partir de suas manifestações mais visíveis. Os movimentos sociais têm distintas formas de atuação. O modo mais visível é a ocupação das ruas com atos públicos. Para começar a aula ou oficina, sugerimos a seleção de um dos disparadores:

- Exibir um breve vídeo de alguma mobilização social – de preferência de um ato no 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres.
- A leitura conjunta de um relato, ou uma reportagem, sobre uma manifestação recente, pré-selecionado pela educadora.

Depois, sugerimos que se realize uma conversa com as seguintes perguntas: você já viu uma mobilização assim ao vivo? Você já participou? O que você acha do fato de muitas pessoas irem às ruas ao mesmo tempo reivindicar algo ou protestar contra algo?

### Atividade de sensibilização B

Se as participantes da aula ou oficina forem militantes ativas de um movimento social, sugerimos que o momento inicial seja de estímulo da lembrança. A história da participação de cada uma em lutas coletivas serve aqui como ambientação para permitir uma reflexão sobre a organização coletiva a ser realizada em toda a oficina ou aula. A educadora deve começar o encontro com uma pergunta disparadora: qual a lembrança mais marcante de sua participação em um movimento social? A proposta é que cada participante faça um breve relato descritivo de alguma memória de sua história de engajamento político. Sugerimos que não se discuta muito as lembranças e que deixem elas atuarem como evocações de lutas sociais.

## Momento 2. Atividade sobre imagens de luta

A atividade consiste em apresentar algumas imagens de movimentos sociais para realizar um debate a respeito dos repertórios de ação coletiva. A educadora deve pré-selecionar imagens que demonstrem a variedade de modos de atuação dos movimentos sociais. Isso pode ser feito, por exemplo, com imagens de assembleias, reuniões, protestos, performances, mesas de negociação, campanhas nas redes sociais, petições online etc. Sugerimos a utilização de fotografias da publicação “FMPE - Imagens de Luta” (disponível no **Para aprofundar**). Antes de mostrar as imagens, a educadora deve perguntar: o que fazem os movimentos sociais? Depois de ouvir as respostas, as imagens podem ser projetadas ou, se estiverem impressas, repassadas. A seguir, a educadora deve pedir que as participantes atribuam uma ordem hierárquica de importância a cada tipo de ação. Por fim, deve problematizar essa ordem, fazendo um debate sobre visibilidade e organização. O intuito é que as participantes entendam que há muitas formas de atuação e que elas se complementam. Ocasionalmente alguma pode assumir maior importância, porém, isso ocorre de acordo com o contexto político enfrentado pelos movimentos sociais e não por conta da forma de atuação em si. Isto é, não haveria protestos se não houvesse reuniões. Além disso, em alguns momentos as campanhas nas redes sociais podem ser mais efetivas do que protestos nas ruas, ou vice-versa.

### Momento 3.

## Debate sobre movimentos sociais

O debate central da aula ou oficina busca construir uma reflexão coletiva acerca de como se constrói e como se mantém um movimento social. Isso deve ser feito a partir da história de lutas de Lenira Carvalho e das trabalhadoras domésticas. A atividade deve ser executada com a divisão das participantes em quatro grupos. Cada grupo deverá fazer a leitura interna de um dos textos a seguir de modo que as participantes se alternem na leitura para ampliar a participação ao máximo possível:

- Texto “O que Lenira Carvalho tem a nos ensinar sobre os movimentos sociais” – deste roteiro.
- Capítulo “Patrão só muda se for por uma pressão da gente” – do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*;
- Capítulo “As ações têm que ser diferentes” – do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*;
- Capítulo “Poucas não vão gritar com muita garra” – do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.

Depois de uma breve conversa dentro dos grupos sobre o texto lido, a educadora deve reunir o grupo todo para promover um debate geral. Cada grupo deve apresentar aos outros o que leu e debateu.

A seguir a educadora deve conduzir a atividade de modo a articular o **Glossário** com o que foi debatido. Com a utilização de uma lousa ou cartolinas, a sugestão é que sejam escritos os quatro termos do **Glossário** e que seja feita a leitura de seus significados para as participantes. Depois, a educadora deve convidar as participantes a relacionar esses conceitos com as experiências de Lenira Carvalho. A educadora deve anotar as palavras centrais que forem utilizadas para cada termo. Depois desse momento mais centrado na experiência de Lenira, as participantes devem relacionar os termos com as suas próprias experiências e seus conhecimentos sobre movimentos sociais. Ao fim, haverá um esquema que relaciona os termos conceituais do **Glossário** com o debate feito na aula ou oficina.



# O que Lenira Carvalho tem a nos ensinar sobre os movimentos sociais?

Antes de se organizar em movimentos sociais, Lenira Carvalho viveu as opressões do trabalho doméstico com revolta e com medo. Esses eram sentimentos muitas vezes partilhados pelas trabalhadoras domésticas. Conquistar direitos era difícil quando a reivindicação era feita individualmente. O patrão e a patroa podiam substituir facilmente aquela trabalhadora que, por exemplo, exigia uma jornada de trabalho com horas de começo e término definidas. De acordo com Lenira, sofrer individualmente não diminui as opressões, pois, para serem transformadoras, as lutas devem ser coletivas. A força dessa coletividade existe justamente quando as situações de opressão partilhadas são identificadas conjuntamente e utilizadas como incentivo para a organização. É necessário, portanto, um movimento social.

No caso pessoal de Lenira Carvalho, a sua militância teve início na Juventude Operária Católica em Recife, antes do golpe militar de 1964. Esse engajamento pessoal a colocou em contato com outras militantes e a tornou consciente de que partilhava de muitos problemas enfrentados pelas trabalhadoras em geral. Depois desse momento, uma ação e uma identidade coletivas permitiram a formação de uma associação de empregadas domésticas. Essa organização, entretanto, não ocorreu facilmente porque eram poucos os horários possíveis de encontro entre as trabalhadoras por conta das jornadas de trabalho muito longas. Além disso, como o trabalho doméstico não era reconhecido como categoria profissional, não era possível ter um sindicato. Quando fundada, a associação se tornou um ponto de encontro para partilha da vida e para a mobilização em prol de pautas de seguridade social e de direitos trabalhistas. Lenira atuou nesse movimento social em nível local, mas também em articulações nacionais, em especial, na construção de vários congressos de sua categoria. Logo depois da aprovação da constituição de 1988, foram fundados sindicatos das trabalhadoras domésticas em todo o país. Lenira Carvalho avaliou

que, no caso do sindicato de Pernambuco, isso representou um ganho qualitativo para as suas lutas por aumentar a procura das trabalhadoras por seus direitos. Isso significa que quanto mais gente envolvida diretamente em uma causa social, maior é a capacidade de se avançar em suas conquistas.

Lenira concebe as organizações das trabalhadoras em diálogo e articulação com outros sujeitos políticos. Ela pensa, nos movimentos sociais, de modo concomitante com a atuação das trabalhadoras por seus direitos trabalhistas. A identidade coletiva mais imediata reivindicada por Lenira é a das trabalhadoras domésticas, por isso ela está sempre atenta às especificidades dessa categoria profissional. Porém, ela nunca esquecia das articulações que as ligam às lutas mais gerais da classe trabalhadora. A organização é a organização da categoria das domésticas, mas também da classe trabalhadora. E as articulações não param por aí. Por ter sido coordenadora do Fórum de Mulheres de Pernambuco e do conselho diretor do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, Lenira Carvalho evidenciava que há também uma aliança necessária entre as mulheres e que houve uma aproximação importante entre os movimentos de domésticas e os movimentos feministas. Um marco dessa articulação ocorreu na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

Em síntese, toda a história da atuação das trabalhadoras domésticas demonstra a necessidade de que os indivíduos se articulem em ações coletivas para conquistar as mudanças necessárias na sociedade. Isso pode ocorrer de modos muito distintos, a depender do contexto histórico e social que delimita o repertório de ação coletiva disponível para os movimentos. De qualquer maneira, ao lutarem por suas demandas mais imediatas ou em articulação com outras organizações, os movimentos sociais contribuem conjuntamente para uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

## Glossário

### **Ação coletiva**

O sociólogo italiano Alberto Melucci, no livro *A invenção do presente*, afirma que a ação coletiva de um movimento é resultado de um investimento conjunto de múltiplos indivíduos, ou seja, é aquilo que as pessoas fazem conjuntamente. Uma ação coletiva é definida a partir das possibilidades e dos limites de atuação, que podem ocasionalmente ser ultrapassados.

### **Identidade coletiva**

Melucci afirma que a identidade coletiva se constrói com as interações dos indivíduos que definem as suas orientações de ações e o campo de disputas onde atuam. Ele defende que “a identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores”.

### **Movimento social**

Melucci define movimento social como “a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos”. O movimento social é, portanto, uma ação coletiva duradoura, “cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere”. De outro modo, o sociólogo americano Charles Tilly, em um texto chamado “Movimentos sociais como política”, tratou os movimentos sociais “como uma forma específica de política contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda”.

### **Repertório de ação coletiva**

Na concepção de Tilly, o repertório é o conjunto possível de ação coletiva. O foco é na prática dos sujeitos quando estes agem conjuntamente, e o autor argumenta que, em cada época, há um conjunto finito de práticas disponíveis para seleção dos sujeitos. Porém, as variações culturais e a capacidade de atuação dos atores coletivos fazem com que, apesar de limitadas, haja uma amplidão de possibilidades na escolha das formas de ação.





## Religião e justiça social

**N**este roteiro pedagógico, propomos discussões sobre a experiência da Igreja dos Pobres no Recife e em Olinda e sobre o contexto da Teologia da Libertação na América Latina a partir da trajetória de Lenira Carvalho e do seu engajamento com a Juventude Operária Católica (JOC). Lançamos luz sobre como a vivência dentro desse universo foi fundamental para a sua formação política, dando um sentido de consagração da vida à causa das trabalhadoras domésticas e a uma visão de mundo comprometida com a transformação social. Ao discutir a experiência de Lenira na JOC, esta aula ou oficina busca abrir caminhos para debates sobre a relação entre religião e política e as disputas permanentes que permeiam os campos religiosos. As atividades apresentadas neste roteiro podem, ainda, contribuir para discussões sobre o pensamento cristão que se impõe como hegemônico no atual contexto brasileiro.

### Objetivos

- *Apresentar a importância da experiência na Juventude Operária Católica (JOC) para a elaboração do pensamento de Lenira Carvalho.*
- *Promover debates sobre a relação entre religião e política.*

### Roteiros pedagógicos que se relacionam:





## Religião e justiça social

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 3h30

- 30' MOMENTO 1.  
**Sensibilização**
- 90' MOMENTO 2.  
***Digo às companheiras que aqui estão***
- 60' MOMENTO 3.  
**Debate guiado por leitura**
- 30' MOMENTO 4.  
**Exposição**

### Materiais necessários

01. Quadro ou cartolinas e utensílios para escrita.
02. Dispositivos para exibição do filme *Digo às Companheiras que aqui estão*.
03. Cópias do Anexo.
04. Cópias do texto “Lenira Carvalho e a consagração à luta pela justiça social” (opcional).

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Leitura do capítulo “Uma nova visão de mundo”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.
- Assistir ao filme *Digo às companheiras que aqui estão*.
- Materiais da seção **Para aprofundar** deste roteiro pedagógico.
- Leitura dos textos “Lenira Carvalho e a consagração à luta pela justiça social”, disponível neste roteiro, e “Um golpe e uma ditadura para sufocar o avanço de conquistas democráticas”, do Roteiro Pedagógico 10 - Ditadura empresarial-militar (1964-1985).

### Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



Hora Americana (Podcast de História das Américas) 60: **A Teologia da Libertação na América Latina**.

PAUTA PÚBLICA 82: **Evangélicos no Brasil: um assunto complexo**.



**A luta das trabalhadoras domésticas, a Igreja dos Pobres e o feminismo popular: a formação de um campo político contado a partir da trajetória de Lenira Carvalho**, artigo de Carmen Silva e Sophia Branco publicado na *Paralellus*, Recife, v. 11, n. 28, set.-dez. 2020, p. 429-457.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro9](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro9)

# Passo a passo

## Momento 1. Sensibilização

Solicitar que o grupo se divida em duplas e pedir que conversem sobre o lugar da religião nas suas trajetórias de vida, destrinchando quais e como foram os seus contatos com diferentes religiões. Depois do exercício em dupla, a educadora pode distribuir uma folha de papel para cada participante e solicitar que, individualmente, reflitam e escrevam sobre as questões a seguir: *Para você, o que significa ter uma religião? O que você acha que a religião pode trazer, tanto positiva como negativamente, para a vida de uma pessoa e para a sociedade?* Não é necessário compartilhar as reflexões com o grupo. Esse é apenas um exercício de reflexão individual.

## Momento 2. Digo às companheiras que aqui estão

Após a sessão do filme (34 min), discutir brevemente as questões que chamaram a atenção do grupo. Em seguida, perguntar: *Qual foi o impacto da religião na vida política de Lenira Carvalho? Qual é a concepção de religião que Lenira tinha?* Em diálogo com as respostas trazidas, a educadora deve introduzir informações sobre a Teologia da Libertação na América Latina e a experiência da Igreja dos Pobres no período em que Dom Helder Câmara foi Arcebispo do Recife e de Olinda. O texto “Lenira Carvalho e a consagração à luta pela justiça social” e as indicações da seção **Para aprofundar** podem auxiliar com informações para a mediação dessa discussão com o grupo, porém, algum conhecimento prévio sobre a temática pode ser importante para garantir maior aprofundamento.

## Momento 3. Debate guiado por leitura

Dividir as participantes em, pelo menos, dois grupos e distribuir trechos selecionados do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, disponíveis no anexo deste roteiro. Cada grupo deve receber dois trechos, que estão divididos em “Grupo 1” e “Grupo 2”. Caso o número de participantes da atividade seja grande, é possível dividi-las em mais grupos e utilizar os mesmos trechos para mais de um grupo. Os trechos selecionados nesta atividade evidenciam a mudança de perspectiva sobre a religião na vida de Lenira Carvalho antes e depois do seu engajamento na Juventude Operária Católica. A educadora deve pedir aos grupos que leiam os textos selecionados, discutam a mudança de perspectiva de Lenira e, em seguida, pensem em palavras-chave que possam caracterizar a concepção da autora sobre a religião nesses dois momentos da sua vida.

Ao fim desse momento, solicitar que os grupos compartilhem as palavras-chave escolhidas. A partir do que for trazido, a educadora pode levantar um debate sobre como os discursos religiosos não são uma verdade fixa e estão, também, em transformação e em disputa a partir de diferentes perspectivas que existem na sociedade. Retomando o contexto da Teologia da Libertação na América Latina à época, a educadora pode aprofundar as disputas em torno da religião católica que estavam em causa naquele momento e/ou levantar discussões contemporâneas sobre a religiosidade no Brasil.

## Momento 4. Exposição

Depois de um mergulho no contexto histórico em que Lenira Carvalho conheceu a Juventude Operária Católica, a educadora pode levantar as seguintes questões: *A perspectiva religiosa de Lenira Carvalho é parecida com a nossa concepção ou com as concepções com que temos contato nas nossas famílias, nos nossos bairros, nos nossos espaços religiosos? O que aproxima e o que distancia o entendimento de Lenira sobre a sua religião e os entendimentos mais comuns com que temos contato hoje?*

Durante ou após a discussão em torno dessas questões, a educadora pode concluir a aula ou oficina apresentando reflexões sobre o cenário religioso atual no Brasil, o crescimento do fundamentalismo e da intolerância religiosa em setores cristãos do país e os ataques às religiões de matrizes africanas e indígenas. É importante falar que, apesar da força do conservadorismo nas igrejas cristãs hoje, também existem várias frentes cristãs progressistas. Neste sentido, sugerimos que se discuta como as religiões reúnem uma pluralidade de perspectivas e estão em disputa na sociedade. Ao final do encontro, o texto “Lenira Carvalho e a consagração à luta pela justiça social” pode ser distribuído entre o grupo para leitura posterior.

# Lenira Carvalho e a consagração à luta pela justiça social

Lenira Carvalho iniciou sua participação política na Juventude Operária Católica (JOC), em reuniões onde as trabalhadoras domésticas discutiam seus cotidianos e suas condições de trabalho. Apesar da Igreja Católica ter sido uma referência importante para Lenira desde antes do seu encontro com a JOC, esse momento marca transformações importantes na sua trajetória, na sua forma de ver o mundo e na sua relação com a religião. Na JOC ela encontrou referências de luta que a ajudaram a dar nome e significado às injustiças que vivia no seu dia a dia. Para entender a atuação de Lenira Carvalho na Igreja Católica e a importância da JOC na organização das trabalhadoras domésticas no Brasil, é preciso lançar um olhar sobre o cenário do catolicismo no país, na América Latina e no mundo e, também, refletir sobre o que estava se passando fora das Igrejas.

Em toda religião, os princípios que guiam a conduta dos fiéis são fonte de debate e disputa permanente entre diferentes visões. A história do Cristianismo é atravessada por ciclos de renovação teológica e eclesial em que o poder e a riqueza das próprias Igrejas foram questionados e entendimentos diferentes sobre seu papel social foram discutidos. Na década de 1940, discursos humanistas e progressistas começaram a crescer dentro da Igreja Católica, sobretudo a partir da propagação do pensamento de teólogos franceses e belgas que denunciavam a exploração capitalista e as desigualdades sociais. É importante pensar que esse também foi um momento de crescimento da adesão ao socialismo em diferentes contextos. Poucas décadas antes, em 1917, a Rússia tinha vivido uma revolução que instaurou um regime socialista na então criada União Soviética. O mundo vivia uma forte polarização entre dois modelos sociais e econômicos: o socialismo e o capitalismo. Nesse cenário, discussões sobre qual deve ser o papel da Igreja frente às desigualdades e à pobreza existente no mundo se aprofundam dentro da Igreja Católica. Alguns marcos importantes desses debates são o Concílio Vaticano II (1962-1965), o Pacto das Catacumbas (1965) e as Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano de Medellín (1968) e Puebla (1979).

Desde o final da década de 1940, o Brasil já vivia influência das ideias progressistas que vinham se fortalecendo na Igreja Católica e

cresciam as ações de alfabetização, cristianização e conscientização em bairros periféricos, nas quais a ideia de compaixão e garantia da dignidade das pessoas caminhavam lado a lado. Ainda não havia uma teologia consolidada que incorporasse ideias de justiça social com uma perspectiva marxista, como viria a ser a Teologia da Libertação, mas discussões sobre as injustiças sociais a partir dos ensinamentos de Jesus Cristo desencadearam uma série de ações com o objetivo de transformar a sociedade. Apesar de numericamente minoritários dentro da Igreja Católica, os setores progressistas conseguiram fazer com que a concepção de uma Igreja que deveria se colocar contra as injustiças sociais tivesse influência no país.

Um importante personagem neste processo, em nível local, nacional e internacional, foi Dom Hélder Câmara, Arcebispo do Recife e Olinda entre as décadas de 1960 e 1980, e um dos responsáveis pela consolidação da concepção de uma Igreja Católica voltada aos pobres. Dom Hélder fortaleceu a atuação da Igreja na luta contra a miséria, por moradia digna e melhores condições de vida nas periferias e denunciou os crimes da ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985). Sua atuação está inserida em um cenário no qual se fortaleceram experiências progressistas dentro da Igreja Católica em diferentes países da América Latina e Caribe, nas quais temas como a exploração capitalista e o subdesenvolvimento eram intensamente discutidos.

Nesse contexto e nas décadas seguintes também se ampliaram no Brasil as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), experiências construídas em territórios pobres nas quais se buscava conectar a leitura da Bíblia à compreensão da própria vida das pessoas e da realidade política e social em que viviam. As CEBs tiveram um importante papel na resistência à ditadura empresarial-militar e na organização política no processo de abertura democrática do país na década de 1980.

Ainda na década de 1960, Lenira Carvalho conheceu a Juventude Operária Católica numa reunião para a qual foi sem sequer saber o que encontraria. Ali, conheceu outra forma de viver a religião e saiu do lugar de solidão no qual sofria sozinha pelas condições de vida às quais



ela e as outras trabalhadoras domésticas estavam expostas. Apesar de muito religiosa, antes de conhecer a JOC Lenira vivia uma experiência religiosa disciplinar, relacionada à devoção e à privação dos prazeres como a dança e ir a festas. Era, sobretudo, uma experiência da religião como controle da sexualidade das mulheres. Se a fé, por um lado, aparecia como elemento de fortalecimento que a ajudava a atravessar o cotidiano, estava também associada à aceitação do mundo como ele era. Nas suas palavras: “Eu não deixava de ser revoltada, mas a minha fé aplacava alguma coisa”. Quando conheceu a JOC, encontrou uma Igreja diferente, preocupada com as condições vividas pela população. A partir desse momento, passou a pensar sobre a religião como um meio para transformar as injustiças do mundo, entendendo a luta por justiça social também como uma expressão de fé. Dali em diante, consagraria a sua vida à luta por condições dignas para as trabalhadoras domésticas com a mesma devoção com a qual seguia outros preceitos religiosos.

A JOC foi uma importante aliada na organização das trabalhadoras domésticas no Brasil. Organizou grupos de reflexão com trabalhadoras em diferentes cidades do país, utilizando o método ver-julgar-agir, que pode ser resumido como um caminho no qual se olha para a própria vida e a realidade ao redor, se analisa essa realidade com base nas referências cristãs e com atenção às injustiças, e se traçam estratégias para agir no mundo com o objetivo de transformá-lo. Eram encontros potentes, nos quais as trabalhadoras, que viviam uma vida de grande privação, tinham a possibilidade de compartilhar e analisar os problemas que atravessavam as suas vidas, construindo consciência em relação às situações de opressão que viviam. A JOC contribuiu para a organização dos primeiros encontros regionais e nacionais de trabalhadoras domésticas no país, deixando um saldo muito importante para a organização da categoria.

Apesar de muito potente, a experiência da Igreja dos Pobres liderada por Dom Helder Câmara e a efervescência das CEBs no Brasil foi se enfraquecendo. O papado de João Paulo II, que se iniciou em 1978, marcou uma gui-

nada conservadora na Igreja Católica em todo o mundo. Setores conservadores da Igreja que sempre foram expressivos se fortaleceram ainda mais. Clérigos ligados à Teologia da Libertação foram perseguidos e tiveram a sua influência reduzida dentro da Igreja. Experiências como as CEBs, que haviam marcado as décadas anteriores, foram perdendo espaço. No Brasil, esse contexto coincide com o momento de esgotamento da ditadura empresarial-militar, com levantes de trabalhadoras de diferentes setores e em diversas partes do país e manifestações massivas do movimento contra a carestia e as péssimas condições de vida que afetavam a maior parte da população. As alas progressistas da Igreja Católica cumprem um importante papel nessa transição e na organização política em bairros populares, mas ao longo da década de 1980 vão sendo minadas dentro da própria Igreja e perdem a sua força. Apesar disso, as diversas experiências em torno da Teologia da Libertação deixaram um legado importante, principalmente na América Latina, que nos permite pensar que as Igrejas podem ter diversas caras e a fé pode nos guiar em muitas direções diferentes.

Entre o contexto que exploramos neste texto e os dias de hoje, muito se transformou no cenário religioso do país. Uma mudança significativa é o crescimento numérico, político e cultural das Igrejas Evangélicas Neopentecostais e a redução da influência da Igreja Católica. Outra questão para estarmos atentas é o fortalecimento, tanto nas igrejas católicas como nas evangélicas, de discursos fundamentalistas, disciplinares e conservadores, que muitas vezes naturalizam e reforçam as desigualdades que existem no mundo. O fundamentalismo e a intolerância religiosa têm se expandido com práticas que promovem o ódio e a exclusão das diferenças. Por outro lado, em contraposição a estas visões, também temos vivido o crescimento de frentes cristãs que lutam pela ampliação da democracia, pela defesa do Estado Laico e contra discursos excludentes. Dentro do cristianismo, há uma ampla diversidade de perspectivas e a experiência da Igreja dos Pobres da qual Lenira Carvalho fez parte nos ajuda a pensar em caminhos para uma igreja comprometida com a justiça social.

## Glossário

### **Estado Laico**

Estado Laico ou Estado secular é aquele que não se manifesta em assuntos religiosos, garante a liberdade religiosa e não adota religião oficial, ou seja, um Estado em que nenhuma religião determina as normas e/ou leis a serem seguidas pelas cidadãs.

### **Teologia da Libertação**

É uma abordagem teológica cristã que enfatiza a libertação dos oprimidos e engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação dos povos das injustas condições econômicas, políticas ou sociais.

### **Fundamentalismo religioso**

O fundamentalismo é uma corrente de pensamento que prega obediência rigorosa e literal a um conjunto de princípios fundamentais. O fundamentalismo religioso se baseia na ideia de uma revelação divina como princípio estruturante da organização da sociedade em todas as suas dimensões. Em função disso, as correntes fundamentalistas religiosas tentam impor os seus preceitos sobre o Estado e a sociedade, na tentativa de transformá-las em normas para todas as cidadãs.

### **Intolerância religiosa**

É uma forma de violência física ou moral que implica discriminar, ofender ou agredir de qualquer forma pessoas em razão de suas religiões, cultos, crenças ou práticas religiosas.



# Anexo

## Grupo 1



Eu trabalhava demais, sem parar. Sempre tinha muita coisa para fazer. Acordávamos muito cedo para fazer café, botar a mesa e tudo. Enquanto os outros dormiam, nós tomávamos café. Tinha vezes que a gente nem sentava para comer. Nunca tínhamos uma mesa decente para comer e, exceto pela manhã, sempre comíamos depois dos patrões. Na cozinha, pegávamos um banco ou sentávamos num degrau que dava para o quintal. Era tanta coisa para fazer, que uma vez eu trabalhei tanto que fiquei rouca. Um cansaço tão grande! Comecei a encher o tempo com a religião e a revolta. Mas essa revolta ficava dentro de mim. Aí, eu quis ser freira. Como a religião me acomodava, mas não resolvia, comecei a ter um problema: com vinte anos, eu não conseguia mais dormir. Eles começaram a ficar preocupados com isso, porque quando se tratava de doença, o meu patrão tinha muito cuidado. Trazia médico para casa. Tinha que dar injeção na hora! Na verdade, o meu problema de saúde era consequência da dureza do trabalho doméstico e da distância da minha família. Por isso eu não dormia, tinha uma insônia muito grande.

Vendo os empregados daquela casa, sentia que ninguém gostava daquela vida: eu, a babá, a lavadeira, a cozinheira, a costureira e o empregado. A gente não gostava daquela vida, mas a única coisa que a gente fazia contra isso era se juntar à noite e rezar o terço, pedindo para sair da casa dos outros. Não pensávamos em outro emprego, porque não sabíamos que outro tipo de trabalho poderíamos fazer. O único emprego que ouvíamos falar era de camponês, mas isso era no interior. Não conhecíamos pessoas pobres que trabalhassem em outras coisas, como fábrica ou comércio. As outras profissões com que tivemos contato eram todas exercidas por pessoas com muito estudo, como os médicos e professores, que eram amigos e frequentavam a casa dos patrões. Então o negócio era pedir a Deus para casar. Não dizíamos assim, mas só podia ser, porque era o jeito de sairmos daquela vida, daquela casa.

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 52.

Na JOC, aprendi que dentro da religião havia um Deus que queria as pessoas iguais. Então eu comecei também a dizer: “Se esse Deus quer as pessoas iguais, eu tenho que lutar contra as injustiças! Tenho que ir contra tudo de injusto que tem na casa dos patrões!”

Um dia, um padre do movimento me provocou: “Você não acha que, quando está reivindicando dos patrões alguma coisa que não está na lei, isso não é religião?” Eu respondi: “Não! Eu acho que é religião. Porque estão fazendo uma coisa que não é certa e a religião é para ter o certo. Então eu sou cristã quando reivindico!”

Quando aconteceu aqui, em Recife, a marcha da família com Cristo, que foi organizada pelos poderosos, preparando o golpe de 1964, eu fui assistir. Eu já estava na JOC, mas fui assim mesmo porque lá estariam as patroas e eu queria ver como seria a passeata delas. Quando estava lá, ouvindo aqueles grandes, aquele povo do exército, me senti muito mal. Eles diziam que o país estava vivendo numa fase muito perigosa. Mas, para mim, era uma época de muita liberdade e democracia. Mesmo sem saber direito o que era, senti que algo de muito ruim estava para acontecer ao país. Em 1964, quando arrebentou o golpe, eu estava numa visita em Fortaleza. Eu era tão inocente que não tinha noção do perigo. Eu só ouvia as rádios chamando o povo para as ruas, para resistir ao golpe. Depois fecharam as rádios. Viajei de volta para Recife, sem ter noção do perigo. Nem imaginava que o trabalho que eu fazia na Igreja era contrário ao pensamento dos que deram o golpe.

Depois, me encontrei com pessoas da Igreja e de outros movimentos, até poder entender o que foi aquele 1964 e porque a gente tinha sido chamada de comunista. Tudo isso aumentou minha visão das coisas. E eu só vivia na Igreja tradicional e nem tinha votado em Arraes, porque o meu patrão dizia que na casa em que ele entrasse, se houvesse quadros de santo pendurados na parede, todos eles seriam lançados ao chão. Quem não teria medo de um homem assim?

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 84.



Quando me lembro desse medo de ser mãe solteira, fico pensando hoje que o casamento não garante a presença do pai, já que tantos maridos abandonam suas esposas e filhos. A religião também me ajudou a não ser mãe solteira, já que dizia ser pecado ter relações sexuais antes do casamento. Por isso eu fui ser “Filha de Maria”. Isso me preenchia, apesar de que tive que renunciar a muitas coisas que gostava de fazer, inclusive dançar, que, segundo as freiras, também era pecado.

No grupo de Filhas de Maria, que eu participava, havia pessoas com diferentes origens sociais. Houve uma reunião em que senti opiniões que desprezavam muito a condição dos mais humildes. Aquilo me revoltou muito e me fez questionar todo o grupo porque a gente era tratada daquela maneira. Chorei muito, mas falei. Depois, a freira veio me perguntar se eu não estava satisfeita nessa casa em que trabalhava. Ela me disse que poderia arrumar outra casa e, o que era pior, de uma família que eu não conhecia. A freira não entendeu que eu estava questionando a maneira de pensar das próprias Filhas de Maria. Naquele momento, eu não estava reclamando da casa em que trabalhava.

No interior eu dançava muito, mas depois que fui ser Filha de Maria, parei de dançar. Quando eu ia ao interior, visitar minha família, os rapazes não conseguiam entender porque eu não dançava mais. Lá, as pessoas nem sabiam o que era ser “Filha de Maria” e me perguntavam assim: “Por que tu não dança mais? Tu gostava tanto!”. Eu era tão fiel que achava que Deus estava vendo que eu não dançava mais e que Ele aprovava isso. No carnaval, eu fazia retiro, e isso minha patroa deixava. Entrava no colégio das freiras no sábado de carnaval e só saía na Quarta-Feira de Cinzas. Ficava o carnaval todinho lá, rezando, e o padre pregando sobre o inferno, o purgatório e o céu. Quando terminava, saía mais preparada ainda para não pecar, não fazer coisa errada. A noção de pecado era muito ligada ao sexo. Não havia nada sobre as injustiças e os outros pecados sociais.

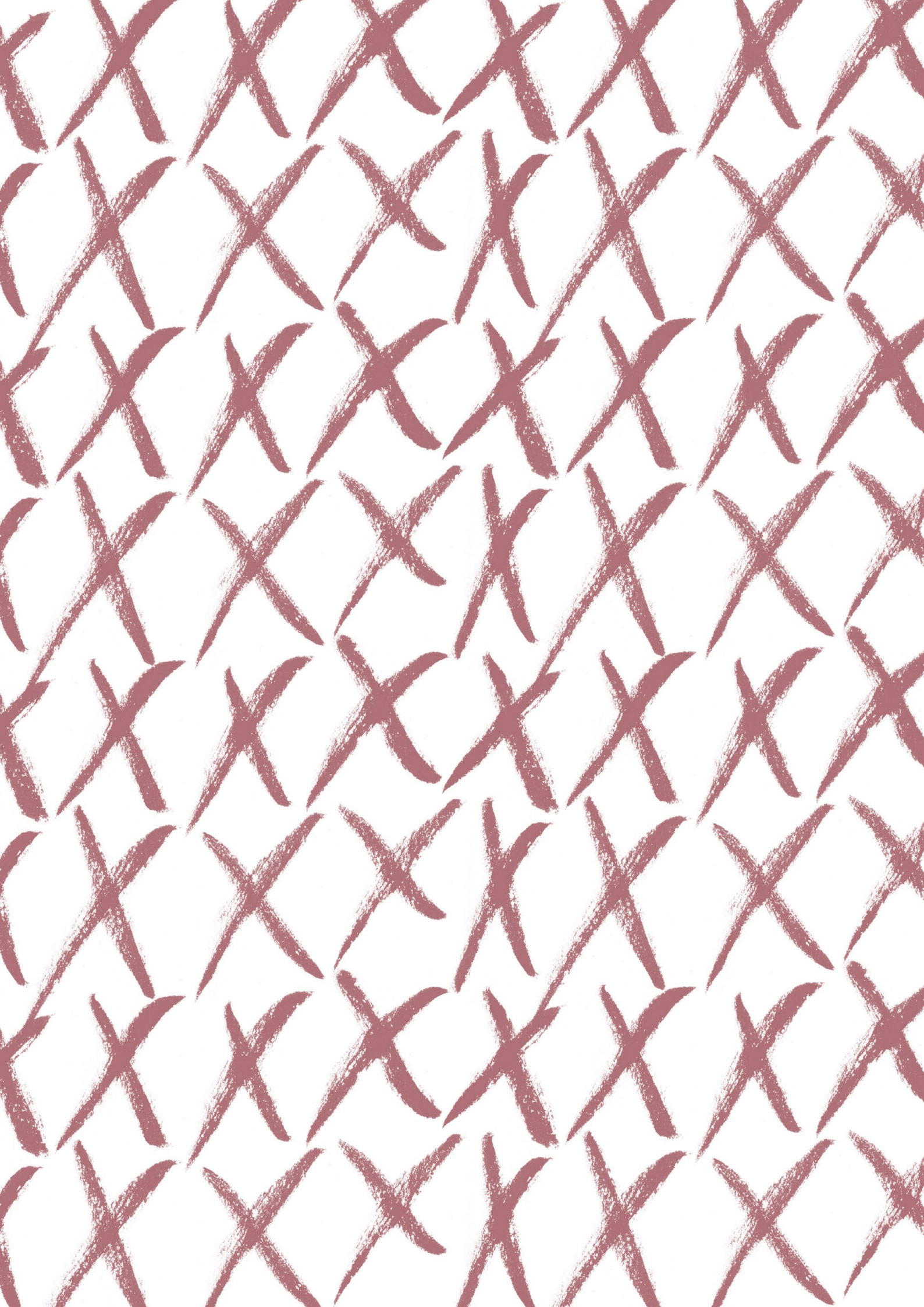
Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 59.

Nenhuma outra doméstica foi presa. Só as que participavam desse movimento e também eram “permanentes”. Retornei ao antigo emprego, mas a relação com os patrões já não era a mesma. Os dois anos e meio de JOC me ajudaram a ter uma outra atitude. Acho que a patroa se arrependeu da hora em que me levou para o movimento. Eu deixei de achar que o sofrimento que a gente passava como empregada era uma coisa de Deus. Descobri que Deus não queria aquilo e que eu tinha um valor!

Mesmo antes de me tornar permanente, eu já tinha uma nova visão sobre o que seria a vontade de Deus. Numa reunião da igreja do meu bairro, disse que as empregadas domésticas não éramos verdadeiramente consideradas como paroquianas. Só quem contava eram as donas de casa. Depois disso, começaram a reservar, no mês de maio, uma noite para as domésticas. Mas, isso não significou nada para as domésticas.

Na medida em que ia descobrindo as coisas, eu perguntava mais. Por exemplo: “O que é ser comunista? A gente é de Igreja e eles dizem que a gente é comunista!”. Eu acho que os próprios golpistas me deram outra visão do que é comunismo. Eu vi trabalhador rural lá na prisão, amarrado, chutado e, quando eles começaram a dizer que eu era comunista, comecei a dizer: “Então, comunista é uma coisa muito boa, porque não estou fazendo nada de ruim, só estou procurando fazer o bem. Isso é ser comunista?”. Acho que eles fizeram isso com muitas pessoas, botaram muita coisa na cabeça delas que não era a verdade. Também achei que a polícia mentia muito. Quando eles diziam que bateram um aparelho cheio de armas, comecei a ver que era uma mentira. Na casa em que eu estava, eles disseram que existiam armas e não era verdade.

Lenira Carvalho, *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, 2022, página 86 e 87.



## Ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985)

**E**sta aula ou oficina busca promover um debate sobre a instauração do regime autoritário no Brasil entre 1964 e 1985. Utilizamos a denominação ditadura empresarial-militar para nos referirmos a esse período em diálogo com o historiador uruguaio René Dreifuss, para quem a ditadura brasileira não deve ser compreendida apenas como um golpe militar porque contou também com a participação da sociedade civil. Ele especificou, entretanto, que a parcela civil tinha um caráter de classe, ou seja, que era constituída prioritariamente pelo empresariado.

O golpe de 1964 ocorreu durante um momento do governo de João Goulart em que a sociedade brasileira vivia intensas disputas políticas centradas nas reformas de base. Nesse contexto, proliferava o medo das elites em relação às reivindicações das camadas populares em torno da ampliação da justiça social no país. Propomos uma discussão sobre esse período do país a partir dos relatos de prisão e perseguição de Lenira Carvalho, por sua participação em movimentos sociais de esquerda. Em seu relato, fica perceptível que o regime ditatorial foi construído com base na negação dos direitos políticos de cidadãs brasileiras.

Ao longo da aula ou oficina, as participantes terão a oportunidade de debater tópicos como: (1) o contexto político pré-golpe militar de 1964; (2) a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e a defesa de um projeto conservador; (3) a perseguição política, as torturas e os assassinatos promovidos pela ditadura; (4) a resistência à ditadura.

### Objetivos

- Promover reflexões sobre as opressões e as resistências que ocorreram na ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985).
- Difundir depoimentos que revelam o caráter autoritário desse período recente da história brasileira.

### Roteiros pedagógicos que se relacionam:





## Ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985)

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 2h30

- 20' MOMENTO 1.  
**Sensibilização**
- 30' MOMENTO 2.  
**Leitura individual**
- 60' MOMENTO 3.  
**Debate sobre ditadura**
- 40' MOMENTO 4.  
**Atividade sobre os apoiadores e gestores da ditadura**

### Materiais necessários

01. Dispositivos para exibição do vídeo da atividade de sensibilização.
02. Cópias do capítulo “Uma nova visão de mundo”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.
03. Impressão das biografias para a atividade sobre apoiadores e gestores da ditadura.
04. Cópias do texto “Um golpe e uma ditadura para sufocar o avanço de conquistas democráticas” (opcional).

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Ver o filme *Digo às companheiras que aqui estão*.
- Ler o capítulo “Uma nova visão de mundo”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.
- Ler as minibiografias para condução da atividade sobre apoiadores e gestores da ditadura.
- Ler o texto “Um golpe e uma ditadura para sufocar o avanço de conquistas democráticas”, disponível neste roteiro pedagógico.

### Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



**A democracia brasileira derrubada pela “democracia” americana.** Entrevista com Carlos Fico em 17 de março de 2014.

**Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente,** artigo de Demian Melo publicado na *Espaço Plural*, n. 27, 2012, p. 39-53.

**Torturado, Frei Tito foi perseguido por fantasma de delegado até sua morte,** de Leonardo Sakamoto. *Brasil de Fato*, 26 de agosto de 2021.



**Aos que vieram antes de nós** (2021). Direção de Caioz e Luís Henrique Leal.

**Cabra Marcado para Morrer** (1984). Direção de Eduardo Coutinho.

**Retratos de identificação** (2014). Direção de Anita Leandro.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro10](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro10)



# Passo a passo

## Momento 1. Sensibilização

A educadora deverá começar a atividade perguntando ao grupo qual ideia vem à cabeça quando pensam em ditadura empresarial-militar. A educadora deve anotar as palavras ditas pelas participantes numa lousa ou cartolina, agrupando as palavras que estão relacionadas umas às outras. Em seguida, deve exibir o *Episódio 3: Mulheres na Ditadura*, da série *Incontáveis* produzida pela Comissão da Memória e da Verdade da UFRJ. Ao fim, a educadora deve perguntar se as participantes querem acrescentar mais alguma palavra na nuvem construída anteriormente.

## Momento 2. Leitura individual

Atividade de leitura individual do capítulo “Uma nova visão de mundo”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*. Ao distribuir os textos para as participantes, solicitar que grifem as dúvidas e os trechos que chamaram atenção.

## Momento 3. Debate sobre ditadura

Para dar início ao debate, a educadora deve perguntar quem o grupo acha que escreveu aquele texto e, depois de algumas respostas, apresentar brevemente quem foi Lenira Carvalho. Em seguida, perguntar quais foram as dúvidas e as questões que marcaram a leitura. A proposta é que, a partir das questões trazidas pelo grupo, se desenvolva uma discussão coletiva sobre a obra e o significado dos eventos que aparecem no texto. Além de tirar dúvidas e dialogar com os interesses do grupo, a educadora deve organizar a discussão, trazendo informações complementares, contemplando quatro tópicos que aparecem no texto: (1) O contexto político pré-golpe; (2) a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e a defesa de um projeto conservador; (3) a perseguição política, as torturas e os assassinatos promovidos pela ditadura; (4) a resistência à ditadura. O texto “Um golpe e uma ditadura para sufocar o avanço de conquistas democráticas” pode auxiliar na condução deste momento. Ao final do debate, perguntar ao grupo quais foram as descobertas feitas através da leitura do capítulo, estabelecendo diálogo com a nuvem de palavras construída na atividade de sensibilização.

## Momento 4. Atividade sobre os apoiadores e gestores da ditadura

O objetivo desta atividade é discutir o caráter empresarial-militar da ditadura brasileira. Para isso, serão evidenciadas as participações ativas de militares e de empresários brasileiros na manutenção deste regime. A educadora deve escolher, imprimir e distribuir dez minibiografias de importantes apoiadores e gestores da ditadura que podem ser encontradas no site *Memórias da Ditadura*. Sugerimos as biografias de Albert Henning Boilesen, Delfim Netto, Theobaldo de Nigris, Paulo Maluf, Carlos Brilhante Ustra, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Isaac Abramovitch, Paulo Malhães e Sérgio Fleury. Mas a educadora pode optar por outros participantes que considerar mais pertinentes, com atenção à importância de priorizar a diversidade entre civis e militares:

- Biografias de civis que apoiaram a ditadura:  
<https://memoriasdaditadura.org.br/civis-que-disseram-sim/>
- Biografias dos gestores, em sua maioria militares, da ditadura:  
<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/>

A educadora deve distribuir as biografias para serem lidas em voz alta por dez participantes. Depois da leitura, a proposta é que se retome um debate sobre que interesses estavam em causa neste contexto. Com a leitura do capítulo do livro de Lenira Carvalho colocado em contraposição a estas biografias, o grupo deve pensar sobre este contexto histórico, sobre quem comandou e apoiou a ditadura e os motivos de sua sustentação. O texto “Um golpe e uma ditadura para sufocar o avanço de conquistas democráticas” pode ser distribuído entre o grupo para leitura posterior.

# Um golpe e uma ditadura para sufocar o avanço de conquistas democráticas

O golpe militar de 1964, no Brasil, ocorreu em um momento em que o mundo vivia um contexto de polarização política entre os Estados Unidos e a União Soviética, entre capitalismo e comunismo. Na América Latina, havia uma crescente organização das camadas populares em busca de melhores condições de vida, impulsionadas por ideais socialistas. A experiência da revolução cubana aprofundava os medos que as elites tinham de transformações políticas e econômicas que envolvessem a redistribuição das riquezas do continente. Lenira Carvalho viveu esse período quando iniciava sua atuação na luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil.

No capítulo “Uma nova visão de mundo”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*, Lenira Carvalho fala sobre o contexto que o país atravessava e como o seu contato com a Juventude Operária Católica (JOC) mudou sua forma de pensar sobre o mundo. A JOC teve um papel importante na organização das trabalhadoras domésticas no país. Era um grupo organizado por setores progressistas da Igreja Católica, ligado à Ação Católica Operária, que também atuava com camponeses (JAC), estudantes (JEC) e universitários (JUC), num esforço de organizar esses setores da sociedade para reivindicar transformações. Em 1963, a JOC organizou um Congresso Regional de Empregadas Domésticas no Recife, que, segundo Lenira, resultou na “primeira passeata de domésticas do Brasil”. Naquele período o trabalho doméstico não tinha nenhuma regulação e o mais comum era trabalhar em troca de comida e moradia na casa dos patrões. Lenira Carvalho conta que foi nesse contexto que ela teve contato com um horizonte de reivindicações, foi ali que ouviu falar pela primeira vez em coisas como salário-mínimo, férias e carteira assinada.

No campo, as trabalhadoras rurais também viviam em um regime de trabalho praticamente sem direitos. Em resposta a essas condições, surgiram associações de trabalhadores rurais que passaram a lutar pelo direito à terra e por melhores condições de vida. O principal movimento de reivindicação de trabalhadoras rurais eram as Ligas Camponesas, organizadas prin-

cipalmente na Zona da Mata de Pernambuco e da Paraíba. Comentando sobre esse momento, Lenira diz: “Naqueles tempos, 1962, 1963, a gente vivia um clima de mais liberdade, de luta muito grande pelos direitos dos trabalhadores. Em todos os cantos levantavam-se os problemas do povo. Era um clima de democracia que nem sei se, talvez, algum historiador possa saber!”.

Se havia nesse período um acúmulo de força da classe trabalhadora que fazia o povo sonhar com um horizonte de transformações, era essa mesma possibilidade de mudança que fazia com que as elites, que se beneficiavam da distribuição desigual das riquezas no país, tivessem tanto medo dessas reivindicações e das reformas de base que estavam sendo propostas durante o governo de João Goulart. Um discurso anticomunista se proliferou e serviu de ataque para a possibilidade de uma sociedade mais justa e inclusiva. Um ato importante dessa articulação ocorreu quando, em resposta à força social das trabalhadoras, se organiza, em março de 1964, em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma demonstração de apoio dos setores conservadores que antecede o golpe. O ato foi financiado por empresários paulistas e cariocas e recebeu também dinheiro dos Estados Unidos, que se implicaram significativamente em garantir a viabilidade do golpe militar. Essa marcha é a representação da aliança entre os interesses econômicos da classe dominante, mas também do conservadorismo religioso e do anticomunismo que havia sido mobilizado em parte da sociedade brasileira. Em outras cidades do país, a manifestação aconteceu nas semanas que se seguiram ao golpe de 1º de abril de 1964. No Recife, ela foi convocada através dos jornais pela Cruzada Democrática Feminina e teve apoio de associações religiosas, do empresariado e de partidos e políticos que haviam apoiado a deposição de Miguel Arraes, então governador de Pernambuco.

O golpe se consolidou com o avanço de tropas militares, em 1º de abril de 1964, e a deposição do presidente João Goulart. As repressões não demoraram a acontecer. Nesse mesmo dia, por exemplo, Miguel Arraes foi pressio-

nado pelo Exército a renunciar ao seu mandato. Negando-se a sair do governo, Arraes foi preso e conduzido ao presídio da ilha de Fernando de Noronha, onde ficaria até maio de 1965. Depois de sair da cadeia, seria um de tantos que seguiram para o exílio e só retornaram ao país depois da aprovação da Lei de Anistia, em 1979. De modo geral, o golpe de 1964 dá início a um período de autoritarismo que resultará na repressão dos setores populares organizados. Já nos primeiros meses depois do golpe, 50 mil pessoas foram presas. Os militares e os seus aliados dissolveram partidos políticos, cassaram mandatos parlamentares, prenderam dissidentes, censuraram os meios de comunicação e acabaram com as eleições para presidente, governador e prefeito. Toda a organização popular passou a ser considerada parte da “ameaça comunista”, que a ditadura utilizou para justificar perseguições, tortura, assassinatos e desaparecimento de pessoas que se opunham ao regime.

Por sua participação na JOC, Lenira Carvalho entrou na mira da repressão. Os militares invadiram sua casa, reviraram tudo o que havia ali, fizeram acusações infundadas de que os moradores tinham armas e a levaram, junto com suas companheiras de casa, para um interrogatório. Após uma noite na delegacia, Lenira e suas companheiras foram liberadas porque não havia nada que justificasse a prisão. Alguns dos seus companheiros, entretanto, tiveram um destino mais sombrio. Comentando sobre o período de atuação na luta por direitos, Lenira conta que conviveu com o Frei Tito de Alencar Lima, militante da Juventude Estudantil Católica (JEC). Alguns anos depois, durante a vigência do

AI-5, Frei Tito foi preso. Levado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), ele foi submetido à tortura, o que o marcou profundamente. Tito acabaria sendo libertado, em dezembro de 1970, depois que dois grupos de oposição armada à ditadura, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), capturaram o embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben, e pediram a libertação de 40 presos políticos em troca de soltá-lo. Além de tirar os presos políticos da cadeia, essa ação também tinha o propósito de visibilizar internacionalmente as perseguições políticas, a suspensão de garantias democráticas e a sistemática prática da tortura contra dissidentes políticos.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, afirma que a ditadura empresarial-militar brasileira torturou 20 mil pessoas e foi a responsável direta pela morte de 191 e pelo desaparecimento de 342 pessoas militantes de esquerda. Mas os números da violência são maiores, se considerarmos que os Esquadrões da Morte, braços policiais clandestinos do Estado, foram responsáveis pelo assassinato de 800 pessoas somente entre 1968 e 1971. As discussões críticas em torno da memória desse período histórico evidenciam também o apagamento de assassinatos de camponeses e indígenas que aconteceram na ditadura empresarial-militar. Por estarem longe dos centros urbanos, esses grupos nem sempre fazem parte do imaginário de vítimas do período. Atualmente, se estima que mais de 8 mil camponeses e indígenas foram mortos durante o período entre 1964 e 1985 em função de ação direta ou omissão do Estado.

## Glossário

### AI-5

O Ato Institucional número 5 da ditadura empresarial-militar foi decretado em dezembro de 1968, no governo do general Costa e Silva, e cassou políticos de oposição ao regime, demitiu funcionários públicos, destituiu juízes do Supremo Tribunal Federal, fechou o Congresso Nacional e proibiu reuniões e manifestações de rua, entre outras garantias individuais. O AI-5 inaugurou o período de maior repressão e violência política da ditadura contra a oposição e permaneceu em vigência por aproximadamente dez anos.

### DOPS

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi criado em 1924 e era um órgão do governo brasileiro utilizado principalmente durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a ditadura empresarial-militar (1964-1985). O DOPS funcionava com unidades de Polícia Política em cada estado do país, que eram responsáveis por monitorar e reprimir comunistas, anarquistas, sindicatos, associações, movimentos sociais e artistas.

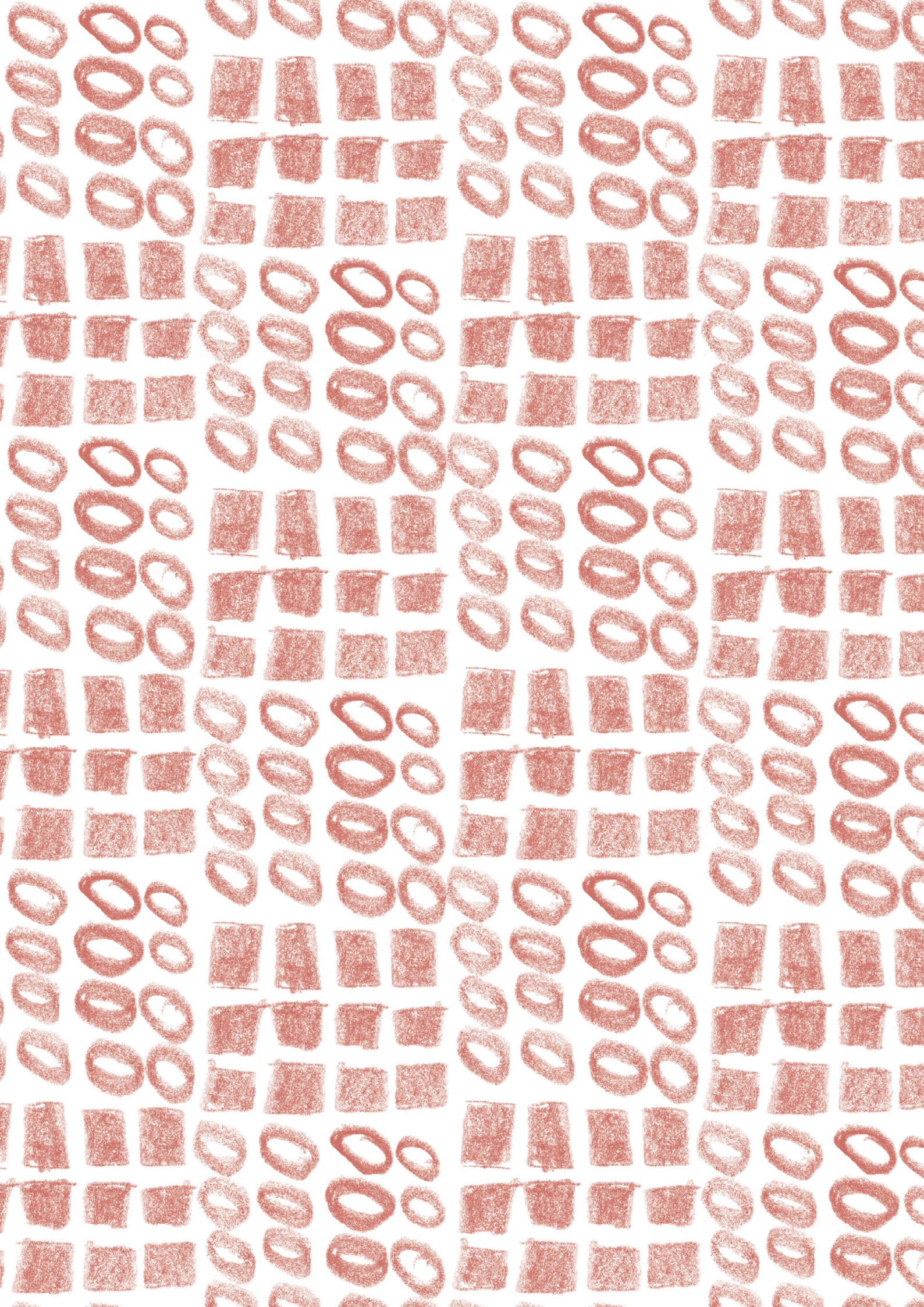
### Ligas camponesas

Associações de trabalhadores do campo que surgiram em Pernambuco, sendo criadas posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro, em Goiás e em outras regiões do Brasil. Tiveram influência crescente no debate nacional, sendo grandes impulsionadoras da luta por reforma agrária no Brasil até o golpe de 1964.

### Reformas de base

Reformas estruturais propostas pelo governo João Goulart que propunham alterações na estrutura agrária, urbana, bancária, tributária, eleitoral, universitária e do estatuto do capital estrangeiro no país. Pretendiam, entre outras coisas, ampliar o acesso à terra aos camponeses, garantir o direito ao voto aos analfabetos e aos militares de baixas patentes, centralizar a política econômica no Banco Central, ampliar o número de vagas na universidade e aumentar a liberdade no exercício da docência no ensino superior, assim como legislar mais amplamente sobre a questão das cidades para controlar o preço de aluguéis e enfrentar os já grandes problemas de moradia.





## As Trabalhadoras Domésticas e a Constituinte

**N**este roteiro pedagógico propomos uma discussão sobre a participação popular e, mais especificamente, a atuação das trabalhadoras domésticas no processo de elaboração da Constituição de 1988. Ele utiliza como recursos pedagógicos o filme *Emendas populares na Constituinte* (12 min), realizado pela TV Senado, e o pensamento de Lenira Carvalho, exposto no seu discurso na Constituinte, que integra o livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*. Poderá ser útil para trabalhos educativos em sala de aula em escolas de ensino médio e universidades ou em processos educativos com militantes de movimentos sociais. Com o roteiro pode-se discutir concepções de poder e participação política, a luta por direitos sociais e a incidência das trabalhadoras domésticas no processo de participação popular na Constituinte em defesa dos seus direitos como categoria de trabalhadoras.

### Objetivos

- Contribuir para a memória da participação das trabalhadoras domésticas organizadas no processo Constituinte na década de 1980.
- Refletir sobre participação política de grupos sociais sub-representados nos espaços institucionais de poder.

### Roteiros pedagógicos que se relacionam:





## As Trabalhadoras Domésticas e a Constituinte

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 3h

- 10' MOMENTO 1.  
**Apresentação do Roteiro Pedagógico**
- 20' MOMENTO 2.  
**Sensibilização**
- 30' MOMENTO 3.  
**Exposição sobre a participação popular na Constituinte de 1987**
- 90' MOMENTO 4.  
**Reflexão sobre a atuação das trabalhadoras domésticas no processo constituinte**
- 30' MOMENTO 5.  
**Síntese coletiva**

### Materiais necessários

01. Sala com cadeiras organizadas em círculo.
02. Dispositivos para exibição do filme *Emendas Populares na Constituinte*, da TV Senado.
03. Cartelas ou folhas de papel e utensílios para escrita.
04. Cópias do Discurso de Lenira Carvalho na Constituinte, disponível da página 139 a 141 do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.
05. Cópias do texto “A participação das trabalhadoras domésticas na Constituinte”.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro11](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro11)

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Ler dois capítulos do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*: “Constituição de 1988: o grande marco” e “Assembleia Nacional Constituinte: Discurso de Lenira Carvalho como representante das Trabalhadoras Domésticas do Brasil”.
- Ler, ouvir e assistir os materiais indicados na seção **Para Aprofundar**, caso tenha pouca familiaridade com o processo de participação popular na Constituinte.

### Para aprofundar

Estes materiais servem como uma boa consolidação dos aprendizados:



**Fomos capazes de chegar até aqui, somos capazes de andar mais. Entrevista com Lenira Carvalho**, entrevista de Lenira Carvalho a Paula Andrade e Carmen Silva, publicada na *Revista Cadernos de Crítica Feminista - Mulheres Participação e Democracia*. Ano II, nº 1, dez 2008.



Episódio **Faltou gente nessa festa**, do podcast *Jogo de Cartas*.



**Emendas populares na Constituinte**, produzido pela TV Senado.



# Passo a passo

## Momento 1.

### Apresentação do roteiro pedagógico

Apresentar os passos da oficina/aula, convidando o grupo a um momento de partilha de reflexões. Se as atividades forem realizadas com participantes de movimentos sociais, sugerimos que se faça uma rápida rodada de apresentação das participantes para que compartilhem seus nomes e onde atuam. Se o grupo for uma turma de escola ou universidade, não é necessária a apresentação.

## Momento 2.

### Sensibilização

Em círculo, após expor brevemente o processo da oficina/aula, explicar que neste momento de roda de diálogo a gente deve exercitar a escuta ativa e não julgar as memórias e vivências das outras pessoas. Levantar a seguinte questão e dar três minutos para exercício individual de memória: **Você já participou ou assistiu alguma mobilização/manifestação popular referente a alguma luta por direitos?**

Em seguida, abrir o momento para quem quiser compartilhar suas memórias, delimitando um tempo de aproximadamente três minutos por participante. Calcule e controle o tempo para não ter mais inscrições do que o possível no tempo previsto.

Ao final, a educadora encerra com uma breve fala sobre a ausência de direitos para os grupos sociais empobrecidos, mulheres, pessoas negras, lgbtqiap+, indígenas etc., enfatizando o uso de protestos e manifestações como forma de pressionar os governos para conquistas de direitos. Neste momento, sugerimos que se faça referência à luta das trabalhadoras domésticas e à conquista de direitos associada ao processo constituinte, para gerar interesse sobre o tema entre o grupo.

## Momento 3.

### Exposição sobre a participação popular na Constituinte de 1987-1988

- Breve apresentação sobre o processo constituinte. Alguns aspectos importantes a serem abordados, entre outros que a educadora considerar relevantes são: (1) O contexto de saída da Ditadura Empresarial-militar; (2) A Campanha por Eleições Diretas para Presidência da República “Diretas Já”; (3) O contexto de efervescência dos movimentos sociais, suas lutas por direitos no processo constituinte e a capacidade de mobilização da sociedade; (4) Articulação do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, que reuniu a maioria dos movimentos sociais e organizações da época, e fomentou a ideia de emendas populares como forma dos movimentos sociais apresentarem propostas aos deputados constituintes.
- Exibição do documentário *Emendas populares na Constituinte* (12 min), da TV Senado, que fala sobre a participação popular no processo constituinte.
- Abertura de discussão com o grupo sobre as impressões em relação ao tema.

## Momento 4.

### Reflexão sobre a atuação das trabalhadoras domésticas no processo constituinte

- Leitura coletiva do discurso de Lenira Carvalho na Constituinte, disponível da página 139 a 141 do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*. A educadora deve distribuir algumas cópias do texto entre o grupo e solicitar que quatro ou cinco participantes leiam em voz alta, cada uma lendo um trecho diferente do discurso.
- Após a leitura, promover discussão entre o grupo a partir das questões: *O que chamou a atenção do grupo no discurso? Qual a importância da participação popular no processo constituinte para elaboração da Constituição Cidadã? Que significado você acha que a ação coletiva das trabalhadoras domésticas e sua aliança com outros movimentos sociais tiveram para a conquista de direitos?*
- Na medida em que o grupo for compartilhando suas reflexões, a educadora deve organizar as contribuições para fixar elementos que ajudem na elaboração sobre a importância da participação de diferentes grupos sociais nos espaços de decisão política.

## Momento 5.

### Síntese coletiva

Distribuir duas folhas ou cartelas para cada participante e pedir que respondam a duas questões sobre o que aprenderam com o discurso de Lenira Carvalho e as outras etapas da aula ou oficina (5 min). Questões: (1) O que você sabia sobre a participação das trabalhadoras domésticas no processo constituinte?; (2) O que aprendeu nesta aula/oficina? Fixar as folhas/cartelas na parede ou lousa, buscando aproximação de conteúdos. Ao final, ler as respostas para todo o grupo. O texto “A participação das trabalhadoras domésticas na Constituinte” pode ser distribuído entre as participantes para leitura posterior.

# A participação das trabalhadoras domésticas na Constituinte

Começamos essa reflexão com a imagem da Sankofa, da simbologia adinkra, aquele pássaro que olha para trás e tem os pés voltados para a frente, que traz como mensagem a importância da gente olhar para trás para seguir em frente. Não se trata de voltar ao passado para transformá-lo num objeto de adoração, mas sim de olhar para o passado para aprender com ele, buscar ensinamentos que nos ajudem a, no presente, construir o futuro. Por isso pensamos na Sankofa, olhando para trás com os pés para frente, para seguir caminhando. Este é um desafio para todas as pessoas que querem mudar o mundo, ou pelo menos, construir uma vida melhor em nosso país.

Mudar a vida em nosso país passa por mudar o nosso sistema político também, ou seja, a forma como o poder é organizado, quem pode tomar as decisões que organizam a vida em comum, e que regras podem reger estas decisões. O nosso desejo é que estas regras sejam sempre democráticas. Mas nós chegamos até aqui, no Brasil, com uma democracia na qual não cabemos completamente. Não cabem as mulheres, o povo negro, indígenas, a classe trabalhadora, os pobres, a população LGBTQIAP+, a juventude. Apesar disso, estes grupos sociais continuam batendo o pé na porta para entrar.

Vivemos um Brasil com desigualdades estruturais. Quando falamos da democracia que queremos, precisamos qualificar que democracia é essa: uma democracia que enfrente as desigualdades e mude a cultura política predominante. O processo constituinte, que elaborou a Constituição de 1988, a lei maior do país, foi um momento em que todos os movimentos sociais bateram juntos os pés na porta e entraram firmes na luta para garantir direitos aos grupos sociais mais vulneráveis.

O país estava saindo do período de uma ditadura empresarial-militar, modo de governo constituído a partir do golpe militar, com apoio das elites, ocorrido em 1964. Foram anos de resistência, de luta clandestina e de organização popular. A partir disso, na década de 1980 eclodem muitos movimentos sociais. A cada momento uma nova luta encontrava espaço no debate público. Lutas contra a carestia, por terra, moradia, saúde, educação, lutas do movimento gay, de mulheres, negros... Enfim, inúmeros protestos, passeatas e manifestações.

Em 1984, destacou-se como pauta comum capaz de aglutinar todos os movimentos, partidos políticos de esquerda e de centro, a campanha por eleições diretas para presidente da república, suspensas desde 1964. O lema “Diretas Já” e as camisas amarelas simbolizaram toda a insatisfação acumulada pelo povo brasileiro e mobilizaram milhões de pessoas nas praças públicas. Apesar disso, a proposta foi derrotada no Congresso Nacional e o novo presidente, Tancredo Neves, com seu vice José Sarney foram eleitos pelo Colégio Eleitoral. A energia daquela campanha foi canalizada para uma nova luta, capaz de tirar o país do regime autoritário: a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte. Era preciso mudar as leis que organizavam a vida no nosso país.

Movimentos sociais e partidos de esquerda criaram uma articulação nacional chamada Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte e nele elaboram uma ideia fundamental para a participação popular. A sociedade poderia participar da nova Constituição apresentando emendas populares com 30 mil assinaturas e teriam direito de defendê-las na Assembleia Nacional Constituinte. E assim foi. As trabalhadoras domésticas, organizadas em associações em vários estados, se articularam com os movimentos feministas e apresentaram uma proposta de emenda popular que lhes garantiria o reconhecimento como categoria de trabalhadoras e direitos trabalhistas. Lenira Carvalho foi uma das lideranças das domésticas de Pernambuco que esteve à frente desta luta.

No discurso proferido por Lenira Carvalho na Assembleia Constituinte, em maio de 1987, ela lê o documento de propostas elaborado pelas representações das trabalhadoras domésticas de 23 associações de nove estados do país, que apresenta as reivindicações da categoria, quase todas transformadas em direitos pelos deputados constituintes: o reconhecimento como categoria profissional e o consequente direito a sindicalização, salário mínimo, descanso semanal remunerado, 13º salário, férias, direitos previdenciários, proibição de exploração de trabalho infantil, entre outros. Apesar dos avanços, as trabalhadoras domésticas não conseguiram equiparar seus direitos aos das outras categorias de trabalhadores. A jornada de trabalho de 40 horas semanais e o direito à estabilidade no emprego ou Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço, por exemplo, foram conquistados somente em 2015, fruto de um processo contínuo de luta das trabalhadoras domésticas pela conquista dos seus direitos.

Neste mesmo discurso, Lenira demonstra como o processo constituinte foi importante na formação da consciência de classe e de gênero das trabalhadoras domésticas porque, de alguma forma, ele contextualizou o ápice de um processo de organização e de luta: “Não acreditamos que façam uma nova Constituição sem que seja reconhecido o direito de 3 milhões de trabalhadores deste país. Se isso acontecer, achamos que, no Brasil, não há democracia, porque deixaram milhões de mulheres no esquecimento. E nós servimos a quem? Servimos aos deputados, senadores, ao presidente e a todas as pessoas”.

Em entrevista concedida por ocasião dos 20 anos da Constituição, Lenira Carvalho falou sobre a articulação das trabalhadoras domésticas com outros movimentos sociais e o trabalho feito para mobilizar a categoria, apesar de não terem conseguido as 30 mil assinaturas necessárias para a apresentação oficial da emenda à Constituição. Ela conta: “nos dias de domingo,

abríamos a associação, chamávamos as domésticas e elas iam, porque todo mundo queria direitos, mas mesmo assim não conseguimos as trinta mil (...) Fomos a Brasília com os outros movimentos sociais em seis ônibus, era tanta bandeira, tanta faixa, tanta coisa, estávamos com eles mas sem nossas trinta mil assinaturas (...) Quando chegamos lá na porta, a Benedita da Silva (PT – RJ), que era deputada, foi lá pra rampa nos receber. A Benedita rodou lá dentro e entrou todo mundo, e ela me chamou pra falar (...) Ela trouxe o deputado Ulysses Guimarães (presidente da Assembleia Nacional Constituinte) e nós entregamos o nosso documento”.

Trazer esta memória de Lenira Carvalho pode ajudar a ver o passado recente, quando da elaboração da Constituição em vigência, com outros olhos. O olhar da participação popular na Constituinte permite ver a presença das trabalhadoras domésticas, sua experiência de mobilização frente às dificuldades inerentes à categoria, conhecer a reflexão crítica de uma das suas lideranças, e ver o potencial que a articulação coletiva de distintos movimentos sociais têm para abrir caminhos nas lutas por direitos. Isso pode nos ensinar muito sobre a construção do futuro.

## Glossário

### Adinkras

É um conjunto de símbolos pertencentes ao povo Ashanti, atualmente localizados principalmente nos países Gana, Burkina Faso e Togo, na África Ocidental, mas também estão presentes em outros lugares do globo, principalmente em consequência dos processos das diásporas africanas.

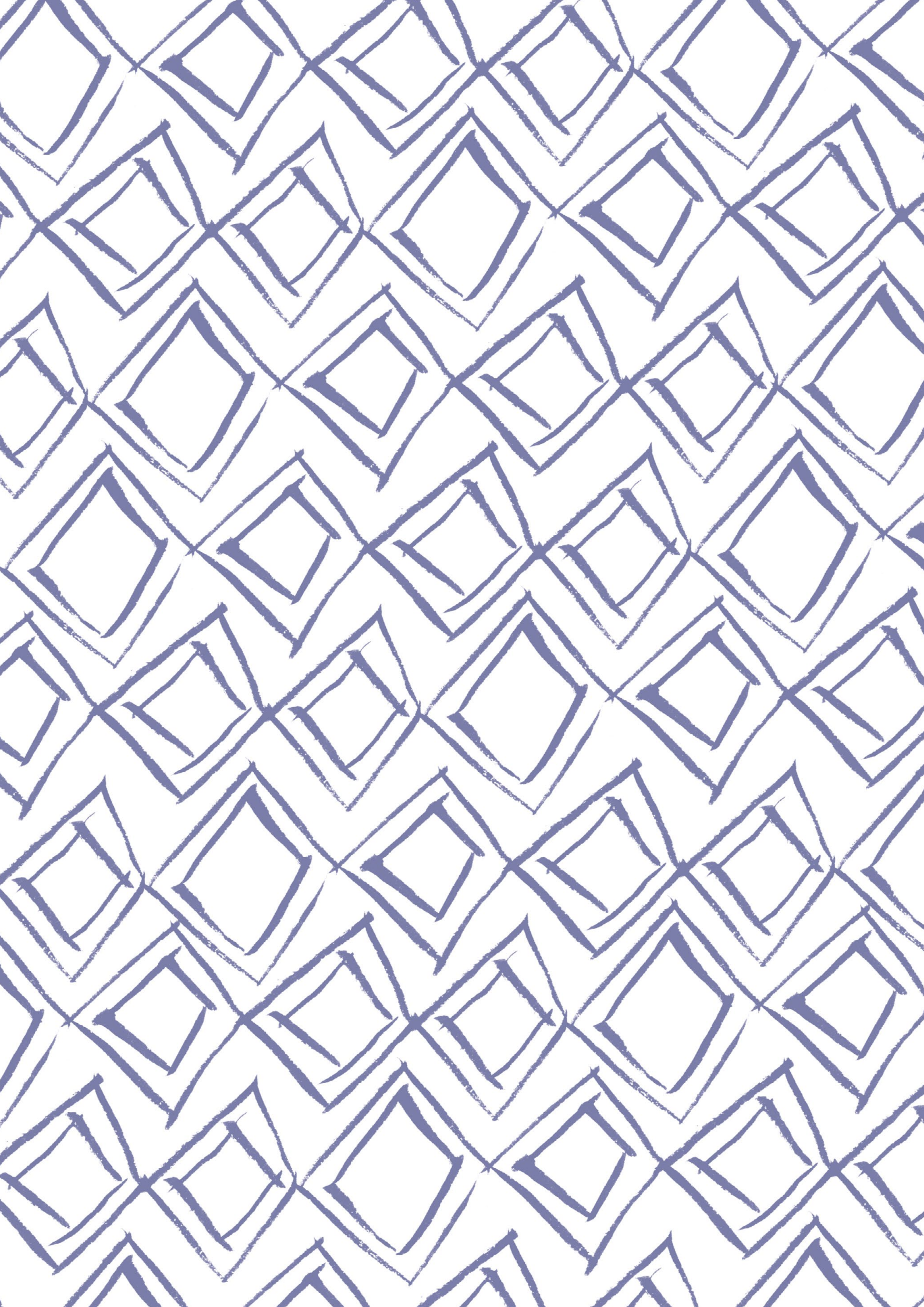
### Constituição

É a lei mais importante de um país, também chamada Carta Magna, e tem um caráter geral. Ela organiza o Estado, estabelecendo, no caso brasileiro, a separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, define as regras e os direitos que regem a vida política e social.

### Diretas Já

Foi o lema principal da campanha nacional de mobilização popular pelas eleições diretas para presidência da república, realizada em 1984, para pressionar o congresso a aprovar a emenda constitucional Dante de Oliveira, que garantiria esse direito. Esta proposta foi derrotada no Congresso Nacional, que definiu que a escolha do novo presidente continuaria sendo no Colégio Eleitoral, composto pelo próprio Congresso.





## A luta das trabalhadoras domésticas e o feminismo

**E**ssa aula ou oficina é um convite para pensarmos sobre a pluralidade da resistência feminista no Brasil e as transformações que marcaram esse campo político ao longo das últimas décadas. Partimos das reflexões de Lenira Carvalho sobre os seus encontros com o feminismo para abordar temas como as desigualdades que existem entre as mulheres; a introdução das discussões sobre o corpo e a sexualidade na militância dos movimentos populares das décadas de 1970 e 1980; os impasses na adesão à luta pela legalização do aborto numa sociedade religiosa como a brasileira; e a luta permanente pela valorização do trabalho das mulheres. Esses temas são abordados a partir da ótica de uma mulher trabalhadora doméstica que, na sua trajetória política, se engajou em movimentos feministas e refletiu sobre os desafios colocados para a construção de alianças políticas frente às diferenças e desigualdades que existem entre as mulheres. A contribuição de Lenira Carvalho nos serve como referência para explorar elementos da trajetória do feminismo brasileiro muitas vezes pouco visíveis, que nos ajudam a pensar sobre como foi se moldando o feminismo que conhecemos hoje.

### Objetivos

- *Apresentar as alianças construídas historicamente entre os movimentos feministas e a luta das trabalhadoras domésticas no Brasil.*
- *Promover discussões sobre afinidades, desigualdades e diferenças na diversidade da organização política das mulheres.*
- *Propor reflexões sobre a diversidade de sujeitos políticos que constroem o feminismo no Brasil.*

### Roteiros pedagógicos que se relacionam:

06

07

08

11



## A luta das trabalhadoras domésticas e o feminismo

### Percurso metodológico

Tempo total estimado: 2h30

- 40' MOMENTO 1.  
**Seis imagens da luta das mulheres**
- 40' MOMENTO 2.  
**Leitura individual**
- 40' MOMENTO 3.  
**Reflexão coletiva**
- 30' MOMENTO 4.  
**Exposição e partilha de aprendizados**

### Materiais necessários

01. Projetor para exibir fotos ou cópias das fotos.
02. Lousa ou cartolinas e utensílios para a escrita.
03. Cópias dos capítulos “Consciência de ser mulher” e “A doméstica e o movimento das mulheres”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.
04. Folhas de papel em branco para distribuir entre o grupo.
05. Cópias do texto “O que conhecemos sobre a história do feminismo no Brasil?” (opcional).

### Preparação

Para realizar a aula ou oficina, sugerimos que a educadora se prepare com os seguintes materiais:

- Leitura dos capítulos “Consciência de ser mulher” e “A doméstica e o movimento das mulheres”, do livro *A luta que me fez crescer e outras reflexões*.
- Leitura do texto “O que conhecemos sobre a história do feminismo no Brasil?”, disponível neste roteiro.
- Para maior aprofundamento, sugerimos os outros materiais indicados na sessão “Para aprofundar”.

### Para aprofundar



**Diálogos Feministas: nossos feminismos e a conjuntura política.** Sistematização publicada em 2022 pela Fundação Friedrich Ebert Brasil e pelo SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia.

**Vai avançar o feminismo popular!**, de Carmen S. M. Silva. Capítulo do livro *Teorias em movimento: reflexões feministas na Articulação Feminista Marcosul*.

**Para onde vamos? Feminismo como movimento social.** Coletânea de textos sobre os movimentos feministas no Brasil, publicado pelo SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia, em 2020.



**FMPE - Imagens de luta.** A publicação é fruto de um processo de imersão no acervo fotográfico do Fórum de Mulheres de Pernambuco. A pesquisa foi realizada como parte do projeto Rastros e Levantes, pela comissão de Memória do FMPE, Marcela Lins e Guilherme Benzaquen.

**Memória e Movimentos Sociais** ([www.memoriaemovimentossociais.com.br](http://www.memoriaemovimentossociais.com.br)). Projeto que reúne fotografias, de cunho etnográfico e documental, de autoria da fotógrafa Claudia Ferreira e tem como missão contribuir para o resgate da memória dos movimentos sociais contemporâneos e ser uma fonte de Fotografia Pública dos movimentos sociais brasileiros, especialmente os movimentos feministas.



**Almerinda, uma mulher de trinta** (1991), documentário poético dirigido por Angela Freitas e Joel Zito Araújo.

**Mulheres Rurais em Movimento** (2015), de Héloïse Prévost e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)

**Corpos políticos** (2016). Curta-metragem realizado pelo Mape - Mulheres no Audiovisual Pernambuco.



[www.leniracarvalho.com.br/roteiro12](http://www.leniracarvalho.com.br/roteiro12)



# Passo a passo

## Momento 1. Seis imagens da luta das mulheres

Apresentar ao grupo seis fotografias (Anexo I) impressas ou através de projeção. A educadora deve apresentar as fotografias individualmente e perguntar ao grupo: *No que essa imagem faz vocês pensarem?* A partir das respostas, a educadora preenche, ao lado, em um quadro ou cartolina, palavras-chave do que foi trazido. Depois da análise coletiva das seis fotos individualmente, a educadora coloca todas juntas para apreciação do grupo e pergunta: *O que essas imagens têm em comum e o que as diferencia? Quando vemos essas fotografias juntas, seus significados mudam?* A partir das respostas, a ideia é que a educadora elabore reflexões sobre a amplitude e diversidade da luta das mulheres no Brasil. Se utilizar o projetor, as imagens podem ser apresentadas juntas no mosaico disponível no final do anexo. Se estiver trabalhando com fotografias impressas, elas podem ser passadas uma a uma entre o grupo e depois coladas na parede ou num quadro, construindo um mural. Informações sobre as fotografias estão disponíveis no Anexo II. Ao final do exercício, a educadora pode compartilhar com o grupo a que eventos cada fotografia se refere.

## Momento 2. Leitura individual

Leitura individual dos capítulos “Consciência de ser mulher” e “A doméstica e o movimento das mulheres”. Esse exercício também pode ser feito em duplas ou trios. A ideia, porém, é que o momento seja apenas destinado à leitura do texto – apenas com considerações superficiais, se for feita coletivamente – e não à sua discussão.

## Momento 3. Reflexão coletiva

Escrever no quadro, em uma cartolina ou tarjetas de papel, quatro tópicos a serem debatidos a partir da leitura dos capítulos: (1) O feminismo e o corpo das mulheres; (2) Luta pela legalização do aborto; (3) Desigualdades entre as mulheres; (4) O trabalho das mulheres no mundo. Em seguida, solicitar que as participantes se dividam em grupos de acordo com seus interesses em algum dos quatro temas, tentando manter algum equilíbrio no número de pessoas nos grupos. Cada grupo ficará responsável por um tópico. Nos primeiros 20 minutos, a educadora solicita que o grupo discuta qual é a visão de Lenira sobre o tema e quais foram as questões trazidas pelo texto que o grupo ainda não conhecia ou sobre as quais não havia pensado a respeito. Depois desse debate inicial, a educadora pede ao grupo para selecionar uma frase ou trecho curto do capítulo que sintetiza o pensamento de Lenira sobre aquele tema. Ao final, cada grupo lê o trecho para o grupo maior.

## Momento 4. Encerramento

Com o grupo todo reunido novamente, a educadora deve perguntar o que as participantes aprenderam de novo sobre o feminismo com a leitura do texto de Lenira Carvalho. Em seguida, encerrar com uma breve exposição sobre como a luta feminista não é algo estático, mas uma luta em permanente transformação, que busca dialogar com as diferentes realidades que as mulheres vivem nos mais diversos contextos. Para elaboração dessa exposição, a educadora pode utilizar o texto de apoio deste roteiro e os textos sugeridos na seção **Para aprofundar**. Ao final da aula ou oficina, o texto “O que conhecemos sobre a história do feminismo no Brasil?” pode ser distribuído entre as participantes para leitura posterior.

# O que conhecemos sobre a história do feminismo no Brasil?

Quando ouvimos a palavra feminismo, no que pensamos? Provavelmente a resposta para essa pergunta depende da geração e da trajetória de vida de cada pessoa, do seu contato com movimentos sociais, dos seus interesses de leitura, seja nos livros ou na internet. Para muitas pessoas e principalmente as gerações mais jovens, muito do imaginário que caminha junto com essa palavra está relacionado ao forte ciclo de protestos feministas vividos na última década no Brasil e no mundo, principalmente nas grandes cidades. Imagens de manifestações de rua com reivindicações de autonomia e liberdade em relação aos nossos corpos, denúncias da violência e exploração sexual contra as mulheres, luta pela legalização do aborto, defesa da democracia, entre outras reivindicações, compõem essas imagens que vêm mais facilmente à mente porque têm mais repercussão na mídia do que a resistência que as mulheres constroem em outros territórios ou associadas a outras lutas. O que conhecemos da luta das mulheres sindicalistas contra assédio nos ambientes de trabalho ou por paridade política dentro dos seus próprios sindicatos? Que imagens temos da longa trajetória de luta das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil? O que conhecemos sobre a organização política das trabalhadoras domésticas?

Hoje em dia é comum que alguém tenha contato com o feminismo pela primeira vez através da internet ou, mesmo que já tenha ouvido falar em outro lugar, a internet é um espaço de pesquisa e formação sobre o feminismo, assim como em relação a diversos temas. Apesar da internet parecer ser um mundo infinito de informações, ela tem os seus recortes. Nesse universo, é muito mais comum, por exemplo, entrar em contato com o pensamento de feministas europeias ou norte-americanas do que com a história da nossa resistência no Brasil ou na América Latina. E quando ouvimos falar sobre o feminismo no Brasil, é comum que seja a partir do pensamento de uma autora ou outra, mas não sobre a pluralidade da resistência das mulheres organizadas em diferentes movimentos. Essas influências dão elementos para as imagens que construímos sobre o feminismo e muitas vezes a forma como pensamos

sobre essa luta ignora a diversidade da construção histórica desse campo político em nosso país, por estar associada apenas ao que é mais visível nas redes sociais e em outros meios de comunicação.

As reflexões de Lenira Carvalho sobre a luta das trabalhadoras domésticas, as disputas e as alianças construídas com os movimentos feministas apresentam questões muitas vezes desconhecidas para pensarmos sobre a construção do feminismo no Brasil. Lenira fala de coisas importantes para pensarmos sobre essa trajetória, como a dificuldade de construir alianças quando existem profundas desigualdades entre as mulheres. Compartilha reflexões sobre os desafios da adesão na luta pela legalização do aborto e a forma como os movimentos feministas introduziram preocupações novas no universo dos movimentos populares por onde ela circulava, como a preocupação com o corpo, a sexualidade e o autoconhecimento. O movimento feminista foi um importante aliado das trabalhadoras domésticas na trajetória de luta da categoria por direitos, inclusive contribuindo com outras abordagens em relação ao entendimento sobre a desvalorização desse tipo de trabalho por ser um trabalho realizado por mulheres. Mas não podemos esquecer que as alianças construídas com as trabalhadoras domésticas também foram fundamentais para que mulheres feministas de classe média pudessem pensar com mais profundidade sobre o valor social do trabalho doméstico no Brasil e sobre como lidar com contradições que muitas vezes existiam dentro das suas próprias casas. Esses encontros entre mulheres com experiências tão diferentes, que aconteceram não sem conflitos, geraram importantes transformações no entendimento e na luta pela emancipação das mulheres no campo feminista brasileiro.

O feminismo que a gente conhece hoje não poderia ter sido o que é se não tivesse sido o encontro entre a resistência de muitas mulheres, de lugares diferentes e que se organizaram em torno de lutas diferentes, mas que se encontraram, divergiram, disputaram politicamente e aprenderam umas com as outras.

Hoje a maior manifestação feminista do país é a Marcha das Margaridas, uma ação das trabalhadoras do campo, das florestas e das águas, organizada pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares). A Marcha das Margaridas reúne dezenas de milhares de mulheres nas ruas de Brasília a cada quatro anos para reivindicar soberania alimentar, direito à terra, condições dignas de trabalho, acesso à creche, políticas mais efetivas de enfrentamento à violência contra as mulheres, entre outras pautas.

É interessante pensar que nem sempre as trabalhadoras rurais se identificaram como feministas, apesar de lutarem pela igualdade e liberdade das mulheres. Assim como nem sempre as mulheres que vivem nas periferias das grandes cidades e lutam por água, moradia e creche se identificaram como feministas. E isso aconteceu muitas vezes porque havia diferenças entre esses movimentos e os movimentos feministas. O que queremos propor aqui não é que a gente passe a chamar de feministas as lutas que não se identificaram com esse nome. Apesar de ser possível iden-

tificar ideais feministas nessas trajetórias de resistência das mulheres, nosso interesse é lançar luz para o fato de que o feminismo que conhecemos hoje é fruto desses encontros e das disputas que se deram neles. O feminismo é um campo político em permanente revisão crítica, que vem se transformando ao longo da história. Os encontros entre essas diferenças e os esforços para se construir alianças apesar das desigualdades estão entre os motores que aprofundam a sua radicalidade e são fundamentais para compreendermos os feminismos contemporâneos.

Entre as tantas coisas que podemos aprender com o pensamento de Lenira Carvalho sobre desvalorização do trabalho das mulheres e a luta por liberdade e autonomia, está a possibilidade de mergulhar, a partir das suas reflexões, no emaranhado das teias construídas entre mulheres de lugares tão diferentes. Mulheres que instauraram debates tão diversos que conhecemos hoje sobre o que viver no mundo como mulher pode significar e como podemos fortalecer umas às outras para enfrentar as opressões que vivemos.

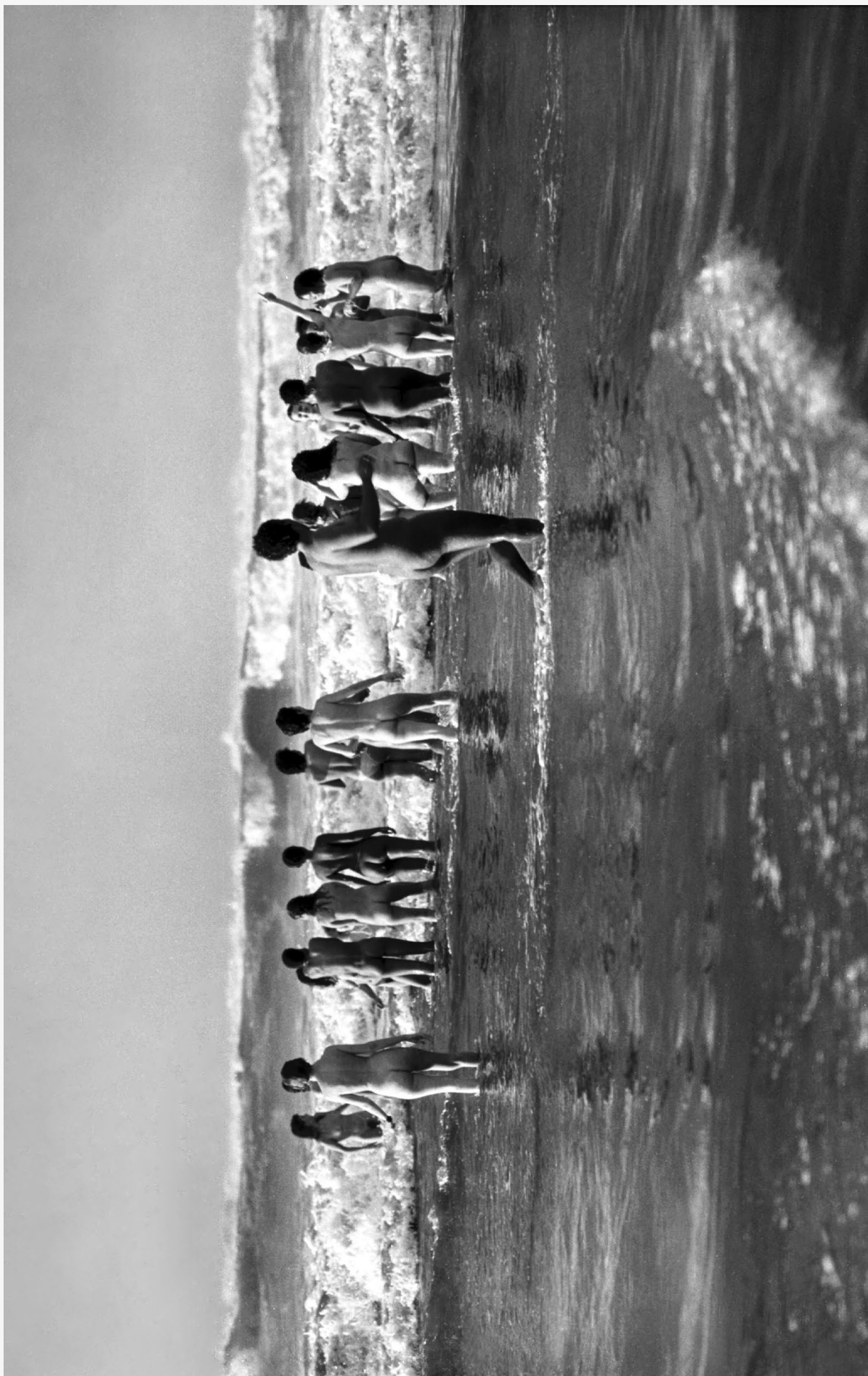
## Glossário

### Marcha das Margaridas

É uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, das florestas e das águas, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – Contag, Federações e Sindicatos, que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e de diferentes organizações parceiras, movimentos e organizações feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais que articulam e mobilizam mulheres em torno de diferentes questões que nos permeiam. Realizada pela primeira vez em 2000, hoje é reconhecida como a maior ação das mulheres no Brasil e tem sido um caminho coletivo de construção de um projeto de sociedade que propõe um Brasil sem violência, onde a democracia e a soberania popular sejam respeitadas, a partir de relações justas e igualitárias. O nome da Marcha é uma homenagem a Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, sindicalista e uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no Brasil. Margarida Alves foi assassinada em 12 de agosto de 1983, na frente de sua casa, em Alagoa Grande (PB). A Marcha das Margaridas é realizada a cada quatro anos, no mês de agosto. Para mais informações: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/>



# Anexo I

















## Anexo II



### Imagem 1

#### X Encontro Nacional Feminista. Bertioga (SP), 1989

Fotografia de Cláudia Ferreira

[www.memoriaemovimentossociais.com.br](http://www.memoriaemovimentossociais.com.br)

No processo de redemocratização do país, militantes feministas passaram a organizar o Encontro Nacional Feminista (ENF) dentro das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Era um espaço de diálogo, intercâmbio acadêmico e construção de estratégias de ação política, principalmente em torno dos temas da violência e saúde das mulheres. Entre 1979 e 1986, foram realizados sete Encontros Nacionais Feministas dentro das reuniões da SBPC nas cidades de Fortaleza (CE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Campinas (SP), Brasília (DF), São Paulo (SP) e Belo Horizonte (BH). A partir de 1985, os ENFs passaram a ser realizados fora da SBPC, com novos formatos e composição mais diversa. Entre 1986 e 2004, foram realizados sete Encontros Nacionais Feministas nas cidades de Nogueira (RJ), Garanhuns (PE), Bertioga (SP), Caldas Novas (GO), Salvador (BA), João Pessoa (PB) e Porto Alegre (RS).



### Imagem 2

#### Marcha das Vadias. Recife (PE), 2016

Fotografia de Mariana Rodrigues

[www.instagram.com/mariana.rodrigues.photos](https://www.instagram.com/mariana.rodrigues.photos)

A Marcha das Vadias foi uma ação feminista que surgiu a partir de um protesto realizado no dia 3 de abril de 2011 em Toronto, no Canadá. A manifestação aconteceu depois que um policial, numa palestra em uma Universidade, afirmou que as mulheres evitariam casos de assédio e estupro se não se vestissem como vagabundas/vadias (*slut*, em inglês). Como protesto à sua fala, estudantes organizaram ações massivas através de redes sociais, que tinham como foco a liberdade e autonomia das mulheres e a denúncia à culpabilização das mulheres pelas violências vividas. A Marcha das Vadias está inserida em um contexto em que a internet passou a ter grande importância na organização política de protestos de rua e coletivos em diferentes partes do mundo. Através da internet, a ação se internacionalizou e foi realizada em diferentes países, incluindo diversas cidades do Brasil. As Marchas das Vadias ficaram especialmente conhecidas pela ousadia estética e utilização de performances como forma de denúncia política, nas quais a liberdade e autonomia das mulheres em relação aos seus próprios corpos estão entre os temas centrais.



### Imagem 3

#### 8 de Março. Recife (PE), 1991

Acervo de imagens do Fórum de Mulheres de Pernambuco

Publicação FMPE – Imagens de Luta

No dia 8 de março de 1917, milhares de operárias russas fizeram uma greve geral que recebeu o apoio também de operários do país, transformando os eventos desse dia em ações de protesto massivas. Esse dia marca um episódio importante no processo da Revolução Russa, e a força desta greve foi tão grande que a data se tornou uma referência para as bandeiras feministas, sendo o 8 de março, hoje, o Dia Internacional da Mulher em vários países. A fotografia é de uma ação no dia 8 de março de 1991, realizada em Recife pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE). O FMPE é um movimento feminista, antirracista, anticapitalista e antipatriarcal, fundado em 1988, que constrói nacionalmente a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Luta pelo aprofundamento da democracia, contribuindo para a construção de uma sociedade em que os direitos, a liberdade e a autonomia das mulheres sejam garantidos.



#### Imagem 4

### Reunião no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Região Metropolitana do Recife, 1988

Acervo do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco

Reunião do recém-fundado Sindicato Trabalhadoras Domésticas da Região Metropolitana do Recife, em 1988, no contexto de preparação para o VI Encontro Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que seria realizado em Campinas. Fundada em 1979, no contexto de luta contra a ditadura militar e de reivindicação dos direitos das trabalhadoras, a Associação das Empregadas Domésticas do Recife atuava pelo reconhecimento da profissão e dos direitos da categoria. Em 1988, após o reconhecimento da categoria como profissão na Constituição brasileira, foi fundado o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Região Metropolitana do Recife, que, nos anos seguintes, com a ampliação da sua atuação, se consolidaria como o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco. Sua missão é defender os interesses da categoria junto aos órgãos públicos e empregadores, promover a solidariedade entre trabalhadoras, garantir assistência jurídica e lutar pela justiça social e os direitos humanos.



#### Imagem 5

### Marcha das Margaridas. Brasília, 2000

Fotografia de Cláudia Ferreira

[www.memoriaemovimentossociais.com.br](http://www.memoriaemovimentossociais.com.br)

A Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, das florestas e das águas, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – Contag, Federações e Sindicatos, que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e de diferentes organizações parceiras, movimentos e organizações feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais que articulam e mobilizam mulheres em torno de diferentes questões que permeiam as nossas vidas. Realizada pela primeira vez em 2000, hoje é reconhecida como a maior ação das mulheres no Brasil e tem sido um caminho coletivo de construção de um projeto de sociedade que propõe um Brasil sem violência, onde a democracia e a soberania popular sejam respeitadas, a partir de relações justas e igualitárias. O nome da Marcha é uma homenagem a Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, sindicalista e uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no Brasil. Margarida destacou-se nas lutas pelos direitos das trabalhadoras rurais, pela reforma agrária e contra a violência no campo. Foi brutalmente assassinada por pistoleiros no dia 12 de agosto de 1983, a mando de latifundiários da região. A Marcha das Margaridas é realizada a cada quatro anos, no mês de agosto.



#### Imagem 6

### Batucada do FMPE em ato Fora Bolsonaro. Recife, 2021

Acervo de imagens do Fórum de Mulheres de Pernambuco

*Publicação FMPE – Imagens de Luta*

O governo de Jair Bolsonaro na presidência da república entre 2019 e 2022 foi um período de grande retrocesso político e econômico para o país. A contestação da população em relação ao presidente se intensificou com os escândalos de corrupção e a negligência do governo em relação à pandemia da Covid-19. No ano de 2021 foram realizados os primeiros grandes atos de rua pedindo o *impeachment* do presidente, após um longo período de manifestações coletivas dentro das casas, com painéis e ações coordenadas na internet. Na foto, vemos a batucada do Fórum de Mulheres de Pernambuco/Articulação de Mulheres Brasileiras em meio a outros movimentos sociais e manifestantes em um desses atos de rua.

# Referências

## Bibliografia e fotografia

- ADORNO, Theodor W. Tempo Livre. ADORNO, Theodor W. *Palavras e Sinais: modelos críticos 2*. Trad. Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- ANDRADE, Paula; SILVA, Carmen. “Fomos capazes de chegar até aqui, somos capazes de andar mais. Entrevista com Lenira Carvalho”. *Revista Cadernos de Crítica Feminista - Mulheres Participação e Democracia*. Ano II, n. 1, dez. 2008. Recife: Edições SOS Corpo.
- AS DOMÉSTICAS. Diário de Pernambuco, Recife, ano 147, 23 de fev. de 1972. Primeiro Caderno. Disponível em: [https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_15&pasta=ano%20197&pesq=dom%C3%A9sticas&pagfis=24814](https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=dom%C3%A9sticas&pagfis=24814). Acesso em: 20 jun. 2023.
- ASSOCIAÇÃO denuncia que empregada foi agredida pelo patrão. Diário de Pernambuco, Recife, 29 de mai. de 1983, página A27. Disponível em: [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_16&Pesq=dom%C3%A9stica&pagfis=61483](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=dom%C3%A9stica&pagfis=61483). Acesso em: 20 jun. 2023.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. A produção do conhecimento na práxis criativa do feminismo: aportes a partir de uma perspectiva materialista, situada e emancipatória. In: *Feminismo alargando a democracia*. Recife: Edições SOS Corpo, 2023.
- ÁVILA, Maria Betânia de Melo. O tempo de trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife, Editora Universitária, UFPE, 2009
- ÁVILA, Maria Betânia. “Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico”. In: *Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife, Edições SOS Corpo, 2008.
- BERG, Jordana; RAMIA, María Campaña; SALLES, João Moreira; ACERO, Patricia Ruiz. Eduardo Coutinho: palavra e memória. *Los cuadernos de cinema 23*, n. 12. jul. 2017. Disponível em: <http://cinema23.com/wp-content/uploads/2018/03/012-Memorias-Eduardo-Coutinho-port-web.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 30, p. 147-163, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília em 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2711>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- BRANCO, Sophia; SILVA, Carmen; SANTOS, Jacqueline; MELLEIRO, Waldeli. *Diálogos Feministas: nossos feminismos e a conjuntura política*. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert Brasil; Recife: Edições SOS Corpo, 2022. Disponível em: <https://soscorpo.org/wp-content/uploads/SOS-FES-Nossos-Feminismos-e-a-Conjuntura-Politica.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.
- BRANCO, Sophia; SILVA, Carmen; AZEVEDO, Mariana; FALCÃO, Gabriela; LINS, Marcela; BENZQUEN, Guilherme. *FMPE: imagens de luta*. Recife: ED. DOS AUTORES, 2022. Disponível em: <https://www.rastroselevantespe.com/publica%C3%A7%C3%A3o-fmpe>
- CARVALHO, Lenira. *A luta que me fez crescer e outras reflexões*. Recife, Edições SOS Corpo, 2022.
- BRANCO, Sophia. *Os feminismos e a crise da esquerda: alianças e antagonismos no Ciclo do Campo Democrático Popular*. Recife: Ed. UFPE, 2020. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/9>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BRASIL. Trabalhadoras domésticas e políticas de cuidado. Nota Informativa nº 2/2023 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Cuidado e Família. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerios-do-desenvolvimento-social-e-dos-direitos-humanos-abrem-seminario-pela-luta-contr-o-trabalho-escravo-domestico/nota-informativa-n2-publicada.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.
- CARVALHO, Lenira. *A luta que me fez crescer e outras reflexões*. Recife, Edições SOS Corpo, 2022.
- CASTRO, Mary. Trabalhadoras domésticas no Brasil: sujeitos ou sujeitadas na classe, no gênero e na raça? *Princípios*, 39(159), 126-150, 2020. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/16>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- FERREIRA, Claudia. Memória e movimentos sociais. [S. d.] Disponível em: <https://www.memoriaemovimentossociais.com.br/>. Acesso em: 26 out. 2023.

EMPREGADA doméstica que viveu 29 anos em situação análoga à escravidão receberá R\$ 1 milhão. Notícias do Tribunal Superior do Trabalho. Brasília, 08 de jul. de 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Rr-4BML>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUKS, Julián. O medo do silêncio e o vício da informação desenfreada. *UOL*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julian-fuks/2021/08/21/o-medo-do-silencio-e-o-vicio-da-informacao-desenfreada.htm>. Acesso em: 09 ago. 2023.

GUIMARÃES, Victor (org.). *Doméstica*. Recife: Desvia Produções, 2015.

HARTMUT, Rosa. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Memórias da Ditadura, 2014. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MARCUCCI, Cíntia. “Além de dormirem na casa dos patrões, babás vão a clubes, restaurantes e viagens”. Folha de São Paulo. São Paulo, 28 de abr. de 2013. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/04/1269266-alem-de-dormirem-na-casa-dos-patroes-babas-vaio-a-clubes-restaurantes-e-viagens.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MELO, Demian. Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”. *Espaço Plural*, n. 27, 2012, p. 39-53. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574/6324>. Acesso em: 26 jul. de 2023.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; MORAES, Lorena Lima de. *Os cuidados do Brasil: mercado de trabalho e percepções*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/19650.pdf>. Acesso: 26 jul. 2023.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÃO querem devolver-lhe a filha e por isso queixou-se à polícia. Diário de Pernambuco, Recife, 08 de abr. de 1933, página 4. Disponível em: [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_11&Pesq=dom%c3%a9stica&pagfis=8593](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&Pesq=dom%c3%a9stica&pagfis=8593). Acesso em: 20 jun. 2023.

OXFAM BRASIL. *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. 2017. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/?\\_ga=2.229569941.821841497.1685959078-1188177358.1683210268](https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/?_ga=2.229569941.821841497.1685959078-1188177358.1683210268). Acesso em: 26 jul. 2023.

RECONHECIDA caracterização de trabalho em condições análogas à escravidão em fazenda de Mato Grosso. Notícias do Tribunal Superior do Trabalho. Brasília, 11 de mai. de 2022. Disponível em: <https://bit.ly/46HUZ4o>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SAKAMOTO, Leonardo. Torturado, Frei Tito foi perseguido por fantasma de delegado até sua morte. *Brasil de Fato*, 26 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/26/torturado-frei-tito-foi-perseguido-por-fantasma-de-delegado-ate-sua-morte>. Acesso em: 26 out. 2023.

SILVA, Carmen; ARANTES, Rivane; FERREIRA, Verônica. *Nosso Trabalho sustenta o mundo*. Recife: Edições SOS Corpo, 2012.

SILVA, Carmen S. M. Silva. “Vai avançar o feminismo popular!”. In: *Teorias em movimento: reflexões feministas na Articulação Feminista Marcosul*. Recife: Edições SOS Corpo / Articulação Feminista Marcosul (AFM), 2016. Disponível em: [https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Teorias\\_em\\_movimento\\_Ed\\_SOS\\_Corpo.pdf](https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Teorias_em_movimento_Ed_SOS_Corpo.pdf). Acesso em 26 out. 2023.

SILVA, Carmen (coord.). *Para onde vamos? feminismo como movimento social*. Recife: SOS Corpo, 2020. Disponível em: [https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Para-onde-vamos-Feminismo-como-movimento-social-SOSCorpo\\_WEBDEZ2.pdf](https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Para-onde-vamos-Feminismo-como-movimento-social-SOSCorpo_WEBDEZ2.pdf). Acesso em: 26 jul. 2023.

SILVA, Carmen; BRANCO, Sophia. A luta das trabalhadoras domésticas, a Igreja dos Pobres e o feminismo popular: a formação de um campo político contado a partir da trajetória de Lenira Carvalho. *Paralellus*, Recife, v. 11, n. 28, set./dez. 2020, p. 429-457.

SOUTO, Mariana. Relações de classe em documentos brasileiros contemporâneos. *Significação*, São Paulo, v. 47, n. 53, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/160860/160490>. Acesso em: 26 out. 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. Prefácio. In: *A formação da classe operária inglesa 1: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 133-160, 2010.

VIECELI, Cristina; WÜNSCH, Julia Giles; FREITAS, Priscila de; SANTOS, Tábata Silveira dos. "Direitos Parcelados: trajetória da Legislação do Emprego Doméstico no Brasil". In: VIECELI, Cristina; WÜNSCH, Julia Giles STEFFEN, Mariana Willmersdorf. *Emprego Doméstico no Brasil: raízes históricas, trajetórias e regulamentação*. São Paulo: Editora RTr, 2017, p. 116-134. Disponível em: <http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5803.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

MACHADO, Ricardo. A democracia brasileira derrubada pela "democracia" americana. Entrevista com Carlos Fico, 17 de março de 2014. [S. l.] IHU On-line, n. 437. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5371-carlos-fico>. Acesso em: 26 out. 2023.

## Audiovisual

A LADAINHA da democracia racial, [Apresentação de] Lilia Schwarcz (2018). [S. l.]. 2018. 4min43s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KIZErDaljIc>. Acesso em: 26 jul. 2023.

A NEGAÇÃO do Brasil. Direção: Joel Zito Araújo. São Paulo, 2000.

ALMERINDA, uma mulher de trinta. Direção: Angela Freitas e Joel Zito Araújo. Recife, SOS Corpo; Olinda, TV Viva, 1991. 24min53s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QMf9mduDZyE>

AOS que vieram antes de nós. Direção de Caioz e Luís Henrique Leal. Recife: Parabelo Filmes, 2021. 24 min. Disponível em: <https://vimeo.com/365384706>. Acesso em: 26 out. 2023.

CABRA Marcado para Morrer. Direção de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Mapa Filmes, 1984. 119 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4-HBPSqonU>. Acesso em: 26 out. 2023.

CORPOS políticos. Mape - Mulheres no Audiovisual Pernambuco. Recife, 2016. 4min33s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lzISD-OmJP8>. Acesso em: 26 out. 2023.

DCM TV. Depoimento de Pepe Mujica. 2023. 1min44s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TvpIHYqWfWk>. Acesso em: 09 ago. 2023.

DIGO às companheiras que aqui estão. Direção: Sophia Branco de Luís Henrique Legal. Recife: Parabelo Filmes, 2022. 34min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xTzj3vMQFd0>. Acesso em: 15 jun. 2023.

DOMÉSTICA. Direção: Gabriel Mascaro. Recife: Desvia Filmes, 2012. 1h15min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Se5QUGucjMA>. Acesso em: 26 out. 2023.

EMENDAS populares na Constituinte, produzido pela TV Senado. 2013. 10min59s. Disponível em: <https://youtu.be/bBqy3yYpovI>. Acesso em: 26 out. 2023.

EU sou Nair Jane - A luta das trabalhadoras domésticas. Direção: Carlos Pronzato. Rio de Janeiro, CEDIM-RJ, 2022. 55min. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=NrwN\\_d2hAOQ](https://www.youtube.com/watch?v=NrwN_d2hAOQ). Acesso em: 26 out. 2023.

FOTOGRAMA. Direção de Caioz e Luís Henrique Leal. Recife: Parabelo Filmes, 2016. 8 minutos. Disponível em: <https://vimeo.com/145428750>. Acesso em: 26 out. 2023.

LAUDELINA, Suas Lutas e Conquistas. Museu da Imagem e do Som de Campinas e Museu da Cidade de Campinas. Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JYL2Ki8ItGg>. Acesso em: 26 out. 2023.

LUTA de classes. Tempero Drag. [S. l.; s. n.]. 2021. 26 min17s. Disponível em: <https://youtu.be/jvPLD8gh7vI>. Acesso em: 26 jul. 2023.

MULHERES na Ditadura, da série Incontáveis produzida pela Comissão da Memória e da Verdade da UFRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sAY9dAFGJ7A>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MULHERES Rurais em Movimento. Direção: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e Héloise Prévost. Toulouse; Caruaru, 2016. 46min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PQkIWTIyJc4>. Acesso em: 26 out. 2023.

O QUARTO de empregada. Direção: Luci Alcântara. Recife, SOS Corpo; Olinda, Centro de Cultura Luiz Freire, 1995. 20min. Disponível em: <http://cinematecapernambucana.com.br/filme/?id=3112>. Acesso em: 26 out. 2023.

RETRATOS de identificação. Direção: Anita Leandro. Rio de Janeiro, 2014. 72 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7tmN6VMaP8o>. Acesso em: 26 out. 2023.

## Podcasts

A TEOLOGIA da Libertação na América Latina. Hora Americana - Podcast de História das Américas. Disponível em: <https://spotify.link/QBVXaDrXsDb>. Acesso em: 26 out. 2023.

EVANGÉLICOS no Brasil: um assunto complexo. Pauta Pública. Disponível em: <https://spotify.link/ksZok17zrDb>. Acesso em: 26 out. 2023.

FALTOU gente nessa festa. [Podcast] Jogo de Cartas. Disponível em: <https://deezer.page.link/8XwobyCg92uXpGbG8>. Acesso em: 26 out. 2023.

MOVIMENTOS sociais e ação coletiva. [Locução de]: Cristiano Bodart; Roniel Sampaio-Silva. [S. l.; n. 6]. Café com Sociologia. 14 abr. 2015. Podcast. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/ep006-cafe-com-sociologia-conjuntura-dos-movimentos-sociais-e-acoes-coletivas/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

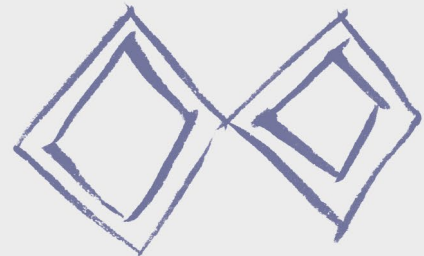
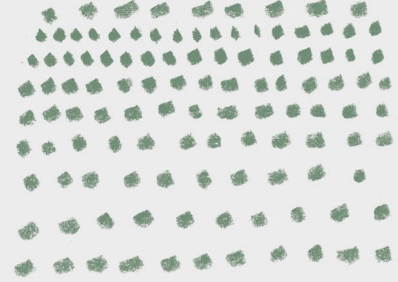
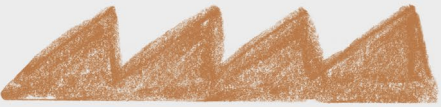
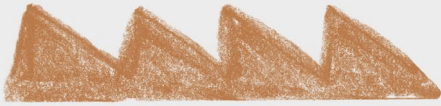
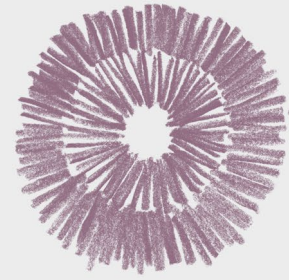
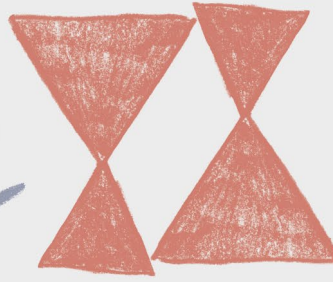
NO RASTRO das lutas: após 10 anos de PEC das Domésticas, categoria ainda luta por direitos. Disponível em: <https://www.brasildefatoba.com.br/2023/05/29/no-rastro-das-lutas-apos-10-anos-de-pec-das-domesticas-categoria-ainda-luta-por-direitos>. Acesso em: 26 out. 2023.

O PAÍS que não se aceita negro. [Locução de] Tiago Rogero. [S. l.]. Vidas Negras, dez. 2020. Podcast. (33min35s). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5P1FXc43HWkeEegvMO6QVk>. Acesso em: 26 jul. 2023.





[www.leniracarvalho.com.br](http://www.leniracarvalho.com.br)



Realização



Apoio

